



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**



DORIANE OLIVEIRA DE SOUZA

**PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E QUESTÃO SOCIAL: O
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CONTEXTO DAS COMUNIDADES
RIBEIRINHAS DO AMAZONAS**

**Manaus-AM
2024**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA



DORIANE OLIVEIRA DE SOUZA

**PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E QUESTÃO SOCIAL: o Programa
Bolsa Família no contexto das comunidades ribeirinhas do Amazonas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSS/UFAM), como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Linha de Pesquisa: Gestão Social, Desenvolvimento, Ambiente, Direitos Humanos, Cultura e Diversidade Socioambiental.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cristiane Bonfim Fernandez

Manaus-AM
2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S729p Souza, Doriane Oliveira de
Programas de transferência de renda e questão social : o programa bolsa família no contexto das comunidades ribeirinhas do Amazonas / Doriane Oliveira de Souza . 2024
146 f.: 31 cm.

Orientadora: Cristiane Bonfim Fernandez
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Políticas públicas. 2. Programa de transferência de renda . 3. Programa bolsa família . 4. Comunidades ribeirinhas. I. Fernandez, Cristiane Bonfim. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

DORIANE OLIVEIRA DE SOUZA

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E QUESTÃO SOCIAL: o Programa Bolsa Família no contexto das comunidades ribeirinhas do Amazonas.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSS/UFAM), como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Linha de Pesquisa: Gestão Social, Desenvolvimento, Ambiente, Direitos Humanos, Cultura e Diversidade Socioambiental.

APROVADO EM: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Cristiane Bonfim Fernandez
PPGSS/UFAM (Presidente)

Prof^ª. Dr^ª. Carolina Cássia Batista Santos
PPGSS/UFAM (Membro interno)

Prof^ª. Dr^ª. Maria Lúcia Teixeira Garcia
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES (Membro Externo)

Prof^ª. Dr^ª. Andreza Gomes Weil
PPGSS/UFAM (Suplente interno)

Prof^ª. Dr^ª. Roberta Justina da Costa
Universidade Federal do Amazonas – DSS/UFAM (Suplente Externo)

Manaus-AM
2024

À minha família, aos beneficiários do Programa Bolsa Família, aos profissionais que atuam nesse tão importante Programa de Transferência de Renda e a minha querida Barreirinha.

AGRADECIMENTOS

A Deus, nosso Pai, que, pela fé, permitiu-me chegar à conclusão desse mestrado, fortalecendo a perseverança na dedicação aos estudos, mesmo diante dos entraves.

Aos meus amados pais, Sebastião e Marias das Dores, que sempre me apoiaram e vibraram com cada conquista na minha vida. A vocês, todo meu amor.

Ao meu esposo Juciney, meu alicerce, por seu cuidado, por ouvir minhas angústias e alegrias a cada conquista nesses anos de estudo.

Ao meu amado filho Joaquim, minha fonte inesgotável de força, que tornou meus dias mais alegres com seu doce sorriso e tornou-se meu maior motivo para não desistir.

À Universidade Federal do Amazonas e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela oportunidade de qualificação acadêmica e profissional.

À minha querida orientadora Prof^a. Dr^a. Cristiane Bonfim Fernandez, que acreditou em mim e abraçou a temática de estudo proposta, orientando-me de forma paciente, dedicada e cuidadosa, primando pela qualidade e pelo bom desenvolvimento da pesquisa.

Aos queridos professores que, direta ou indiretamente, fizeram parte dessa caminhada, agradeço a dedicação, o incentivo, os ensinamentos e as experiências compartilhadas.

Às professoras Carolina Cássia e Maria Lúcia, integrantes da Banca de Defesa desta Dissertação, as quais, desde a Qualificação, ajudaram-me com importantes contribuições.

Ao professor Patrício Ribeiro, grande amigo e incentivador, por me apoiar na formulação do projeto de seleção do mestrado; e às amigas Nediane e Kássia, que não me permitiram desistir e não mediram esforços para que essa etapa de minha vida fosse concluída.

Aos comunitários da Agrovila do Caranã, que, desde o primeiro dia de pesquisa de campo, foram gentis e deram tudo de si para colabar com este projeto tão relevante; e aos participantes da pesquisa por me receberam em suas casas e compartilharem uma parte de seu tempo e de sua experiência de vida.

Aos profissionais que atuaram na gestão do Programa Bolsa Família no período de 2013 a 2019, por disporem de seu tempo para contribuir com as indagações da pesquisa.

A todos agradeço de coração, pois cada um é parte importante da grande conquista de obter o grau de mestra, vivenciando descobertas e experiências permitidas pela universidade pública a uma mulher, mãe, esposa e pesquisadora do interior do Amazonas.

RESUMO

O Programa Bolsa Família constitui-se uma estratégia para o enfrentamento da pobreza no Brasil. Desde seu surgimento, milhões de famílias foram beneficiadas. O estudo teve como objetivo geral analisar a implementação do Programa Bolsa Família em comunidades ribeirinhas rurais do município de Barreirinha/AM, considerando as expressões da questão social no contexto Amazônico, bem como os específicos: (a) identificar o perfil das famílias ribeirinhas beneficiárias do PBF, considerando o contexto regional; (b) conhecer as ações desenvolvidas pela gestão do PBF quanto ao acesso e ao acompanhamento das famílias beneficiárias; e (c) desvelar os efeitos do PBF na realidade das famílias beneficiárias. Em relação à metodologia, trata-se de pesquisa do tipo explicativa, com abordagem qualitativa, mediante a pesquisa de campo. Os sujeitos da pesquisa (informantes-chave) foram três (03) profissionais que atuaram na gestão do PBF no município de Barreirinha/AM no período 2013-2019; e vinte (20) famílias beneficiárias do PBF moradoras da Agrovila do Caranã, área rural do município de Barreirinha/AM. Em relação aos principais resultados, constatou-se no perfil das famílias beneficiárias da Agrovila do Caranã que o Responsável Familiar é majoritariamente mulher, na faixa etária de 35 a 50 anos, e parcela significativa vivem em união estável, com composição familiar entre 5 e 8 membros. Sobre a escolaridade, grande maioria apresenta apenas o nível fundamental completo e sua principal profissão é à atividade agrícola. Quanto às ações desenvolvidas pela gestão do PBF evidenciou-se que o trabalho é realizado de forma articulada com as políticas públicas que estruturam o PBF, sendo a busca-ativa a principal estratégia utilizada. Embora haja um trabalho articulado, ainda persiste um tensionamento dos profissionais em relação ao trabalho de maneira integrada. Constataram-se efeitos positivos do PBF na vida das famílias ribeirinhas, sendo um dos principais a ampliação ao acesso à alimentação. Por fim, a implementação do PBF no contexto amazônico constitui-se um desafio frente às demandas regionais, sobretudo pelo fator geográfico, que tem sido um gargalo para a gestão do Programa e, conseqüentemente, para o acesso das famílias beneficiárias.

Palavras-Chave: Políticas públicas. Programas de Transferência de Renda. Programa Bolsa Família. Comunidades ribeirinhas.

ABSTRACT

The Bolsa Família Program has been an important strategy for combating poverty in Brazil. Since its emergence, millions of families have benefited from financial resources to meet their most urgent basic needs. In this study, we sought to look at the Amazonian reality, especially in riverside communities based on the Bolsa Família Program. Thus, the study aimed to analyze the implementation of the Bolsa Família Program in rural riverside communities in the municipality of Barreirinha/AM, considering the expressions of the social issue in the Amazonian context, aiming to contribute to the municipal management of the PBF, as well as to the beneficiary families. , given the challenges and difficulties of the region. In relation to methodological procedures, this is an explanatory type of research, with a qualitative approach, through field research. The research subjects (key informants) were three (03) professionals who worked in the management of the PBF in the municipality of Barreirinha/AM (locus of study) between 2013-2019; and twenty (20) PBF beneficiary families living in Agrovila do Caranã, a rural area in the municipality of Barreirinha/AM. The study covered a total of twenty-three (23) participants. In relation to the main results, it is possible to say that implementing the PBF in riverside communities is a constant challenge, especially when considering the geographical difficulties present in the region. Access to food can be highlighted as the main effects that the PBF brought to riverside families, followed by access to education, health services and material goods. It was noted that the PBF has not been able to meet all basic needs, but has been contributing to their relief within families. Finally, implementing the PBF in the Amazon context means understanding that it must be thought of based on regional particularities, considering the difficulties and challenges of the region.

Keywords: Public policy. Income Transfer Programs. Bolsa Família Program. Riverside communities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dimensões do Programa Bolsa Família.....	57
Figura 2 - Competências da Gestão Federal	63
Figura 3 - Competências da Gestão Estadual.....	64
Figura 4 - Competências da Gestão Municipal	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Experiências de Transferência de Renda no Brasil - âmbito municipal	40
Quadro 2 - Programas de Transferência de Renda no Brasil	42
Quadro 3 - Tipos de Benefício	58
Quadro 4 – Reajuste do valor das linhas de elegibilidade	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Sexo dos Responsáveis Familiares.....	73
Tabela 02 - Idade dos Responsáveis Familiares.....	73
Tabela 03 - Estado Civil dos Responsáveis Familiares	74
Tabela 04 - Escolaridade dos Responsáveis Familiares	74
Tabela 05 - Profissão dos Responsáveis Familiares	75
Tabela 06 - Quantidade de membros nas famílias.....	76
Tabela 07 - Principais características dos membros familiares.....	76
Tabela 08 - Despesas das famílias	78
Tabela 09 - Rendimento mensal das famílias.....	78
Tabela 10 - Principais características de habitação	79
Tabela 11 - Acessos básicos de habitação das famílias	80
Tabela 12 - Bens duráveis nos domicílios	81
Tabela 13 - Perfil dos Gestores	82
Tabela 14 – Acesso às necessidades básicas ANTES e DEPOIS do PBF.....	97
Tabela 15 - Acesso a Serviços de Saúde ANTES e DEPOIS do PBF.....	100
Tabela 16 - Acesso a Serviços de Educação ANTES e DEPOIS do PBF	102
Tabela 17 - Acesso a Trabalho e Renda ANTES e DEPOIS do PBF.....	103

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BDTD	Biblioteca Digital de Tese e Dissertação
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais
CAP	Caixa de Aposentadoria e Pensões
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF/88	Constituição Federal Brasileira de 1988
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
FAS/DF	Fundo de Assistência Social do Distrito Federal
FEAS	Fundo Estadual de Assistência Social
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
IAP	Instituto de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGD	Índice de Gestão Descentralizada
IGD-E	Índice de Gestão Descentralizado Estadual
IGD-M	Índice de Gestão Descentralizado Municipal
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MC	Ministério da Cidadania
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica da Assistência Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PBF	Programa Bolsa Família
PCD	Pessoa com Deficiência
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGRM	Programa de Garantia de Renda Mínima
PMAS	Plano Municipal de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia
PTR	Programas de Transferência de Renda
RF	Responsável Familiar
SEAS	Secretaria Estadual de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNICEF	United Nations International Children's Emergency Fund

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 QUESTÃO SOCIAL E PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	18
1.1 A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS E A GÊNESE DA QUESTÃO SOCIAL.....	18
1.1.1 Políticas sociais e realidade brasileira	26
1.2 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: É POSSÍVEL COMBATER A POBREZA NO BRASIL?	30
1.2.1 Pobreza: uma análise para além da concepção de renda	31
1.2.2 Concepção de pobreza adotada nesta análise.....	33
1.2.3 A trajetória dos Programas de Transferência de Renda no Brasil	36
2 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: “do nascimento ao fim”	46
2.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS PTR	46
2.2 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA CARACTERIZAÇÃO NECESSÁRIA ...	55
2.2.1 PBF: ponto de partida.....	55
2.2.2 Objetivos e dimensões que estruturam o PBF	57
2.2.3 Público-alvo do PBF e critérios de elegibilidade	59
2.2.4 PBF: acesso, permanência e desligamento	60
2.2.5 Gestão do PBF.....	62
3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEUS EFEITOS NA REALIDADE DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO CONTEXTO AMAZÔNICO.....	68
3.1 COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO AMAZONAS: a particularidade do município de Barreirinha/AM.....	68
3.1.1 Famílias ribeirinhas da Agrovila do Caraná: perfil dos beneficiários do PBF. 71	
3.2 ACESSO E ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS RIBEIRINHAS: análise das ações desenvolvidas pela gestão do PBF	82
3.3 OS EFEITOS DO PBF NA REALIDADE DAS FAMÍLIAS RIBEIRINHAS DA COMUNIDADE DO CARANÃ.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	113
APÊNDICES	123

INTRODUÇÃO

O estudo intitulado *Programas de transferência de renda e questão social: o Programa Bolsa Família no contexto das comunidades ribeirinhas do Amazonas* propõe uma análise do Programa Bolsa Família (PBF) na comunidade ribeirinha pertencente ao município de Barreirinha, no Estado do Amazonas, com base na realidade das famílias beneficiárias e dos profissionais que atuaram na gestão do Programa. Trata-se de um debate que buscou desvelar como o PBF vem sendo implementado em comunidades ribeirinhas rurais, considerando as expressões da questão social que se aglutinam na atual conjuntura.

Inseridos no âmbito do sistema de proteção brasileiro, os programas de transferência de renda, a partir dos anos 2000, ganham expressiva relevância no campo político e social do país como estratégia de proteção social que visa à transferência monetária às famílias pobres e extremamente pobres, destacando-se o PBF, que se configura como o programa dessa natureza de maior visibilidade e alcance no Brasil, tendo como objetivos promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial de saúde, educação e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular o desenvolvimento das famílias beneficiárias e combater a pobreza (BRASIL, 2004, 2004a).

De acordo com os dados do Relatório de Informações Sociais disponibilizado pelo Ministério da Cidadania (BRASIL, 2020), o PBF já atendia em 2020 mais de 14 milhões de famílias no Brasil e mais de 386 mil famílias no estado do Amazonas, as quais se encontravam aptas ao perfil estabelecido pelo Programa. Ainda com base no referido Relatório, o município de Barreirinha/AM contabilizava, até março de 2020, o total de 5.302 famílias beneficiadas com essa transferência de renda, das quais 189 eram famílias ribeirinhas. Observa-se, assim, que o PBF possibilita às famílias pobres e extremamente pobres, especialmente aos ribeirinhos, o acesso a bens básicos para o ser humano, ao mesmo tempo que busca a amenização da pobreza no país.

O cenário particular da região amazônica é propício para intensificar as dificuldades e os desafios na implementação das políticas públicas, tanto as de transferência de renda quanto as de viés intersetorial, tais como educação e saúde, que serão trabalhadas neste estudo por intermédio das condicionalidades.

É válido pontuar que, apesar de uma ampla gama de estudos realizados a respeito do PBF, o recorte sobre a realidade amazônica é, ainda, um campo carente que necessita de um olhar atencioso. Dessa forma, o intuito é apresentar a realidade tal como se desdobra no cotidiano das famílias ribeirinhas, bem como dos profissionais que atuaram na gestão do Programa. Por isso, para além da mera descrição de dados, pretendeu-se sobretudo desvendar, debater e explicar como é realizada a implementação do PBF, compreendendo as particularidades da região amazônica, principalmente as expressões da questão social às quais estes sujeitos estão submetidos.

Neste sentido, destaca-se na problematização do objeto de estudo a seguinte questão norteadora central: “Como o PBF vem sendo implementado em comunidades ribeirinhas do município de Barreirinha/AM, considerando as expressões da questão social presentes na realidade das famílias?”. Coerente com a questão norteadora central, definiram-se as seguintes questões secundárias: Qual a realidade das famílias beneficiárias do PBF considerando o contexto amazônico? Quais as ações desenvolvidas pela equipe técnica no acesso e no acompanhamento das famílias beneficiárias? Quais os efeitos do PBF na realidade das famílias?

Diante da problematização do estudo, cabe ressaltar que o objetivo geral da pesquisa é analisar a implementação do Programa Bolsa Família em comunidades ribeirinhas rurais do município de Barreirinha/AM, considerando as expressões da questão social no contexto amazônico. Em consonância, delinearam-se os seguintes objetivos específicos: (1) identificar o perfil das famílias ribeirinhas beneficiárias do PBF considerando o contexto regional; (2) conhecer as ações desenvolvidas pela equipe técnica no acesso e acompanhamento das famílias beneficiárias; e (3) desvelar os efeitos do PBF na realidade das famílias beneficiárias.

O interesse pela temática surge a partir da vivência da pesquisadora como Assistente Social da Equipe de Referência do Centro de Referência de Assistência Social, no município em Barreirinha/AM, no período de 2015 a 2018, em que observou diferentes compreensões a respeito dos objetivos e das diretrizes do PBF por parte dos beneficiários e dos gestores em âmbito municipal. A partir das vivências profissionais, percebeu-se ser necessária uma análise do PBF em comunidades ribeirinhas rurais do município de Barreirinha/AM com base no olhar das famílias beneficiárias e dos profissionais que atuam na gestão desse Programa.

A pesquisa pretende contribuir com famílias ribeirinhas que participaram deste estudo no que tange à compreensão do funcionamento/dinâmica do PBF conforme os objetivos e as diretrizes propostos por esse Programa, além de contribuir com a gestão municipal do PBF para avaliar a necessidade de mudanças na forma de operacionalização do Programa considerando as particularidades da região amazônica.

O trabalho contribui quanto à produção de conhecimento a respeito da peculiaridade de uma realidade ainda desconhecida, invisibilizada. De acordo com o levantamento nas bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital de Tese e Dissertação (BDTD), foram encontradas 22 produções a respeito do objeto de estudo, e, deste total, apenas 05 estão situados na região norte do Brasil, totalizando 27% de produções acadêmicas. Particularizando essa realidade, o estado do Amazonas produziu, no período de 2005 a 2020, somente 02 trabalhos relacionados à temática, porém nenhuma das produções focaliza o espaço rural, o que tornou indispensável a presente pesquisa.

A partir do levantamento nas bases de dados acadêmicos, constatou-se que o PBF foi, e ainda é, universo de inúmeras pesquisas no contexto brasileiro devido a sua importância no sistema de proteção social. No entanto, as produções teóricas com o recorte amazônico, sobretudo em comunidades ribeirinhas em contexto rural, ainda são limitadas. Nesse sentido, esta pesquisa tece uma análise do PBF em comunidades ribeirinhas com base na visão das famílias beneficiárias e dos profissionais que atuam na gestão do Programa, o que aponta sua relevância, pois avança nas discussões locais, elucidando as particularidades da região.

Em relação à metodologia, trata-se de pesquisa explicativa, com a “preocupação central de identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (GIL, 2002 p. 43). É de natureza qualitativa, visando a trabalhar as particularidades e as complexidades da realidade que o pesquisador se propõe a investigar, considerando a dinâmica das relações sociais que a cercam. Para Chizzotti (2009, p.79), “a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”.

Quanto ao delineamento dos procedimentos, o estudo é embasado na pesquisa de campo, durante a qual foram coletados dados junto às famílias por meio da técnica de

aplicação de formulário com perguntas abertas e fechadas; e junto aos profissionais do PBF por meio da técnica de entrevista semiestruturada¹, com a auxílio de roteiro de entrevista com perguntas previamente elaboradas a fim de alcançar os objetivos do estudo.

A pesquisa foi realizada no município de Barreirinha/AM, com os profissionais que fizeram parte da gestão do PBF no período de 2013 a 2019, selecionados com base nos seguintes critérios: (1) ser profissional que atuou na gestão do PBF entre 2013 a 2019; (2) ter atuado no mínimo há 1 ano; e (3) ter disponibilidade e interesse em participar da pesquisa. Obedecendo a tais critérios, obteve-se o total de 03 profissionais participantes da pesquisa.

O estudo contemplou a comunidade rural denominada Agrovila do Caranã, localizada às margens do rio Paraná do Ramos, em contexto de várzea, e distada aproximadamente 10 km da sede do município supracitado, com acesso exclusivamente fluvial. A localidade foi selecionada por estar situada no meio rural e por apresentar o maior número de famílias beneficiárias do PBF em situação de extrema pobreza conforme a renda per capita. Participaram da pesquisa as famílias ribeirinhas que atenderam aos seguintes critérios: (1) ser família beneficiária do PBF; (2) ter sido contemplada com o benefício antes de 2019; (3) ser família considerado em situação de extrema pobreza, com renda per capita de R\$ 0,01 a R\$ 89,00 - segundo os critérios estabelecidos pelo PBF; (4) ser morador da comunidade rural Agrovila do Caranã; (5) ser o/a responsável familiar do benefício; e (6) ter disponibilidade e interesse em participar da pesquisa.

Para realização das entrevistas e a aplicação dos formulários, houve a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assim como esclarecimento de possíveis dúvidas.

As informações coletadas na pesquisa de campo foram analisadas e sistematizadas com o intuito de compor o resultado da pesquisa. Adverte Prates (2014) que esta etapa é de extrema relevância, pois é o momento de relacionar a prática ao plano de pesquisa elaborado, estabelecer relações, observar e escutar sujeitos e articular suas expressões aos seus contextos, suas histórias e aos conhecimentos que acumulam ao longo das etapas anteriores do estudo. É o momento em que o pesquisador analisa os dados coletados em

¹ Usada por possibilitar “um contato com a realidade vivida pelos atores sociais” (GIL, 2002 p. 36), sendo considerada uma forma de interação social. Mais especificamente, “uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (GIL, 2002 p. 109). O pesquisador elabora um roteiro e/ou formulário com perguntas abertas e/ou fechadas, guiando o assunto que será discutido com os informantes (sujeitos da pesquisa).

campo à luz do referencial teórico-metodológico com intuito de propiciar uma reflexão acerca do objeto de estudo, possibilitando a reconstrução do conhecimento.

No que diz respeito à análise de conteúdo, Bardin (2016) sugere que o processo de análise e interpretação do conteúdo pode ser desenvolvido em três fases: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados obtidos e interpretação. A pré-análise é a fase da organização, a qual requer sistematização das ideias iniciais, escolha dos principais elementos a serem analisados nos documentos através da elaboração de indicadores ou critérios. A exploração do material implica transformação dos dados brutos em proposições ou expressão do conteúdo, processo esse realizado por meio da codificação e da caracterização do material. A fase tratamento dos resultados obtidos e interpretação se constitui a parte em que se apresentam os dados selecionados, interpretando-os de acordo com as categorias de análises escolhidas (BARDIN, 2016).

Quanto à organização da dissertação, esta encontra-se organizada em três seções. Na primeira, foi realizada uma abordagem sobre a Questão Social e os Programas de Transferência de Renda, elucidando a gênese da questão social e a trajetória das políticas sociais, sobretudo em âmbito brasileiro, perpassando pela discussão da emergência dos programas de transferência de renda no Brasil.

Na segunda, discorre-se sobre o Programa Bolsa Família (gênese e trajetória), percorrendo assim quase 20 anos de sua existência, tendo ainda sido trabalhados os elementos fundamentais que deram aportes à sua constituição.

Na terceira e última seção abordam-se os efeitos do PBF na realidade das comunidades ribeirinhas, destacando-se o contexto amazônico nas quais estão inseridas. Traz-se, ainda, o olhar dos profissionais e dos beneficiários a respeito da implementação do PBF nas comunidades ribeirinhas além de pontuarem-se seus efeitos na vida dos beneficiários

Por fim, apresentam-se os principais resultado da pesquisa, trazendo a percepção dos profissionais e das famílias beneficiárias sobre a implementação do PBF no contexto rural, apontando os principais desafios frente à realidade amazônica.

1 QUESTÃO SOCIAL E PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Esta seção tem o objetivo de realizar uma abordagem histórica acerca das duas categorias que compõem a construção teórica desta produção: questão social e Programas de Transferência de Renda (PTR). Para tanto, trabalham-se os seguintes tópicos: (1) trajetória das políticas sociais e gênese da questão social, em que se faz o resgate histórico das políticas sociais, elucidando-se os principais acontecimentos atrelados à gênese da questão social; (2) políticas sociais e realidade brasileira, em que se evidenciam as particularidades do desenvolvimento das políticas sociais no Brasil; e (3) programas de transferência de renda, em que se empreende uma reflexão a respeito dos PTR no Brasil e se as estratégias adotadas tendem ou não a combater a pobreza no país.

1.1 A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS E A GÊNESE DA QUESTÃO SOCIAL

Para que se possa adentrar na discussão da trajetória das políticas sociais, é necessário recorrer à história para entender alguns pontos fundamentais nesse processo.

Entre os séculos V e XV, a Europa viveu o que se chama sociedade pré-capitalista, caracterizada pelo modelo de produção feudal, em que predominava a relação entre senhores e servos. Desde esse período da história, já havia responsabilidades sociais, que naquele momento eram formas de intervir na sociedade. Quanto a isso, Behring e Boschetti (2011, p. 47) discorrem: “sociedades pré-capitalistas não privilegiavam as forças de mercado e assumem algumas responsabilidades sociais, não com o fim de garantir o bem comum, mas com intuito de manter a ordem social e punir a vagabundagem”. Tais responsabilidades sociais no modelo de sociedade pré-capitalista eram, como referem as autoras, de caráter caritativo, filantrópico e de iniciativas pontuais, com o objetivo único de punir e reprimir os indivíduos.

Ainda segundo Behring e Boschetti (2011), nas sociedades pré-capitalistas já era possível identificarem-se os primeiros passos daquilo que futuramente viria ser a política social, tendo sido na Inglaterra que ocorreram as protoformas das políticas sociais com as seguintes leis: Estatuto dos Trabalhadores (1349); Estatuto dos Artesãos (1563); Leis dos Pobres Elisabetanos (1531-1601); Lei de Domicílio (1662); Speenhamland (1795) New Poor Law (1834), como afirmam Behring e Boschetti (2011). Essas legislações

estabeleciam o Código Coercitivo de Trabalho, cujo intuito não era proteger, mas, ao contrário, coagir e punir os indivíduos considerados ameaças à ordem social. Quanto aos fundamentos comuns das Leis Inglesas, Castel (1988, p. 99) salienta:

Estabeleciam o imperativo do trabalho a todos que dependiam da sua força de trabalho para sobreviver; obrigar os pobres a aceitar qualquer trabalho que fosse oferecido; regular a remuneração do trabalho, de modo que o trabalhador pobre não poderia negociar formas de remuneração; proibir a mendicância dos pobres válidos, obrigando-os a se submeter aos trabalhos “oferecidos”.

As leis inglesas se firmaram, assim, com objetivo de manter a ordem das castas e impedir a livre circulação da força de trabalho, ou seja, elas não tinham intenção de proteger os indivíduos, tampouco transformar a sociedade, mas, sim, manter a estrutura posta. Com relação a esse contexto, Behring e Boschetti (2011) ressaltam que a lei Speenhamland (1795) diferenciou-se das anteriores, uma vez que apresentava caráter “menos” repressor e punitivo, pois oferecia não apenas um abono financeiro e uma complementação salarial, cujo valor se baseava no preço do pão, mas também assistência social aos empregados e desempregados. Por outro lado, impedia que os indivíduos saíssem da sua região geográfica para buscarem melhores condições de vida. De fato, a lei Speenhamland não tinha como objetivo estimular a competitividade no mercado de trabalho, mas controlar os indivíduos com intuito de manter a ordem.

Com a revogação da lei Speenhamland, foi instituída em 1834 a New Poor Law (Nova Lei dos Pobres), sendo nesse momento histórico que se observam traços do capitalismo associado aos primados do liberalismo, tornando o trabalho a única fonte de renda e estabelecendo a competitividade. Essa nova lei revogou os direitos restritivos estabelecidos pela lei Speenhamland, ocasionando um retrocesso na “proteção social” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Na Europa, a ascensão do capitalismo industrial no século XIX conferiu ao trabalho um grande potencial para atribuição de valores. Marx (1985) alertava que, na sociedade capitalista, o trabalho perde seu sentido como processo de humanização, sendo incorporado como atividade de valor. Assim, a força de trabalho é tratada como mercadoria e torna-se indispensável para a ascensão e a consolidação do modo de produção capitalista. Segundo Iamamoto (2001), é no desenvolvimento do modo de produção capitalista, caracterizado pela lei geral de acumulação, marcado por um cenário

conflituoso e contraditório, de intensas desigualdades sociais, que ocorre a gênese da chamada questão social.

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho-, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais (IAMAMOTO, 2001, p. 16).

Tendo como base a concepção da autora, entende-se que a questão social é resultado da relação contraditória entre capital e trabalho, explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital. Dessa forma, o modo de produção capitalista desencadeia a dualidade entre burguesia e proletariado e, conseqüentemente, traça um cenário onde, de um lado, tem-se a classe burguesa dotada de toda riqueza acumulada e, de outro, o trabalhador proletário, alicerçado à pobreza extrema oriunda do capital concentrado. Em outras palavras, os trabalhadores produzem riqueza e os capitalistas se apropriam dela. No bojo do capitalismo industrial, Marx (1985, p. 749) sinaliza:

Cada dia se torna mais claro que as condições de produção em que se move a burguesia não tem caráter unitário, mas sim, dúplice; que nas mesmas condições que se produz a riqueza, produz-se também a miséria; que nas mesmas condições em que se processa o desenvolvimento das forças produtivas, devolve-se também uma força repressiva; que essas condições do geram riqueza burguesa, isto é a riqueza da classe burguesa, com a destruição continuada de membros que integram essa classe e com a formação de um proletariado cada vez maior.

O modo de produção capitalista produz uma disparidade social, onde de um lado se concentra os detentores dos meios de produção e de outro, a massa de trabalhadores, à mercê de intensas jornada de trabalho no âmbito das fábricas, nitidamente ligada a um quadro de escassez e miserabilidade, que vende sua força de trabalho ao mesmo tempo produz riqueza à burguesia. Como evidenciado por Netto (2001, p. 42) “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”. Ainda segundo o autor, o capitalismo industrial escancarou aos trabalhadores uma fase difícil, fazendo com que vivenciassem as formas mais cruéis desse modelo de produção, e é neste contexto que se considera a gênese da questão social.

No contexto do capitalismo industrial na Europa, Hobsbawm (2005) e Hubermam (1976) descrevem a dura realidade das famílias que deixavam o campo para residirem no entorno das fábricas em busca de melhores condições de vida. Para esses autores, o crescimento do processo de acumulação do capital tem como consequência o aumento sem precedente do pauperismo da classe trabalhadora. Nesse sentido Hobsbawm (2005, p. 282-283) ressalta:

As cidades e as áreas industriais cresciam rapidamente, sem planejamento ou supervisão, e os serviços mais elementares da vida da cidade fracassavam na tentativa de manter o mesmo passo: a limpeza das ruas, o fornecimento de água, os serviços sanitários, para não mencionar as condições habitacionais da classe trabalhadora [...] O desenvolvimento urbano foi um gigantesco processo de segregação de classes, que empurravam os novos trabalhadores pobres para as grandes concentrações de misérias alijadas dos centros de governos e de negócios, e das novas áreas residenciais da burguesia. A consequência mais patente dessa deterioração urbana foi o reaparecimento de grandes epidemias de doenças contagiosas (principalmente as transmitidas pela água), notadamente a cólera [...].

A expansão do modelo capitalista na Europa durante o século XIX desencadeou inúmeros reflexos da questão social, afetando diretamente a classe trabalhadora, haja vista, como pontua Netto (2009), as condições insalubres à qual era submetida a viver. O modo de produção capitalista não somente possibilitou a acumulação de riqueza a um pequeno grupo da população, mas também, “ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital” (MARX, 1985, p. 275).

Essa produção desigual da riqueza inseriu no contexto de sua exploração homens, mulheres e crianças, que eram obrigados a trabalhar por longas jornadas de trabalho, com salários baixos, em condições insalubres, valorizando o capital e, em consequência, produzindo mais valia para o capitalista.

Pagavam os menores salários possíveis. Buscavam o máximo de força de trabalho pelo mínimo necessário para pagá-las. Como mulheres e crianças podiam cuidar das máquinas e receber menos que os homens, deram lhes trabalho, enquanto o homem ficava em casa, frequentemente sem ocupação. A princípio, os donos de fábricas compravam o trabalho das crianças pobres, nos orfanatos; mais tarde, como os salários do pai operário e da mãe operária não eram suficientes para manter a família, também as crianças que tinham casa foram obrigadas a trabalhar nas fábricas e minas. Os horrores do industrialismo se revelam melhor pelos registros do trabalho infantil naquela época (HUBERMAM, 1976, p. 192).

A acumulação de riquezas caminhava junto com o aumento das desigualdades e do pauperismo dos trabalhadores. Parafraseando Hubermam (1976), mulheres e crianças apresentavam-se como mão de obra abundante e de baixo valor no mercado. Assim, seus salários correspondiam ao valor reduzido ao que era determinado a outros trabalhadores do sexo masculino, crescendo ainda mais o pauperismo e a exclusão social.

Com a expansão do capital e o fluxo contínuo de trabalhadores sem trabalho, não demorou para que o sistema capitalista criasse um exército industrial de reserva. Essa população trabalhadora excedente é um produto necessário da “acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista” (MARX, 1985, p. 262-263). Por outro lado, a distribuição desigual da riqueza expressava-se pela degradação de seu modo de vida e pela variação do mercado (que ora absorvia-os, ora devolvia-os para sua condição de trabalhadores de reserva). Esses trabalhadores, sem perspectiva de ganho, encontravam-se excluídos das intervenções públicas, habitando na esfera do pauperismo, o qual, segundo Marx (1985, p. 273),

constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. Quanto maior a riqueza social produzida, o capital em funcionamento, a quantidade e a energia de seu desenvolvimento, maior a magnitude do proletariado e a força produzida de seu trabalho, e assim, também maior o exército industrial de reserva.

As desigualdades, fruto do antagonismo entre capital e trabalho, geraram o aumento do pauperismo na população trabalhadora, que crescia à medida que a classe burguesa expandia sua riqueza e, conseqüentemente, extraia ao máximo a mais valia da classe trabalhadora, destinando-lhe o mínimo para sua subsistência. Dessa forma, para Marx (1985, p. 274) “quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista”. Contudo, os trabalhadores que buscavam melhores condições de vida em meio à expansão industrial na Europa, passaram a se organizar e a criar estratégias para protestar contra o desemprego e contra a miséria em que viviam. Registra-se, nessa direção, “a ocorrência de inúmeros protestos de diferentes segmentos da classe trabalhadora que foram gestados um dos genuínos “produtos” da terceira década do século XIX: a consciência de classe” (SANTOS, 2012, p. 36).

Estas revoltas caracterizam um primeiro momento em que a classe trabalhadora, no bojo da organização social, percebe sua situação econômica, as desigualdades entre as classes sociais e a necessidade de uma organização política a fim de lutar contra as imposições da ordem vigente. Essa nova mentalidade assumida pelos trabalhadores desdobrou-se em importantes eventos, como o movimento Ludita, cujo objetivo foi reivindicar melhores condições de trabalho, especialmente a luta pela redução da jornada de trabalho, fazendo com que estes destruíssem as máquinas, principalmente na revolução de 1848 (NETTO, 2009).

Dessa dissolução resultou a clareza de que a resolução efetivas do conjunto problemático designado pela expressão “questão social” seria função a subversão completa da ordem burguesa, num processo do qual estaria excluída qualquer colaboração de classe – uma das resultantes de 1848 foi a passagem, em nível histórico-universal, do proletariado da condição de classe para si, as vanguardas trabalhadoras acenderam, no seu processo de luta, à consciência política de que a questão social está necessariamente colocada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz à supressão daquela (NETTO, 2009, p. 156).

Netto (2009) complementa que o crescimento do pauperismo se tornou campo para o discernimento das inquietações e do questionamento da classe trabalhadora sobre a ordem vigente. Deste modo, a classe proletária passa a compreender que, nesse processo de acumulação do capital, a produção de riqueza é condicionante para o aumento das desigualdades entre patrões e empregados, já que a riqueza socialmente produzida se concentra nas mãos de uma minoria.

Essa compreensão adquirida pela classe proletária possibilitou a criação de sindicatos, manifestações públicas e outras formas de organização que expressavam o descontentamento da classe trabalhadora em relação às prolongadas jornadas de trabalho, aos salários baixos e às condições insalubres de vida. Por outro lado, a concentração de trabalhadores nas cidades facilitava a comunicação, juntava suas insatisfações contra o contexto social em que viviam, aumentando ainda mais o sentimento de classe e a cooperação entre eles.

Como forma de conter o descontentamento dos trabalhadores, o Estado criou estratégias para conter suas manifestações. De acordo com Netto (2001), a classe burguesa considerava a questão social como consequência natural do progresso da sociedade, ou seja, as ações voltadas para combatê-la eram de caráter moral, psicologizante, paliativos e filantrópicos, dos homens e de toda sociedade. Para o autor,

[...] no âmbito do pensamento conservador, a questão social, numa operação simultânea à sua naturalização, é convertida em objetos de ação moralizadora. É, em ambos os casos, o enfrentamento das suas manifestações deve ser função de um programa de reforma que preserve, antes de tudo e mais, a propriedade privada dos meios de produção. Mais precisamente: o cuidado com as manifestações da questão social é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômica estabelecida, trata-se de combater as manifestações da questão social sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. Tem se aqui, obviamente, um reformismo para conservar (NETTO, 2001, p. 155).

O enfrentamento da questão social pela burguesia desdobrou-se em ações moralizantes e paliativas, que não combatiam as desigualdades existentes relativas à classe trabalhadora, população relativa de excluídos, que eram vistos como os principais responsáveis por suas mazelas. Logo, as intervenções eram pensadas não como mecanismo de assegurar a eles sua própria autonomia, mas como formas de manter a ordem, preservar a propriedade privada e conseqüentemente a exploração da classe trabalhadora (SANTOS, 2012).

A frágil intervenção estatal em relação aos problemas sociais e a ausência do Estado nas decisões do mercado eram fortes características do liberalismo econômico da época. Brito (2012, p. 58) pontua que os liberais, nesse cenário, “entendem que a miséria é natural e permanente já que está existe em decorrência da não perfeição da humanidade, sendo, pois, considerado um fato da moral humana e não pelo acesso desigual à riqueza produzida”. Por outro lado, com o progresso dos meios de produção e as mudanças estruturais da sociedade, o estágio de desenvolvimento do capitalismo sofre transformações, saindo de cena o capitalismo concorrencial para dar lugar ao capitalismo monopolistas, cujas principais características são o aumento da taxa média de lucro e maior consumo de bens e serviços. Assim, “a nova dinâmica social que se estabelece, visa ao controle das duas tendências a centralização e concentração do capital e com o aumento das possibilidades tecnológicas de economizar trabalho vivo” (BRITO, 2012 p. 62).

Para Behring e Boschetti (2011, p. 68), o mercado foi comandado, mais e mais, “por grandes monopólios, e a criação de empresas passou a depender de um grande volume de investimento, o dinheiro emprestado pelo banco, numa verdadeira fusão entre o capital bancário e o industrial, que dar origem ao capital financeiro”.

O desenvolvimento do sistema capitalista na Europa no início do século XX desenhou um novo cenário para a economia e para a classe trabalhadora. O capital passou a expandir cada vez mais suas fronteiras em buscas de novos mercados, os investimentos

bancários e empresariais se fundiam para criar grandes corporações, as quais absorviam as pequenas empresas, e estas, sem o mesmo poder de capital, ficavam inviabilizadas de competir de forma justa no mercado (SANTOS, 2012).

O mercado se expande e, com ele, uma superprodução de mercadoria. Contudo, essa expansão das fronteiras comerciais, aliada a uma produção em massa, não se apresenta como suficiente para movimentar o mercado e gerar capital. Isso decorre da lei de valor da mercadoria, pois com excedentes de produtos fabricados, as especulações para sua valorização caem, de modo que seu escoamento não atinge os valores esperados. Behring e Boschetti (2011) acreditam que a crise de 1929 a 1932 é um dos exemplos clássicos em que os donos dos meios de produção foram obrigados a reconhecer os limites do mercado, pois, para produzir, é necessário que o mercado esteja interessado em comprar. Segundo a leitura das autoras, essa crise força

[...] a queda da tendência da taxa de lucros em relação ao conjunto do capital social. A concorrência é acirrada, bem como a especulação. Há uma estagnação do emprego e da produtividade, o que gera uma forte capacidade ociosa na indústria. Como isso, configura-se uma superabundância de capitais e uma escassez de lucros, produzindo o desemprego generalizado e a queda do consumo, inviabilizando o processo da mais valia (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 70).

Tal cenário gerou um número elevado de trabalhadores sem emprego, o que se refletiu no aumento da miséria, da violência, da mendicância e das condições históricas estruturais, as quais obrigaram o Estado a rever seus conceitos de restabelecer o equilíbrio econômico.

Com intuito de responder a esse panorama contraditório, permeado por tensões e conflitos, agudizado pelas expressões da questão social, emerge a política social entendida como estratégia de intervenção do governo nas relações sociais originadas no mundo da produção, ou seja, a política social foi relacionada a um processo de mediação, como estratégia estatal entre interesses conflitivos. Os estudos de Behring e Boschetti (2011, p. 112) certificam a unanimidade em situar o final do século XIX como o “período em que o Estado capitalista passa a assumir e realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada e sistematizada e com caráter de obrigatoriedade”.

Resultado das lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho, as políticas sociais também respondem aos interesses do capital no sentido de manutenção da força de trabalho e socialização dos custos com a reprodução, elementos também

importantes para o Estado no sentido de sua legitimação (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). Concorde-se com as autoras quando estas afirmam que as políticas sociais atuam no sentido de pacificar os efeitos nocivos da ordem capitalista para que assim possa sustentá-la como ordem vigente.

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, uma vez que dependeu do movimento de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, assim como das relações e das composições de força no âmbito do Estado (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

No tópico a seguir, ver-se-á o desdobramento da política social no Brasil, pontuando-se os momentos determinantes para a sua construção histórica.

1.1.1 Políticas sociais e realidade brasileira

No Brasil, o desenvolvimento das políticas sociais não acompanhou o percurso do mesmo período histórico dos países centrais, constituindo marcas dessa particularidade histórica. Yazbek (2012) sinaliza que a experiência colonial e a escravidão prolongada deixaram a cargo dos trabalhadores a responsabilidade por sua própria sobrevivência.

Segundo Behring e Boschetti (2011), no final do século XIX, mais precisamente no ano de 1888, é observada na história do Brasil a criação de uma caixa de socorro para a burocracia pública. No ano seguinte, 1889, os funcionários da Imprensa Nacional e os ferroviários conquistaram o direito à pensão e a 15 dias de férias, estendendo-se tais conquistas aos funcionários do Ministério da Fazenda em 1890. Em seguida, tem-se a primeira legislação para a Assistência à Infância no Brasil, cabendo frisar que tal legislação não foi cumprida. Fechando as conquistas no século XIX, os funcionários da Marinha, em 1892, adquirem o direito à pensão.

Nos primeiros anos do século XX, observa-se a formação dos primeiros sindicatos, tendo sido conquistado o direito de organização sindical em 1907. Nas palavras de Behring e Boschetti (2011, p. 80), “esse novo cenário político e social promove mudanças na correlação de forças”, porém as intenções de mudanças estabelecidas nem sempre foram cumpridas, tal como sinalizado, por exemplo, em 1911, ano em que foi estipulada, mas não assegurada, a redução da jornada de trabalho para 12 horas diárias. Em 1919, no âmbito da segurança do trabalho, regulamentou-se a questão dos acidentes de trabalho no Brasil, no entanto tal situação era vista como responsabilidade individual e, não, do empregador.

O ano de 1923 marcou de fato o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil a partir da aprovação da Lei Eloy Chaves, que instituiu a obrigatoriedade das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP) para algumas categorias de trabalhadores, tais como ferroviários e marítimos, profissões essas que estavam diretamente ligadas à exportação de café, principal atividade econômica da época. Ainda que nesse dado momento da história tenha sido observado um avanço na conquista dos direitos trabalhistas, chama-se a atenção para as limitações impostas, as quais tornavam tímido o processo do desenvolvimento das políticas sociais. Cabe salientar que esses ganhos são frutos da organização sindical que se alastrava naquele momento (especialmente nas três primeiras décadas do século XX) aliada às primeiras greves dos trabalhadores (SANTOS, 1987).

Inúmeros eventos relevantes repercutiram nos cenários econômico, social e político do Brasil. As insatisfações da população foram postas à mostra, fazendo com que esta caminhasse a passos firmes em direção a uma consciência de classe. A crise mundial de 1929-1932 deixou marcas no desenvolvimento brasileiro, tanto de caráter econômico quanto político (SANTOS, 1987). Para Freitas (2005) as mudanças de caráter econômico surgem em decorrência da crise do café, fazendo com que o país passasse do modelo de desenvolvimento agroexportador para o modelo urbano-industrial; e as de natureza política surgem em torno da ascensão ao poder do governo Getúlio Vargas ao poder, cujo caráter era populista.

Os estudos de Behring e Boschetti (2011) sinalizam que os primeiros sete anos do governo Getúlio Vargas foram marcados por fortes disputas de hegemonia e de direção do processo de modernização do país. Tal governo impulsionou a construção do Estado Social, apoiado nos modelos internacionais, mas prevalecendo as mediações internas particulares. Yazbek (2012, p. 296) pontua que “a partir do Estado Novo (Getúlio Vargas, 1937-45), as políticas sociais se desenvolvem de forma crescentes, como respostas às necessidades do processo de industrialização”.

O âmbito do trabalho, da previdência, da saúde, da educação, da assistência social e da infância e juventude passaram por importantes avanços entre os anos de 1930 a 1943, como sinalizam os estudos de Draibe (1990) e Faleiros (2000). Podemos pontuar como marcas desse processo, especialmente na esfera do trabalho, a criação do Ministério do Trabalho em 1930 e a da Carteira de Trabalho, em 1932, o que possibilitou o acesso a alguns direitos, desde que os trabalhadores tivessem emprego registrado (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2014). Por outro lado, os trabalhadores que não estivessem

inseridos no mercado formal de trabalho estavam condicionados a viver um “modelo de regulação pela benemerência” (SPOSATI, 1994, p. 8).

Silva, Yazbek e Giovanni (2014) pontuam que o marco da previdência social ocorreu na década de 1930, mais especificamente em 1932, com a criação do Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAP), cujo objetivo era ampliar o papel da CAP (Caixa de Aposentadoria e Pensões), *a priori* para categorias específicas, como marítimos, comerciários e industriais, condicionados pela contribuição. Os autores justificam a extinção das CAP em virtude da disseminação dos IAP. Santos (1987) sinaliza que os IAP ofereciam um conjunto de benefícios e serviços de acordo com a contribuição dos trabalhadores, dos empresários e do Estado, mas, para além da garantia dos benefícios e serviços, a preocupação maior era a acumulação da reserva financeira. Outro marco com representatividade nos anos de 1930 foi a criação do Ministério da Educação, seguido do Conselho Consultivo do Ensino Comercial. Na saúde, foi criado o Ministério da Saúde Pública, no entanto a saúde estava ligada aos IAP, sendo a saúde pública naquele momento efetivada por meio de campanhas sanitárias (YAZBEK, 2012).

No que diz respeito à Infância e à Juventude, o Código de Menores de 1941, de caráter punitivo, constituiu-se marco importante. Nas palavras de Behring e Boschetti (2011, p. 108), “apesar dos objetivos declarados de proteção a esse segmento, pela ausência de financiamento e pela cultura da época, prevaleceram a coerção e os maus-tratos aos jovens pobres e delinquentes”.

Referentemente à assistência social, Aureliano e Draibe (1989) assinalam que é difícil pontuar um momento exato para identificar seu desenvolvimento, especialmente por seu caráter fragmentado e desorganizado que acompanhou sua trajetória. Behring e Boschetti (2011), porém, sinalizam certa centralização das ações em 1942, ano em que foi criada, em âmbito federal, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), liderada pela então primeira-dama, Darcy Vargas, para atender as famílias dos envolvidos na Segunda Guerra Mundial. As ações da LBA, no entanto, possuíam características caritativas.

No período de 1943-1944, acontece o processo de declínio da ditadura Vargas, culminando com deposição do presidente no ano de 1945. Pontua-se que, nesse momento, observa-se um período de intensas crises econômicas, políticas e sociais em virtude da urbanização e da industrialização que o país vivenciava (AURELIANO; DRAIBE, 1989).

As disputas dos projetos de desenvolvimento do país e a intensificação da luta de classe caracterizaram o período de 1946 a 1964. Quanto aos projetos desenvolvimentistas,

Yazbek (2012) pontua que a ideologia desenvolvimentista se apoiava na tese de que o atraso do país de Terceiro Mundo era consequência de seu precário sistema industrial e de suas insuficiências tecnológicas. Nesse dado momento da história, a burguesia brasileira se encontrava fragilizada, o que resultou nas divisões político-partidária desse grupo.

A consolidação do sistema de proteção social foi fruto das profundas mudanças na reorganização do Estado, promovida pela ditadura instaurada no país em 1964 (NETTO, 1998). Tal reorganização aconteceu principalmente pela Reforma da Previdência, com a unificação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP). Behring e Boschetti (2011, p. 135) lembram que a “unificação, uniformização e centralização da previdência social no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1966 retiram definitivamente os trabalhadores da gestão da previdência social, que passa ser tratada como questão técnica e atuarial”.

Silva, Yazbek e Giovanni (2014) pontuam que, com o advento da Constituição Federal brasileira de 1988 – CF/88 (BRASIL, 1988), assiste-se a mudanças no sistema de proteção social, com caracterização distributivista com maior responsabilidade pública nos seguintes aspectos: regulação; produção e operação; ampliação dos direitos sociais; universalização do acesso e expansão da cobertura; esgarçamento do vínculo contributivo, com concepção mais abrangente da seguridade social e do financiamento; e princípio organizacional da participação e do controle social.

Dessa forma, as políticas sociais, em sua trajetória, possuem dois momentos importantes e cruciais: o período pós 1930, considerado como fase inicial da formação do Sistema de Proteção Social, “a era dos direitos sociais”; e o período pós CF/88, que amplia o padrão de proteção social, configurado por meio da perspectiva de Seguridade Social. Nessa vertente, Silva (2016, p. 25) assinala:

O sistema de proteção social permaneceu durante muito tempo estruturado sobre uma vertente essencialmente contributiva com pouca participação de benefícios de natureza semi ou não contributiva. [...] não resta dúvida que, a CF de 1988 representou um impulso significativo voltado para os trabalhadores rurais e dos benefícios assistenciais direcionados para idosos e pessoas com deficiência.

A origem do Sistema de Proteção Social constituído das vertentes previdenciárias e assistenciais, com articulação das políticas de assistência social, de cunho não contributivo; de Saúde, de caráter universal; e de Previdência Social, de teor contributivo, as quais formavam o tripé da Seguridade Social no Brasil.

Por outro lado, Silva, Yazbek e Giovanni (2014) assinalam que o processo de ampliação de direitos sociais, rumo à universalização que se desenvolveu durante as décadas de 1970 e 1980, veio a ser fortemente combatido e interrompido durante a década de 1990, quando o governo brasileiro passou a adotar, tardiamente, o chamado projeto de desenvolvimento econômico, sob a orientação da ideologia neoliberal, em busca da inserção do Brasil na chamada competitividade da economia globalizada. Segundo Silva (2016, p. 23), vivenciava-se uma

conjuntura de estagnação econômica, de precarização e informalização do trabalho, de elevação do desemprego e do rebaixamento do valor real da renda do trabalho, com redução dos direitos sociais e conseqüentemente a ampliação e aprofundamento da pobreza e desigualdade.

Essa lógica adotada pelo Estado brasileiro implicou um Estado com mínima responsabilidade social, ficando a sociedade responsável pelos problemas sociais. Em análise, assistiu-se, nos anos 1990, a um verdadeiro desmonte do Sistema Brasileiro de Proteção Social, evidenciando-se, assim, um retrocesso nas ofertas de serviços, incluindo nas áreas sociais básicas (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2014).

A década de 1990 representa um período de profunda contradição no campo do bem-estar social no Brasil. De um lado, observa-se um avanço no plano político-institucional, representado pela estabelecimento da Seguridade Social e dos princípios de descentralização e de participação social, como previsto na CF/88; de outro, o plano da intervenção estatal no social, movimento orientado por posturas restritivas, com adoção de critérios cada vez mais focalizados, com maior rebaixamento do corte de renda para fixação da linha de pobreza a fim de restringir cada vez mais a população da proteção do Estado (SILVA, 2016). Assim, o período foi marcado pela redução das ações do Estado no campo social e pelo retorno às práticas assistencialistas e ao caráter seletivo e centralizador, acarretando marcas significativas no campo das políticas sociais brasileiras.

1.2 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: É POSSÍVEL COMBATER A POBREZA NO BRASIL?

Desenvolve-se aqui uma reflexão sobre os Programas de Transferência de Renda (PTR) desenvolvidos no Brasil sobre a eficácia, ou não, das estratégias adotadas para combate à pobreza no país. Para isso é necessário evidenciar qual a concepção de pobreza

adotada nesta análise, assim como conhecer a evolução histórica dos PTR, especialmente no cenário brasileiro, para, então, aprofundar a discussão sobre o tema.

1.2.1 Pobreza: uma análise para além da concepção de renda

Trazer à tona a discussão a respeito de conceituação de pobreza é extremamente complexo. A pobreza tem estado na história da humanidade sob diferentes formas e intensidades, produzindo efeitos diversos sobre o conjunto da sociedade. Sua análise pode ser feita levando-se em conta algum “juízo de valor”, em termos relativos ou absolutos. Pode ser estudada apenas do ponto de vista econômico ou com a incorporação de aspectos não econômicos à análise, sendo contextualizada de forma dependente ou não da estrutura sociopolítica da sociedade (CRESPO; GUROVITZ, 2002). Na mesma linha de pensamento, Codes (2008), em seus estudos sobre pobreza, sinaliza diferentes perspectivas conceituais que se sucederam ao longo do tempo, sendo as principais: subsistência, necessidades básicas, privação relativa, privação de capacidades e multidimensionalidade.

a) Subsistência

Na perspectiva de subsistência, a pobreza é analisada como uma necessidade de manutenção meramente física. Tal abordagem, com base nos resultados dos trabalhos elaborados por nutricionistas, definia como pobre a família cuja renda não fosse suficiente para obter o mínimo necessário para sua manutenção meramente física (CODES, 2008).

b) Necessidades básicas

A vertente das necessidades básicas apresenta a pobreza em uma abordagem multifacetada, que enfatiza a necessidade de um mínimo rendimento para suprir as demandas de caráter privado de indivíduos/famílias (alimentação, habitação, vestimenta), assim como as necessidades referentes aos serviços essenciais providos pela e para a comunidade como um todo (água potável, serviços sanitários, transporte público, saúde, educação e acesso à cultura) (ROCHA, 2003, p. 20). Nesse sentido, o conceito de necessidades básicas se apresenta como uma extensão do de subsistência, uma vez que enfatiza os recursos mínimos requeridos pelas comunidades locais em suas totalidades, e não apenas necessidades de sobrevivência e eficiência de indivíduos e famílias.

c) Privação relativa

A pobreza como privação relativa tem relação direta com a desigualdade na distribuição de renda. É explicitada segundo o padrão de vida vigente na sociedade que define como pobres as pessoas situadas na camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas àquelas mais bem posicionadas. O conceito de pobreza relativa é descrito como a situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder. Uma linha de pobreza relativa pode ser definida, por exemplo, calculando-se a renda per capita de parte da população. Essa conceituação, entretanto, torna-se incompleta ao não deixar margem para uma noção de destituição absoluta, requisito básico para a conceituação de pobreza. Também acaba gerando ambiguidade no uso indiferente dos termos pobreza e desigualdade que, na verdade, não são sinônimos (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

d) Privação de capacidade

O enfoque de pobreza como privação de capacidades tem como referência Sen (1999), em sua definição de que ser pobre não implica somente a privação material, mas transcorre as demais áreas da vida humana, ressaltando que as privações sofridas determinarão o posicionamento dos cidadãos nas outras esferas. O autor complementa ao pontuar que a pobreza não pode ser definida de forma única e universal e que a abordagem tradicional mais conhecida e mais simples de defini-la está fortemente associada à ideia de privação sob um viés unidimensional com enfoque monetário. Pontua, ainda, que a pobreza pode ser definida como privação das capacidades básicas de um indivíduo, e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido: “A pobreza não deve ser identificada com o critério padrão da escassez de renda, mas deve ser interpretada como a privação das chamadas capacidades básicas” (SEN, 1999, p. 87).

Para Sen (1999), “capacidade” entende-se às combinações alternativas de funcionamentos de possível realização, sendo, portanto, a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos ou a liberdade para ter estilos de vida diversos. Ele fornece o seguinte exemplo: uma pessoa abastada, que faz jejum por livre e espontânea vontade, pode ter a mesma realização de funcionamento que uma pessoa pobre forçada a passar fome extrema. A primeira pessoa, porém, possui um “conjunto

capacitário” diferente do da segunda. A primeira pode escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda.

e) Multidimensionalidade

A pobreza como perspectiva multidimensional é percebida como um conjunto de problemas mais abrangentes, constituintes de um emaranhado de fatores que se relacionam entre si e acabam por dificultar o desenvolvimento do indivíduo nos diferentes contextos da vida.

Martins (1991) em seus estudos sobre pobreza, salienta que esta tem caráter multidimensional, logo não se caracteriza pela restrição de acesso a bens, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperança. Essa face da pobreza não se caracteriza pela falta de renda, alimentação e habitação, mas pela falta de oportunidade, de informação, de possibilidade e, muitas vezes, de esperança, em que o sujeito que está à deriva de seus direitos e subalterno às condições impostas pelo sistema capitalista não consegue ter esperança de superação de sua condição. Mesmo que tenha potencialidades, falta-lhe oportunidade e possibilidade para ter a esperança.

Para Rocha (2003) a multidimensionalidade da pobreza envolve aspectos de diversas naturezas: materiais, subjetivos, assim como dimensões políticas e sociais relacionadas à questão; e, por tudo isso, observa-se que se trata, de fato, de um fenômeno de caráter multidimensional, em que as diversas carências e fatores socioeconômicos a ele associados encontram-se inter-relacionados. A autora destaca que as dificuldades de abordagem recaem na sua complexidade e nas especificidades dos contextos diversos: a pobreza manifesta-se distintamente em áreas urbanas e rurais, em cidades com diferentes graus de urbanização, em distintas condições climáticas e socioeconômicas de acesso à terra e a outros recursos naturais, enfim, em sociedades que apresentam diferentes valores e condições de vida.

1.2.2 Concepção de pobreza adotada nesta análise

Como se pode observar, as formulações e as análises sobre a pobreza, ao longo dos anos, caminharam em direção à ampliação da percepção sobre o fenômeno. Cada vez mais,

múltiplas dimensões foram sendo associadas à problemática e incorporadas às investigações sobre o tema.

Os enfoques sinalizados, retratam a pobreza a partir concepções que se distanciam ou aproximam-se entre si, no entanto, para esta análise, trabalhar-se-á a pobreza como uma manifestação da questão social, expressão direta das relações vigentes na sociedade, traduzida como categoria histórica e socialmente construída, não podendo ser tomada como processo natural (YAZBEK, 2012).

Partindo dessa concepção, a pobreza não se reduz a privações materiais, como alimentação e habitação, mas vai além, alcançando as concepções políticas, sociais, culturais e o modo de vida em sua totalidade. Como categorial multidimensional, ela não se caracteriza pela restrição de acesso a bens ou pela ausência de renda, sendo categoria política marcada, como bem pontuou Martins (1991), pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperança, cenário em que o sujeito, privado de seus direitos e subordinado às condições do sistema capitalista, não consegue, mesmo possuindo possibilidades, ter esperança de superar sua condição, uma vez que faltam oportunidades e possibilidades.

As análises de Yazbek (2012) mostram que as relações estabelecidas por um sistema contraditório, desigual e excludente afetam diretamente o indivíduo e seu meio, em um processo de produção e reprodução das desigualdades, fazendo que ele seja produto desse complexo permeado de privações. A pobreza é mais que ausência de recursos financeiros, é uma condição de denúncia da fragilidade das relações sociais, e não será superada com igualdade salarial, sendo preciso igualdade de condições. Nas palavras de Codes (2008, p. 14) “a pobreza não é um (des)arranjo natural, é uma indicação clara de que há desigualdades/diferenciações/predileções”.

Yazbek (2002) explica que as relações estabelecidas no modo de produção capitalista, reforçadas pelos impactos negativos deste nas diversas esferas da sociedade, deixam intensas marcas na população pobre pela via da intensificação do desemprego, da ausência de condições viáveis de trabalho, da carência de oportunidade de emprego, estudo, acesso a saúde, precarização nas condições de habitação, alimentação e demais fatores que proliferam e intensificam a pobreza, tornando-a um experiência diária na vida dos indivíduos. A autora assinala que a pobreza, de um modo geral, implica perdas irreparáveis em várias dimensões da existência humana e marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa situação.

Tais apontamentos expressam o quanto a sociedade pode tolerar e banalizar a pobreza, tornando-a um efeito natural da sociedade, afastando qualquer tipo de questionamento da estrutura posta. Para tanto, faz-se necessário olhar a pobreza como um todo, não a dissociando das relações sociais, da qual é fruto. Nas palavras de Rocha (2003, p. 18) “o pobre deve ser visualizado enquanto sujeito de direitos, quanto pessoa grupal, quanto ser humano coletivo, e a partir de suas relações sociais”.

Demo (2003) critica alguns estudos que escamoteiam o fenômeno da pobreza ao privilegiarem o aspecto da carência material, estudos que usam linhas de pobreza que, forçadamente, buscam diminuir o número de pobres, não considerando o retrato original da sociedade. Acredita-se que a renda, apesar de ser crucial e central na sociedade capitalista, é insuficiente para caracterizar a pobreza, que, longe de ser compreendida apenas pelo aspecto da condição econômica, deve ser vista como um processo que envolve dimensões políticas, sociais e modo de vida. O autor, ao analisar a pobreza, ressalta:

Estamos habituados a ver pobreza como carência material, no plano do ter: é pobre quem não tem renda, emprego, habitação, alimentos, etc. Esta dimensão é crucial e não poderia, em momento algum, ser secundarizada. Mas a dinâmica da pobreza não se restringe à esfera material do ter. Avança na esfera do ser e, possivelmente, alcança aí intensidades ainda mais comprometedoras. Mais drástico do que não ter mínimos materiais para sobreviver é não ser nada na vida (DEMO, 2003, p. 02).

No Brasil, a metodologia mais utilizada para mensuração da pobreza é a de insuficiência alimentar, seguida das definições monetárias mediante o estabelecimento de linha de pobreza que, assim, é de caráter unidimensional. A partir de 2011, o governo brasileiro adotou, através do programa Brasil Sem Miséria, o princípio da pobreza multidimensional, reconfigurando seus critérios de elegibilidade e seu portfólio de programas sociais e propondo novos desafios para a concepção e a implementação de políticas sociais no país (FAHEL; TELES; CAMINHAS, 2016).

A adoção do conceito de pobreza multidimensional pelo programa Brasil Sem Miséria, como uma estratégia para gerar uma melhor compreensão dos objetivos propostos na área social, reabriu o debate sobre a necessidade de se repensar os limites dos programas sociais no combate à pobreza. O avanço e a disseminação de tal abordagem exige maior aprofundamento do conceito de pobreza multidimensional para a reconfiguração e a maximização de resultados dos novos programas sociais em processo de implementação.

Nessa perspectiva, a configuração da multidimensionalidade da pobreza e de suas medidas participam do desenho das políticas sociais no país, sendo necessária sua inserção na agenda da arena social. Dessa forma, para serem eficientes, as estratégias de redução da pobreza precisam avançar em direção ao reconhecimento das necessidades peculiares dos indivíduos inseridos em um dado contexto social e cultural, possibilitando a inserção de novos elementos para uma leitura ampliada desse fenômeno.

Para Fahel, Teles e Caminhas (2016) a análise da pobreza, em uma visão multidimensional, com exame dos aspectos constituintes de cada sociedade, com alcance de suas múltiplas dimensões estruturantes, pode proporcionar uma matriz abrangente para o direcionamento de propósitos e metas das políticas públicas sociais.

Cabe, então, pensar no papel estratégico da transição de um conceito unidimensional da pobreza e eminentemente economicista, ainda adotado por diversos organismos multilaterais e governos, para uma perspectiva multidimensional e focalizada nas dimensões sociais estruturantes da vida humana. Em outras palavras, a configuração de um diagnóstico multidimensional da pobreza pode contribuir de maneira relevante para se pensar em políticas públicas, gerando uma transformação estrutural em seu formato e sua abrangência, bem como alterando significativamente sua concepção de efetividade.

1.2.3 A trajetória dos Programas de Transferência de Renda no Brasil

Na concepção de Silva (2016), os PTR são repasses monetários realizados a alguém e/ou famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica cujo objetivo é enfrentar e aliviar de forma imediata a pobreza através do suporte financeiro, além de reforçar o acesso aos direitos sociais básicos nas diferentes políticas públicas por meio das condicionalidades exigidas pelos programas. Suplicy (2013, p. 42) aponta os PTR como “possibilidades concretas, simples e objetivas de garantia do direito mais elementar do ser humano, o direito à vida, mediante uma justa participação na riqueza socialmente produzida”.

No Brasil, em análises realizados por Silva, Yazbek e Giovanni (2014), as experiências dos PTR se fundamentam em duas vertente: (1) como programas de natureza compensatória e residual, fundamentados nos pressupostos liberais/neoliberais, cujo objetivo seria manter os interesses do mercado, colocando o indivíduo como consumidor para aquecer a economia; e (2) como distribuição de renda, com o objetivo de alcançar a

autonomia do cidadão, contribuindo para a inclusão social daqueles que estariam desprotegidos socialmente.

Considerando as vertentes supracitadas, pode-se afirmar que, em âmbito brasileiro, o PTR, como programa de natureza compensatória e residual, está alicerçado na reprodução da pobreza extrema, e não na sua superação. Tende a apaziguar os efeitos da pobreza e da vulnerabilidade social, todavia não se propõe a transformar tal condição. Cabe lembrar que, nessa linha de pensamento, o objetivo não é retirar o indivíduo da situação precária em que se encontra, mas, sim, reproduzir uma classe pobre com garantia de sobrevivência mínima, sem ultrapassar uma determinada linha de pobreza, o que se configura situação confortável para o modelo econômico.

Já a vertente dos PTR como distribuição de renda preza pela autonomia e pela inclusão social do indivíduo por meio de um enfoque positivo, capaz de incluir todos os que necessitam do benefício, visando a uma vida digna. Essa premissa, contudo, não satisfaz aos princípios do mercado.

A década de 1990 no Brasil ficou marcada pela predominância dos PTR (sobretudo de iniciativas municipais), os quais se originaram de propostas de políticos do Partido dos Trabalhadores, arraigados em uma perspectiva rumo à distribuição da riqueza socialmente produzida (SILVA, 2016). Todavia, a ampliação das propostas de âmbito municipal e a formulação de um programa de abrangência nacional tiveram, como pano de fundo, as orientações de pressupostos liberais/neoliberais. Tal direcionamento não seria capaz de chegar à raiz do problema, mas, ao contrário, como aponta Silva (2016), encontra-se direcionado para a criação de uma camada de indivíduos cada vez mais pobres, situados num patamar de indigência, pauperização e desigualdade no país.

Fonseca (2001) salienta que o momento de crise pela qual atravessava a sociedade brasileira na década de 1990 – caracterizado pela precarização no mundo do trabalho, por dificuldades financeiras e desregulamentação do *Welfare State* e por significativo aumento de parcela da população dependente de benefícios não contributivos – colaborou significativamente para o renascimento do debate da renda mínima dentro do padrão de proteção social.

Sousa (1998) destaca que no Brasil, desde o ano de 1970, notam-se as primeiras iniciativas governamentais de transferência de renda para idosos e pessoas com deficiência como estratégia de enfrentamento à pobreza da época. Mas foi em 1975 que tais iniciativas ganharam impulso, quando o professor Antônio Maria da Silveira publicou um artigo

ligado à agenda de erradicação da pobreza, no qual, no entendimento do autor, a economia brasileira não estava atendendo às necessidades para a sobrevivência da população (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2014).

Nesse sentido, foi apresentada uma proposta por Silveira fundamentada no Imposto de Renda Negativo (IRN), a qual preconizava a transferência de renda aos trabalhadores que não possuíam renda a um determinado patamar fixado, tendo em vista a redução da pobreza (Suplicy, 2013). Como explica Fonseca (2001, p. 94), Silveira, em sua proposta, argumentava que o programa deveria ajudar o pobre diretamente e “tratar o indivíduo como indivíduo e não como membro de um grupo particular, seja este ocupacional, salarial, etário, sindical ou industrial”. Para a implementação do programa, o professor sugeria, inicialmente, que os idosos da população pobre fossem os primeiros selecionados, seguindo-se progressivamente os mais novos.

Os PTR foram elaborados em uma conjuntura socioeconômica marcada pelo grande crescimento do desemprego, com formas de ocupações precárias e instáveis, sem proteção social garantida pelos benefícios da Previdência Social; e, ainda, pela queda da renda oriunda do trabalho e pelo aumento da pobreza e da desigualdade social (SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2014).

O tema da transferência de renda no Brasil ganhou visibilidade a partir de uma análise realizada por Silva (2016), na qual aponta que a primeira iniciativa para a transferência de renda no Brasil foi a proposta do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM), feita pelo Senador Eduardo Suplicy, aprovada em 16 de dezembro de 1991 em nível nacional. O projeto foi apresentado ao Senado Federal como um programa universalista, em que se propunha transferir uma renda para todos os cidadãos brasileiros com mais de 25 anos numa faixa de renda pré-determinada.

Ainda de acordo com Silva (2016), o programa visava a beneficiar, sob a forma de imposto de renda negativo, todas as pessoas que recebessem rendimentos brutos inferiores a 2,5 salários-mínimos efetivos na época. Na perspectiva de Suplicy (2013, p. 123), “o imposto de renda negativo seria correspondente a 50% da diferença entre aquele patamar de renda e a renda da pessoa, caso ela estivesse trabalhando, e 30% no caso em que a pessoa tivesse rendimento nulo”.

Referentemente a esse projeto apresentado pelo Senador Suplicy, Silva (2016) esclarece que, embora apresentasse consistência nos dados levantados com base na realidade brasileira e tenha sido aprovado por unanimidade no Senado Federal com o

Projeto de Lei nº 80/91, ele permaneceu estagnado na Câmara dos Deputados desde 1993, resultando na sua rejeição nessa esfera (SILVA, 2016).

Para Silva, Yazbek e Giovanni (2014, p. 101), esse contexto assim se explica:

Vivia-se no Brasil, nesse período, talvez a maior crise recessiva desde os anos de 1930, sendo toda atenção do governo e da opinião pública voltada para combater a inflação crescente, sem controle, e para os problemas decorrentes do endividamento externo. Enfocava-se a preocupação com o crescimento econômico e com uma política de exportação, não havendo espaço para qualquer um tipo de implantação política de enfrentamento à pobreza e redistribuição de renda, até porque a superação da pobreza era percebida como mera decorrência da estabilidade da moeda e do crescimento econômico.

Nessa conjuntura, os PTR não se apresentaram propícios para enfrentar a crise que se alastrava, uma vez que o país vivia centrado na estabilização da economia, o que fez com que propostas e ideias em torno das demandas de cunho social fossem deixadas de lado. Sobretudo pelo fato, como apontam Silva, Yazbek e Giovanni (2014), de se acreditar fielmente que, uma vez que a economia fosse estabilizada, a pobreza iria ser resolvida.

Silva (2016) destaca que, em meados de 1992, ainda com a proposta de Suplicy em tramitação, surgiram no país outras ideias semelhantes ao PGRFM, delineando-se um novo impulso no âmbito da proteção social. Nesse sentido, a autora cita o economista José Márcio Camargo, que agregou importante contribuição quanto aos PTR. Ele corroborava a ideia de Suplicy acerca do programa de renda mínima, mas defendia que o foco desse programa deveria ser a família e, não, o indivíduo. Assim, sua proposta contemplava a articulação da renda familiar com a escolarização dos filhos e dependentes em idade escolar, ou seja, a transferência de renda estaria condicionada à presença desse público na escola (SILVA, 2016). Nas palavras de Silva, Yazbek e Giovanni (2014, p. 102) “tratava-se de uma proposta de política social que, a curto prazo, amenizasse a pobreza e, a longo prazo, reduzisse a reprodução da pobreza”.

A partir de 1995, Suplicy (2002) sinaliza que o debate em torno dos PTR galga um novo patamar, pois foi nesse momento da história que ocorreram as experiências em contexto municipal, o que de fato impulsionou sua expansão para âmbito nacional. O Quadro 1, a seguir, sinaliza as principais experiências de PTR nos municípios do Brasil, pontuando suas principais características.

Quadro 1 - Experiências de Transferência de Renda no Brasil - âmbito municipal

MUNICÍPIO/ ESTADO	PROGRAMA	FINALIDADE	PÚBLICO- ALVO	CRITÉRIOS	MÊS/ ANO
Campinas/SP	Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM)	Transferir renda às famílias tendo em vista assegurar a melhoria das condições de vida do grupo familiar.	Famílias de baixa renda	Residir no município há mais de 02 anos. As famílias deveriam ter filhos menores de 14 anos.	Março 1995
Brasília/DF	Programa Bolsa Familiar para Educação; Programa Poupança Escola do Governo de Brasília/DF.	Transferir renda através do salário-família, condicionado à frequência escolar; Assegurar no final do ano letivo a cada aluno aprovado um crédito correspondente a um salário-mínimo	Famílias de baixa renda.	Residir há mais de cinco anos no Distrito Federal. Estar matriculado e frequentando a escola.	Mai 1995
Ribeirão Preto/SP	Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM)	Incentivar a manutenção da criança e do adolescente na escola; reduzir a mortalidade infantil; oferecer oportunidade igual para as crianças e adolescentes com deficiência.	Famílias de baixa renda com filhos ou dependentes menores de 14 anos em situação de risco e pessoas com deficiência.	Renda familiar de até dois salários-mínimos; Possuir crianças atendidas pelas creches do município e por outras entidades não governamentais. Famílias com pais trabalhadores da Prefeitura; famílias de mães solteiras e moradores de favelas	Setembro 1995
Santos/SP	“Nossa Família”	Garantir renda às famílias com filhos dependentes, de até 16 anos de idade, em situação de risco que não estivessem sendo atendidas nos seus direitos sociais básicos, interferido diretamente na frequência escolar ou tivessem comprometimento no seu desenvolvimento físico, psíquico e social.	Famílias de baixa renda.	Famílias com renda per capita mensal inferior a R\$ 50,00; Residir no município pelo menos um (01) ano; Filhos ou dependentes, de até 16 anos de idade, em situação de alto risco (fora da escola, ou estivessem trabalhando em situação de exploração).	Dezembro 1995

Fonte: Silva; Yazbek; Giovanni (2014).

Conforme demonstrado na tabela 01, as experiências dos PTR em nível municipal se ampliaram em meados de 1990, cabendo aos municípios adequarem as propostas centrais dos PTR à realidade de cada local. Observam-se nessa análise aspectos comuns,

entre eles: ser a família de baixa renda como unidade beneficiária e ter a transferência monetária vinculada à política de educação, ainda que os critérios educacionais fossem diferenciados, a depender da realidade do município.

Com a implementação dos PTR nos municípios, foi necessário se pensar em uma proposta maior, que contemplasse a realidade tendo em vista a elevação do número de desempregados (que se disseminava na época), a proliferação da violência nas grandes cidades, os elevados índices de trabalho infantil e a elevação da pobreza, que afetava criança e jovens (SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2014). Segundo Suplicy (2002), ainda que as propostas dos municípios apresentassem particularidades e estabelecessem critérios diferenciados, o objetivo comum entre elas era responder às demandas latentes da sociedade.

Analisando o contexto dos programas desenvolvidos nos municípios, há de se considerar a centralidade da família como esteio de tais propostas, agregando-se a inserção de crianças e adolescentes na escola, o que se configura uma inovação necessária para o engajamento das políticas públicas setoriais. Desse modo, não há como discordar do pensamento de Silva (2016) quando esta afirma que o PGRFM, instituído *a priori* em âmbitos municipais, foi considerado pioneiro e inovador no âmbito das políticas sociais no Brasil, especialmente por expressar respostas de governos às pressões da sociedade para o enfrentamento da pobreza. A autora explica que o senador Eduardo Suplicy, em meio a insistência pela aprovação em nível nacional do PGRFM, vetado no início da década de 1990, fundamentava sua proposta no art. 3º da CF/88 (BRASIL, 1988), o qual salienta a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais, indicando a transferência de renda monetária em forma de renda mínima como estratégia para aqueles que não conseguem satisfazer suas necessidades básicas.

As críticas em relação a proposta do PGRFM, no entanto, eram patentes, resultando em amplo debate em todos os âmbitos da sociedade: de um lado, centravam-se os críticos, que acreditavam que as características da proposta não correspondiam à realidade do país, apresentando as desvantagens do programa; de outro, os defensores da proposta que, com argumentos contrapostos às críticas ao PGRFM, afirmavam a importância e a necessidade dos PTR em âmbito nacional.

Em meio a críticas e elogios tecidos ao PGRFM, destaca-se que a importância da iniciativa desse projeto por trazer à tona o debate sobre renda mínima, o que propiciou, na concepção de Silva, Yazbek e Giovanni (2014, p. 47) “a criação de um imenso conjunto de

Programas de Transferência de Renda em implementação, por iniciativa de municípios e estados e pelo Governo Federal”. O Quadro 2, a seguir, apresenta os principais PTR em nível federal desenvolvidos no Brasil e suas principais características.

Quadro 2 - Programas de Transferência de Renda no Brasil

PROGRAMA	FINALIDADE	PÚBLICO-ALVO	BENEFÍCIO	ANO DE CRIAÇÃO	LEGISLAÇÃO
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Assegurar renda mensal à pessoa idosa com 65 anos ou mais e à PCD, incapacitada para o trabalho e para a vida independente.	Idosos com 65 anos ou mais e PCD incapacitada para o trabalho e para a vida independente. Em ambos os casos, a renda familiar per capita deve ser inferior a ¼ do salário-mínimo.	1 salário-mínimo mensal.	1996	Art. 203 e 204 da CF/88; Art. 20 da Lei nº 8.742, de 7/12/93; Art. 34 da Lei nº 10.741, 1/10/03.
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	Retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos.	Crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos em situação de trabalho, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos.	Famílias na área urbana: R\$ 40,00 mensais por criança/adolescente Famílias na área rural: R\$ 25,00 mensais por crianças/adolescente.	1997	Lei nº. 8069, de 13/07/190 (ECA). Portaria nº. 458, de 4/10/01; Portaria nº. 666, de 28/12/05
Agente Jovem	Reinserir jovens no sistema educacional; iniciá-los no mercado de trabalho.	Jovens de 15 a 17 anos em situação de vulnerabilidade social.	Benefício mensal de R\$ 65,00.	2001	Lei nº. 8.742, de 7/12/93; Portaria nº879, de 3/12/201.
Bolsa Escola	Renda mínima a famílias com filhos entre 06 e 15 anos matriculados e frequentando o ensino fundamental, contribuindo para a redução da reprovação e da evasão escolar.	Famílias com renda mensal per capita de até R\$ 90,00 e com crianças e/ou adolescentes em idade escolar, entre 7 e 15 anos.	Benefício mensal de R\$ 15,00 por criança/adolescente, limitado a três benefícios por família (R\$ 45,00).	2001	Lei nº. 8069, de 13/07/90 (ECA); Lei 10.219, de 12/04/01.
Bolsa Alimentação	Combater a desnutrição e promover as condições de saúde de crianças, gestantes e nutrízes.	Famílias com renda mensal per capita de até R\$ 90,00 com presença de gestantes, nutrízes e crianças ente 0 e 6 anos e onze meses de idade.	Benefício mensal de R\$ 15,00 por criança, limitado a três benefícios por família (R\$ 45,00).	2001	Dec. nº. 3.934, de 20/09/01.

PROGRAMA	FINALIDADE	PÚBLICO-ALVO	BENEFÍCIO	ANO DE CRIAÇÃO	LEGISLAÇÃO
Auxílio Gás	Subsidiar o preço do gás às famílias de baixa renda.	Família com renda mensal per capita até meio salário-mínimo, integrante do CadÚnico e/ou beneficiária do programa “Bolsa Escola” ou “Bolsa Alimentação”.	Benefício de R\$ 15,00 a cada dois meses para a família.	2002	Dec. nº 4.102, de 24/01/02.
Programa Cartão Alimentação	Compra de alimentos, visando à melhoria na qualidade de vida da comunidade.	Família com renda per capita de até meio salário-mínimo.	Benefício de R\$ 50,00 mensais pago à família.	2003	Lei nº 10.689, de 13/6/2003.
Programa Bolsa Família	Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e extremamente pobres.	Famílias em extrema pobreza com renda per capita mensal de até R\$ 60,00, e famílias pobres com renda per capita mensal de R\$ 60,00 a 120,00.	Benefício básico de R\$ 58,00 e variáveis de R\$ 18,00, limitado a três benefícios por família.	2003	Lei nº 10.836, de 09/01/ 2004.

Fonte: Silva (2016).

À luz de Silva (2016) os primeiros PTR em nível federal começaram a ser implantados em 1996, quando foi criado o Benefício de Prestação Continuada (BPC), uma transferência monetária de valor igual a 01 salário-mínimo mensal a idosos e pessoas com deficiência. Esse benefício se constitui como direito referenciado e garantido na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (BRASIL, 1993) e reafirmado nas legislações que o complementam. Nesse mesmo contexto, emerge o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) como ação do Governo Federal, com apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para combater o trabalho de crianças em carvoarias da região de Três Lagoas/MS. Sua cobertura foi, em seguida, ampliada para alcançar progressivamente todo o país em um esforço do Estado brasileiro para implantação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento do trabalho infantil, atendendo às demandas da sociedade, articuladas pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI).

De acordo com os estudos evidenciados por Suplicy (2002), no ano de 2001, com o país sob o comando do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi sancionada a lei nº. 10.219, de 11 de abril, que cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação – o Programa Bolsa Escola (BRASIL, 2001) – no âmbito do Ministério da Educação, destinado a famílias com filhos e/ou dependentes de idade entre seis e quinze

anos, matriculados em estabelecimento de ensino fundamental regular, com frequência escolar igual ou superior a oitenta e cinco por cento. Nesse mesmo ano, é criado o Programa Bolsa Alimentação, no âmbito do Ministério da Saúde, e o Auxílio Gás, administrado pelo Ministério de Minas e Energia. Rocha (2004, p. 271) destaca que “tais programas foram pensados para atender os beneficiários da rede de proteção social, no entanto foram executados de forma fragmentada entre os diferentes Ministérios”, o que acarretou uma série de fragilidades que logo seriam identificadas e repensadas.

A diversidade de programas de transferência de renda nos três níveis de governo apontou a necessidade de unificá-los, culminando com a criação do Programa Bolsa Família em 2003, elaborado durante a transição do governo Fernando Henrique Cardoso para o de Luís Inácio Lula da Silva, fundamentado em um diagnóstico sobre os programas sociais em desenvolvimento no Brasil. Tal diagnóstico apresentou inúmeras inconsistências em relação aos PTR em andamento, surgindo, então, a necessidade da unificação na tentativa de superar os problemas identificados (SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2014). A partir dessa unificação, houve grande avanço quanto ao desenvolvimento dos PTR no país, um avanço de caráter qualitativo e quantitativo para a população brasileira. Destacam-se, dentre tais avanços: a prioridade no enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil; a elevação dos recursos orçamentários destinados ao desenvolvimento de Programas de Transferência de Renda e a criação, em janeiro de 2004, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SILVA, YAZBEK, GIOVANNI, 2014).

Os PTR, como analisa Silva (2016), vêm se consolidando como parte do sistema de proteção social brasileiro, constituindo-se uma possível estratégia para enfrentamento da pobreza no Brasil, uma vez que tais programas representam para as famílias beneficiárias uma possibilidade de acesso à aquisição ou à ampliação de sua renda, embora em valor relativamente baixo para suprir todas as necessidades básicas. Marinho, Linhares e Campelo (2011) salientam a importância dos PTR, mas destacam que o ideal seria que esses programas viessem seguidos de cursos de capacitação a fim de romper futuramente o círculo de dependência do beneficiário em relação ao governo. Em relação à repercussão dos PTR em longo prazo, Lavinhas e Varsano (1998) concluem que, caso não sejam instituídas políticas complementares de educação e de geração autônoma de renda, a probabilidade de uma família contemplada por esses programas retornar à condição de pobreza com o seu término é muito alta.

Carvalho Jr. (2006) argumenta que os PTR são alvo de muita controvérsia e trazem três principais consequências: (1) diminuição dos incentivos ao trabalho; (2) aumento dos incentivos à divisão das famílias; e (3) reforço do espírito de dependência dos beneficiários em relação ao governo. As críticas pontuadas pelo autor são rebatidas pelos defensores dos programas, que argumentam serem os benefícios de baixos valores, não gerando, por isso, problema de incentivo ao trabalho, tampouco de dependência.

Em análise realizada por Fagnani (2011), a pobreza só pode ser combatida com investimento em infraestrutura urbana que possibilite aos indivíduos acesso ao trabalho. O autor acrescenta que a transferência monetária aos mais pobres deve ser um dos eixos de estratégia no combate à pobreza, porém o equívoco é pretender fazer desse eixo a própria estratégia. Para Schwartzman (2005), a preocupação com transferência direta de renda às famílias recai sobre a má gestão do benefício, pois, se o valor repassado às famílias não for usado para suprir suas necessidades básicas, o reflexo da pobreza torna-se mais evidente.

Seguindo as abordagens e as concepções levantadas tanto pelos estudos concordantes com os PTR como pelos discordantes deles, é válido considerar que esses programas representam para as famílias beneficiárias uma possibilidade de adquirir acesso a uma renda ou de ampliá-la, mesmo que o valor seja relativamente baixo para suprir todas as suas necessidades básicas.

Entende-se, assim, que trazer à tona a discussão sobre os PTR, especialmente no cenário brasileiro, torna-se necessário para compreender seu desenvolvimento e sua relevância na realidade dos seus beneficiários, pois, ainda que as críticas se façam presentes, não se pode desconsiderar o trabalho a que se propõe esses programas frente às demandas sociais.

2 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: “do nascimento ao fim”

Nesta seção, aborda-se o Programa Bolsa Família (PBF) em sua gênese e em sua trajetória, contemplando, assim, os quase 20 anos de sua existência. Para isso, trabalham-se dois tópicos: o primeiro, sobre a política de assistência social e os PTR, em que se chama a atenção para a trajetória dessa política, trazendo elementos fundamentais relacionados à sua origem, ao seu reconhecimento como política pública e à sua ligação com os PTR; e o segundo, sobre o PBF, caracterizando-o, discutindo sua trajetória e pontuando os elementos constituintes desse processo.

2.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS PTR

A origem da assistência social encontra-se intimamente relacionada à caridade, à filantropia e à solidariedade religiosa, com sua construção histórica atrelada à pobreza. Seu caminho, iniciado com aspectos filantrópicos, evoluiu progressivamente até a criação de legislações para sua regulação como direito. No debate que se segue, destaca-se a centralidade da assistência social nos PTR considerando a análise de alguns autores.

A história registra que as práticas assistenciais se associavam a ações de favores concedidos aos indivíduos e confundiam-se com benesse, ajuda a pobres e necessitados, configurando-se como prática assistencialista. Historicamente, a assistência social tem cariz estigmatizante por arraigar-se a ações tradicionalmente filantrópicas, assistencialistas e regularmente religiosas, sendo percebida como forma de controlar a pobreza e ratificar a sujeição dos desprovidos de bens materiais ou de propriedades (MARTINELLI, 2000). Destinava-se aos considerados pobres e incapazes de trabalhar, que seriam, nas palavras de Castel (1998, p.41), “velhos indigentes, crianças sem pais, estropiados de todos os tipos, cegos, paráliticos, idiotas”. Essa percepção transpassou o período da Idade Média e da Idade Moderna sempre com o mesmo objetivo: controlar os pobres para eles não se constituírem ameaça aos detentores dos meios de produção (CASTRO, 2018).

Com a concretização do modo de produção capitalista – e, conseqüentemente, com o acirramento da luta entre as duas classes fundamentais, proletariado e burguesia –, coube ao Estado alargar seu papel regulador na garantia da ordem social no novo sistema econômico que se estruturava. Iamamoto (2001) pontua, no tocante a esse cenário, que a

questão social deixa de estar inserida no âmbito de casos de polícia e passa a ser foco de intervenções estatais por meio de ações assistenciais.

Marshall (1967) explica que, no início do século XX, havia certo consenso quanto à responsabilidade do Estado com o número crescente de trabalhadores, ou seja, o Estado atuava no bem-estar das massas ao invés de servir apenas de amparo a indigentes. Os estudos do autor revelam que, no correr do século XX, houve ampliação no campo de intervenção do Estado por meio de medidas de proteção social, de acordo com o contexto social, político e econômico de cada país.

Para Castro (2018), a assistência social começa a passar por um processo de mudança: de prática secular filantrópica, caritativa, religiosa, passa a incorporar também elementos de uma prática contingencial e paliativa no seio da sociedade capitalista burguesa. Ou seja, a assistência social não conseguia se desvencilhar totalmente de suas raízes históricas, mas adaptava-se aos poucos às novas demandas sociais, sendo operacionalizada de forma assistemática, voluntária, sem dispor de provisões orçamentárias e direcionada aos mais necessitados, especialmente os excluídos do mercado de trabalho. A autora pontua, ainda, que, nesse momento da história, o seguro social destinado aos trabalhadores em atividade e a assistência social voltada para os excluídos da condição de trabalho foram se desenvolvendo como políticas de proteção social de diferentes formas nos países ocidentais. Ela destaca que o desenho da proteção social formada nesse cenário reforçou a perspectiva de inferioridade da assistência social em relação ao seguro social.

No Brasil, o reconhecimento da assistência social como política pública aconteceu lentamente. A revolução de 1930 conduziu a questão social ao centro da agenda pública. Na época, o Estado, como resposta ao fortalecimento das lutas sociais e trabalhistas, aumentou sua atuação na área social. A esse respeito Mestriner (2001, p. 68) discorre:

Com a chamada revolução de 30, o Estado teve que assumir funções maiores, superando a função apenas de coerção. Terá papel de regulamentação, organização, coordenação, intermediação e até de educação, enquanto promotor de uma nova cultura, afinada a diferentes exigências. Terá que desempenhar funções econômicas, políticas e administrativas bastante amplas para produzir efeitos revolucionários na sociedade, ainda dominada pelas velhas oligarquias latifundiárias.

A autora acrescenta que o país vivia um quadro de empobrecimento massivo, reflexo da libertação dos escravos e do intenso êxodo rural, e o Estado se viu obrigado a intervir com intuito de conter a grande massa precarizada que crescia demasiadamente.

Castro (2018) apresenta quatro momentos em que a assistência social brasileira incorporou características marcantes: o momento do governo Vargas (1930-1945); o do “populismo democrático” (1946-1964); o da Ditadura Militar (1964-1985); e do pós-Constituição de 1988.

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, o Brasil conheceu a força do Governo federal no cenário político, com projeto baseado em um Estado de compromisso com a sociedade. A proposta de Vargas se destinava a uma política de proteção e de amparo social, priorizando os mais necessitados. Mestriner (2001), no entanto, salienta que o governo Vargas trabalhava no sentido de apaziguar as situações por meio de medidas imediatas, sendo incapaz de responder efetivamente aos problemas sociais, às necessidades da economia e da sociedade. Esse cenário foi reforçado com a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) em 1938, vinculado ao Ministério de Educação e Saúde, que, ao final, criou apenas uma política de incentivo ao amparo social privado e filantrópico por meio de mecanismo de subvenção.

Como marco definidor dessa concepção assistencialista por parte do Estado, Faleiros (2009) destaca o surgimento da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942, que em um primeiro momento, atendeu as famílias dos brasileiros enviados para a guerra, notadamente as mais empobrecidas. Terminada a Guerra, a LBA volta-se para a assistência à maternidade e à infância, caracterizando-se por ações paternalistas e prestação de auxílios emergenciais e paliativos aos que viviam na miséria, reforçando os laços de dependência dos mais vulneráveis.

Sob a ótica de Sposati (2004), o intuito inicial da LBA era atuar como uma legião, um corpo em ação numa luta em campo. Assim, a LBA se torna uma sociedade civil de finalidades não econômicas, voltada para “congregar as organizações de boa vontade” (SPOSATI, 2004 p. 20). Nessa perspectiva, a assistência social como ação social é ato de vontade, e não direito de cidadania.

Coordenada pela então primeira-dama Darcy Vargas, que adotou a instituição, a LBA passou a ter no comando as esposas dos presidentes da república, configurando-se, dessa forma, o primeiro-damismo junto à assistência social (MESTRINER, 2001). Surge,

assim, na instância federal, a primeira instituição de assistência social brasileira com sua gênese marcada pela presença das mulheres e pelo patriotismo. Para Castro (2018, p 87),

Essa relação entre assistência social e primeiro-damismo iria se constituir, no cenário político brasileiro, durante décadas, em uma característica intrínseca, comumente denominada de “assistencialista, materializando-se em uma relação privada de troca de favores entre governantes e governados por meio da ação filantrópica e personalizada.

Sposati (2004) comenta que a ação da LBA traz para a assistência social o vínculo emergencial e assistencial, o qual predomina na trajetória dessa assistência. Castro (2018) acrescenta que o modelo assistencial baseado na caridade e na benemerência foi aprofundado e ampliado, incentivando o surgimento de instituições assistenciais públicas e privadas, o que ensejou ações fragmentadas, pontuais e desordenadas.

O segundo momento marcante da assistência social brasileira, denominado “populismo democrático”, ocorreu após a deposição de Getúlio Vargas em 1945, período em que o país foi comandado por uma composição civil-militar, passando por uma fase chamada “democrática”, modelo, entretanto, que não se distanciou do populismo da era Vargas uma vez que os governos seguintes não romperam com o viés assistencialista que permeava as ações na área social durante o governo Vargas. Ressalta-se, contudo, que, embora adotasse políticas sociais populistas, era clara a opção do Estado de priorizar políticas econômicas distributivistas, reformistas e nacionalistas em busca de sua legitimação (AFONSO; SOUZA, 1977).

O contexto que se seguiu, entre 1946-1964, vislumbrou a necessidade de ampliar o campo social, pois as organizações de benemerência e as ações voluntárias primeiro-damistas já não eram suficientes. Neste viés, tem-se a ampliação da LBA pelo país a partir da criação das comissões municipais, com vistas a aumentar o número de instituições sociais (MESTRINER, 2001). Castro (2018) comenta que a própria Constituição Federal de 1946 estimulou a criação de instituições dessa natureza, tendo em vista que estas estavam isentas de impostos – desde que suas rendas fossem aplicadas no país e para os respectivos fins.

Em seu terceiro momento, o da ditadura militar, mais especificamente no ano 1969, a assistência social se burocratizou com regras, normas e critérios de atendimento à população excluída. A LBA, agora transformada em fundação pública vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, teve sua estrutura ampliada e passou a contar

com novos projetos e programas. Nesse período da história, outras instituições públicas foram criadas para fornecer assistência de acordo com a faixa etária ou a necessidade dos atendidos (MESTRINER, 2001). Quanto a isso Castro (2018, p.109) argumenta:

Muito embora os diferentes governos ditatoriais tenham feito alusão ao bem-estar da população, como o grande objetivo de seus governos e da chamada Revolução de 1964, o que se evidenciou, ao longo de vinte anos, foi a cooptação dessa população por meio de ações e políticas residuais, quando não em políticas repressoras como a FUNABEM.

Em meio ao cenário conflituoso da ditadura militar (1964-1985), a atenção do Estado com os pobres cada vez mais é dividida com a burguesia, particularmente com as instituições filantrópicas, por intermédio de parcerias, convênios e acordos de cooperação mútua. O governo ditatorial então instalado põe fim à política de massas instalada desde 1945, com Vargas. “A ditadura militar impulsionou o empobrecimento da população, trazendo ainda o aprimoramento burocrático das organizações responsáveis pelos serviços socioassistenciais” (MESTRINER, 2001, p. 135). Nesse sentido, segundo Afonso e Souza (1977), os gastos com bem-estar social foram sendo reduzidos gradativamente, evidenciando-se, por outro lado, o estímulo a parcerias e isenção de impostos, formas encontradas para driblar a miséria da população por meio de uma intervenção não estatal.

Com a chegada de Ernesto Geisel ao poder em 1974, o campo de bem-estar social passa por uma alteração significativa em virtude da edição, nesse ano, do II Plano Nacional de Desenvolvimento, o qual “salienta a problemática da assistência social no país, [...] aponta a existência de focos de pobreza absoluta nos grandes centros e Nordeste, bem como a necessidade de superação desta situação” (MESTRINER, 2001, p. 157).

A fim de responder a essa demanda, cria-se, então, o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), órgão que se constituiu a partir do desmembramento do Ministério do Trabalho e Previdência Social e seria responsável pela política de ataque à pobreza. Junto a ele, é instalado o Conselho de Desenvolvimento Social. A criação de novos organismos, entretanto, segue a lógica do retalhamento social, com a criação de serviços, projetos e programas para cada necessidade, problema ou faixa etária, “compondo uma prática setORIZADA, fragmentada e descontínua, que perdura até hoje” (MESTRINER, 2001 p. 164).

Após a ditadura militar, o Brasil viveu intensa mobilização popular. Grupos com interesses comuns se articulavam, resultando na elaboração coletiva de um importante

documento público, fruto das demandas populares: a Constituição Federal de 1988, que trouxe avanços nas mais diferentes instâncias da sociedade brasileira (MOTA, 2010).

É nesse quarto momento que o país apresenta os primeiros passos a favor da constitucionalização de novos direitos sociais, trabalhistas e políticos, pois, segundo Yazbek (2004), a aprovação da CF/88 marca o início do trânsito da assistência social para o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

Assistência Social, Saúde e Previdência Social passam, assim, a compor a tríade da seguridade social, que, por sua vez, incorpora a concepção de direito social (BRASIL, 1988, art. 6º). Nessa perspectiva, a CF/88, em seu art. 203, consagra a assistência social como Política Pública.

A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivo: I- proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II- o amparo à crianças e adolescentes carentes; III- a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV- a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de integração à vida comunitária; V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meio de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei; VI- a redução de vulnerabilidade socioeconômica a famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza (BRASIL, 1988).

Com a CF/88, a assistência social torna-se uma responsabilidade pública garantida por lei. Pela primeira vez na história da sociedade brasileira, o Estado amplia a proteção social, abrangendo não mais somente aqueles com capacidade contributiva.

Sposati (2009) sinaliza que o momento marcou “o fim da travessia do deserto” e o início de processo de mudança em seu status legal e político. Assim, o avanço que a CF/88 imprimiu à área da assistência social pode ser visto como a ruptura da visão de benesse e caridade a ela atribuída por um longo período. Esse cenário caracteriza importante avanço no campo dos direitos sociais, sinalizando uma luta constante para concretizar a mudança na realidade brasileira.

Nesse sentido, a luta não cessou após a CF/88, ao contrário, intensificou-se, a exemplo da batalha conduzida até o ano de 1993 para que a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (BRASIL, 1993) fosse promulgada, regulamentando os art. 203 e 204 da CF/88, os quais tratam exclusivamente da assistência social e garantem o modelo de gestão e de controle social de forma descentralizada e participativa.

Couto et al. (2017, p. 63) afirmam que a Lei Orgânica de Assistência Social trouxe uma inovação

[...] ao apresentar novo desenho institucional para Assistência Social, ao afirmar seu caráter de direito não contributivo (portanto, não vinculada a qualquer tipo de contribuição prévia), ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social, a centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos e de acesso a serviços sociais e com a participação da população. Inovou também, ao propor o controle da sociedade na formulação, gestão e execução das políticas assistenciais [...].

A LOAS propôs, assim, mudanças significativas na forma de se conduzir uma política pública no âmbito da assistência social entendida como direito do cidadão, prevendo o acesso igualitário e a universalização do atendimento. Apesar dos avanços obtidos, na prática, a assistência social ainda se encontrava imbuída dos traços clientelista, assistencialista, patrimonialista e benemerente que, historicamente, deram-lhe o contorno (CASTRO, 2018).

De imediato, a LOAS extinguiu o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) e instituiu, com a incumbência de coordenar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), órgão de composição paritária entre sociedade e Governo, de caráter deliberativo. Por outro lado, a LOAS precisava ainda responder aos desafios de garantir o equilíbrio entre o poder de decisão que cada governo passou a ter, assegurando a convivência entre o regional e o nacional. Foi criado então, um comando único nos níveis de Governo Federal, Estadual e Municipal para articular, integrar e coordenar as ações de acordo com suas responsabilidades, ficando, assim, cada um ligado ao outro por um pacto de compromisso, e não por obediência. Foram instituídos conselhos, planos e fundos de assistência social como requisitos para garantir o acesso aos recursos da União (SPOSATI, 2009).

Nos anos 1990, ocorreram as Conferências Nacionais de Assistência Social, que, para Castro (2018), são peças importantes do processo de democratização da assistência social no país. A primeira delas foi realizada em 1995, no mesmo ano da extinção da LBA e do Ministério de Bem-Estar Social, entidades governamentais substituídas pelo Programa Comunidade Solidária e pela Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS).

Quanto a isso, Draibe (1990) aponta que o Programa Comunidade Solidária introduziu inovações importantes na experiência brasileira de combate à pobreza, já que privilegiava ações sociais não apenas contínuas, flexíveis e descentralizadas, mas também integradas, de caráter universal e emergencial. De encontro a essa assertiva, Silva et al.

(1999) afirmam que, dado o processo de “enxugamento” e redução do déficit público, o Estado adotou medidas de corte neoliberal em que a focalização excludente da própria pobreza repassa à sociedade a desresponsabilização social das ações estatais.

Em 1998 foi aprovado o primeiro texto para a PNAS e a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), a qual definiu as regras para o repasse de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para estados, Distrito Federal e municípios. Essa fase ficou conhecida como CPF – Conselho, Plano e Fundo, requisitos estabelecidos para o repasse (MOTTA, 2010).

Os anos 2000 foram um divisor de águas para a PNAS. A implantação, em 2003, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi a principal deliberação da IV CNAS. Também merecem destaque (i) a criação do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) em 2004; (ii) o reforço de algumas dimensões de capacidade na área da assistência – tanto do ponto de vista das capacidades reguladoras (definição mais clara de competências e responsabilidades entre os níveis federativos, definição de regras de financiamento e criação de indicadores para balizar o repasse de recursos para estados e, principalmente, municípios) quanto da perspectiva da capacidade de implementação da política de assistência em nível local por meio da criação de equipamentos públicos de assistência social – e (iii) o desenvolvimento não só de importantes arenas institucionais, como também de articulação federativa (BICHIR, 2016).

Após dez anos da LOAS, o novo texto da PNAS definiu as bases para implantação do novo modelo de gestão. À luz de Castro (2018), a PNAS aprovada em 2004 é considerada o instrumento que regulamenta a organização e a prestação de medidas socioassistenciais no país, a partir de uma concepção de política pública de direito social, resultante das conquistas efetivadas na CF/88 e na LOAS.

O Brasil entrou em uma nova fase: a de fortalecimento do Estado e defesa dos direitos socioassistenciais. Nesse contexto, o SUAS representou um avanço para a organização descentralizada e participativa da Política Pública de Assistência Social. A aprovação pelo CNAS, em 2005, da NOB/SUAS reafirmou o pacto federativo e começou a traçar o novo modelo socioassistencial no país. A família assumiu papel de núcleo fundamental para a política de assistência social na perspectiva dos princípios da matricialidade sociofamiliar e do território como base de organização dos serviços. O SUAS organizou suas ações a partir das responsabilidades de cada ente federado na gestão e no financiamento com base no Pacto Federativo (SPOSATI, 2009).

Ainda que a história relate avanços quanto à estruturação da assistência social no rol das políticas sociais, sua efetivação se torna um desafio frente ao cenário contemporâneo. A pobreza, a fome e outras expressões da questão social que acompanham o desenvolvimento da sociedade capitalista precisam ser combatidas de forma a solucionar a raiz do problema, e não apenas pacificar as situações.

A partir do governo Lula (2003-2010), no bojo de uma agenda de políticas sociais voltada para o combate à pobreza e à desigualdade, a assistência social avança em direção a sua institucionalização e os programas de transferência de renda ganham escopo, articulação e visibilidade. Yazbek (2008) assinala que esses programas constituem uma das faces mais importantes da política social no Brasil.

Bichir (2016) destaca que, no contexto histórico brasileiro, os programas de transferência de renda surgiram, em sua grande maioria, fora da institucionalidade da assistência social, sendo paulatinamente articulados, de forma tensa, no âmbito dessa política. A autora também esclarece que foram agregadas ao MDS distintas áreas de políticas públicas — segurança alimentar e nutricional, assistência social, transferência de renda. Por outro lado, Silva (2016) salienta que os anos 2000 puseram em foco a disseminação dos PTR ligados à assistência social como possibilidade de reduzir o quadro de desemprego que assolava o país e, conseqüentemente, de combater a pobreza.

Assumpção (2010) considera que os programas de transferência no governo Lula, unificaram as demais formas de transferência, constituindo o PBF, sendo centrais inclusive, as ações prioritárias de execução orçamentária na área da assistência social, que podem ser relacionadas à área de programas de transferência de renda, em que houve aumento dos recursos com esse destino.

Autores próximos ao campo da assistência social têm refletido sobre o PBF como um benefício assistencial, problematizando as diferenças entre a separação institucional da assistência social e da transferência de renda dentro do MDS (BICHIR, 2016). Essa abordagem, em parte, coloca o campo da assistência social como central ao se tratar de transferência de renda, sobretudo pela assimilação dos próprios usuários em se referir aos programas de transferência como intrínsecos à assistência social.

Silva (2016) destaca que os PTR apresentam possibilidades e limites. As possibilidades estão relacionadas não apenas aos impactos causados nas famílias atendidas pelo acesso às necessidades básicas que a transferência de renda proporciona, mas também à criação de condições progressivas, mesmo que em longo prazo, de inclusão de futuras

gerações de crianças e adolescentes das famílias beneficiárias, que passam a frequentar escola e postos de saúde, a sair da rua ou do trabalho precoce. Os limites, por sua vez, recaem sobre a adoção de critérios de acesso muito restritivos, como baixa renda per capita familiar, o que permite elegerem-se apenas famílias que vivenciam severas situações de pobreza, significando restrição ao atendimento de famílias com limitadas condições reais para sua autonomização. Ademais, o critério único da renda para dimensionar a pobreza é insuficiente e não alcança uma concepção multidimensional desse fenômeno.

Diante da análise da Política Pública de Assistência Social junto aos PTR, o próximo item aborda o Programa Bolsa Família, considera suas principais características e traz elementos fundamentais para sustentar a discussão proposta neste trabalho.

2.2 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA CARACTERIZAÇÃO NECESSÁRIA

Este tópico aborda as principais características do PBF: objetivos, ações, público-alvo, acesso, permanência, desligamento e gestão do programa. Ainda, evidencia avanços, desafios e fragilidades no processo de construção dos PTR de abrangência nacional, sobretudo como tentativa de enfrentar a fome e a pobreza das famílias no Brasil.

2.2.1 PBF: ponto de partida

De acordo com os estudos de Campelo (2013), o desenho do Programa Bolsa família é traçado na transição do governo Fernando Henrique Cardoso para o governo de Lula, em meados de 2002, quando foi elaborado um relatório diagnóstico a respeito dos PTR com o objetivo de avaliar o desenvolvimento dos programas que estavam sendo desenvolvidos separadamente nos três níveis de governo.

Como bem apontam Silva, Yazbek e Giovanni, (2014), o relatório diagnóstico apresentou inúmeras inconsistências, às quais se seguiram recomendações, tais como necessidade de correção dos problemas do Cadastro Único, padronização da renda familiar *per capita* e atualização do público-alvo potencial dos programas, que foram primordiais para a criação de um Programa de Transferência de Renda em caráter nacional. Com a elaboração do documento, observou-se a necessidade de unificar os PTR e de elaborar uma proposta que contemplasse a realidade brasileira, especialmente para o enfrentamento da pobreza. Essa foi, assim, a gênese do Programa Bolsa Família.

Quanto a isso Silva (2007, p. 73) sinaliza que

[...] o programa teve como finalidade unificar os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima, vinculado à Educação – Bolsa Escola (2001) do Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA (2003) do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde – Bolsa Alimentação (2001) do Programa Auxílio-Gás (2002) e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (2001).

A unificação dos programas proporcionou maior organização administrativa, voltando-se para alcançar a população mais pobre do Brasil. Configurou-se como importante passo, pois concentrou esforços administrativos na sua implementação, ampliou o atendimento às famílias pobres e integrou o acompanhamento do Estado relativamente ao acesso dessas famílias aos serviços públicos. Desse modo, por exemplo, uma família acompanhada apenas na dimensão educacional, pelo Bolsa Escola, passou, com o PBF, a ser acompanhada também pelas áreas de saúde e assistência social. A unificação dos programas remanescentes significou, ainda, um novo modelo de atendimento, passando do acompanhamento isolado de indivíduos ao acompanhamento de toda a família (CAMPELO, 2013).

A unificação dos programas também evitou a sobreposição das pessoas a serem atendidas, ou seja, enquanto algumas famílias acessavam vários programas, outras não conseguiam participar de nenhum deles. Não é, porém, o fato de o PBF ter unificado outros programas que faz dele uma política pública inovadora, e, sim, possuir um desenho abrangente e intersetorial, uma perspectiva de reforço dos direitos sociais e da cidadania das famílias atendidas e uma diretriz de atendimento universal para a população mais pobre (SILVA, 2016).

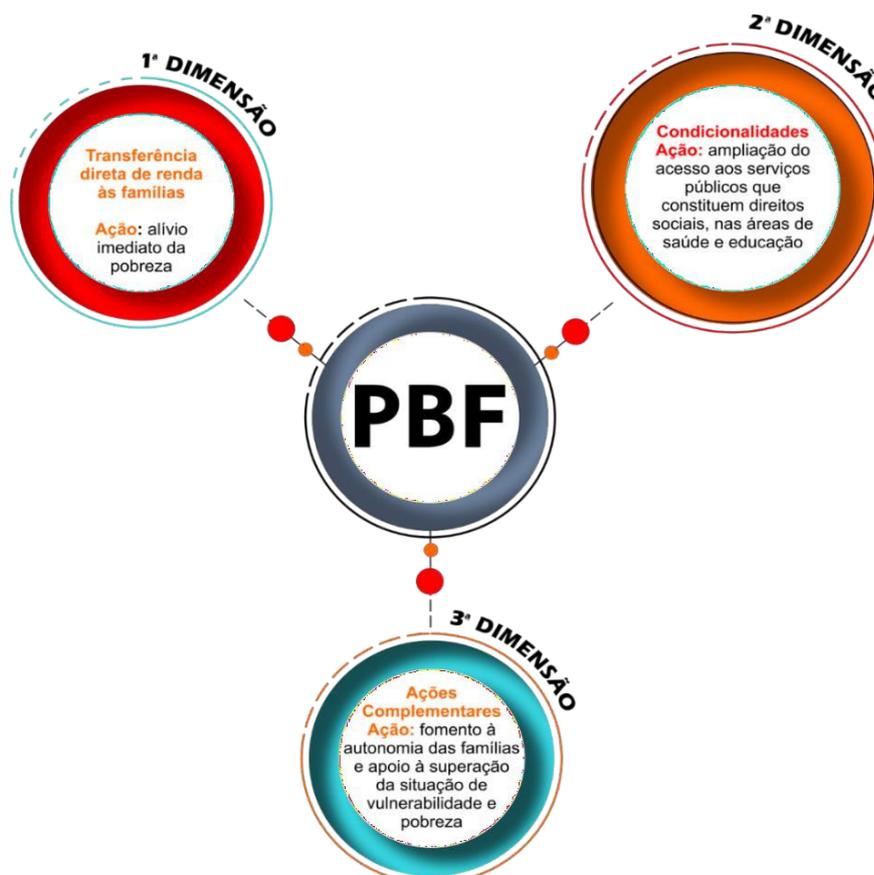
Na perspectiva de Silva (2007), é no contexto da unificação dos PTR desenvolvidos isoladamente e na tentativa de superar os problemas identificados na transição do governo FHC para o governo Lula, que o PBF inicia seus primeiros passos, sendo criado por meio da Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003 (BRASIL, 2003), consolidando-se, em seguida, pela Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 (BRASIL, 2004), regulamentada pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro do mesmo ano (BRASIL, 2004a).

2.2.2 Objetivos e dimensões que estruturam o PBF

O Programa Bolsa Família tem como principal objetivo contribuir para a superação da pobreza. Para tanto, atua em três dimensões: (1) alívio imediato da pobreza por meio da transferência direta de renda às famílias; (2) ampliação do acesso a serviços públicos que representam direitos básicos nas áreas da Saúde, Educação e Assistência Social por meio de condicionalidades, contribuindo para que as famílias rompam o ciclo intergeracional de reprodução da pobreza; e (3) coordenação com ações e programas das três esferas de governo e da sociedade, de modo a apoiar as famílias para que superem a situação de vulnerabilidade e pobreza (BRASIL/MDS, 2004).

Os eixos de atuação previsto pelo PBF salientam um conjunto de ações no rol das políticas públicas, que, associadas à transferência monetária, possibilitariam combater a fome, a pobreza e a desigualdade, o que se configura como objetivo maior da proposta. A figura 01, a seguir, demonstra as dimensões trabalhadas no âmbito do PBF.

Figura 1 - Dimensões do Programa Bolsa Família



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Manual de Gestão do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2018a).

No que diz respeito à dimensão transferência direta de renda, as famílias têm acesso ao valor monetário mensal, que deve, levando em consideração a singularidade de seu contexto, atender às suas necessidades imediatas com vistas ao alívio imediato da pobreza (SILVA, 2007). O PBF trabalha com quatro tipos de benefício: Benefício Básico, Benefício Variável, Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) e Benefício para a Superação da Extrema. O Quadro 03, a seguir, descreve com maior clareza as modalidades de benefício, suas definições e o valor pago.

Quadro 3 - Tipos de Benefício

MODALIDADE DO BENEFÍCIO	OBJETIVO	VALOR PAGO
Benefício Básico	Concedido apenas às famílias em situação de extrema pobreza, as quais recebem o Benefício Básico independentemente de sua composição familiar.	R\$ 89,00
Benefício Variável	Concedido às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza que tenham gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos em sua composição. Cada família pode receber até cinco Benefícios Variáveis.	R\$ 41,00
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ);	Concedido às famílias que tenham jovens entre 16 e 17 anos. Além dos cinco Benefícios Variáveis, cada família pode receber até dois Benefícios Variáveis Vinculados ao Adolescente.	R\$ 48,00
Benefício para a Superação da Extrema Pobreza (BSP)	Concedido às famílias cuja renda familiar por pessoa se mantenha igual ou inferior a R\$ 89,00, mesmo após o recebimento dos benefícios do PBF (Básico, Variável e/ ou BVJ). Assim, o valor do BSP será o equivalente à soma necessária para que a renda por pessoa da família supere a linha de extrema pobreza (atingindo, no mínimo, R\$ 89,01).	Valor não fixo. Deve ser calculado caso a caso.

Fonte: Adaptado do Manual do Pesquisador – Programa Bolsa Família (BRASIL, 2018)

A combinação desses benefícios faz com que cada família receba um valor diferente a partir da renda *per capita* e da sua composição (quantidade de membros, de gestantes, de nutrizes, idade das crianças e dos jovens). Os valores-base dos benefícios financeiros podem ser reajustados por meio de decreto presidencial (BRASIL, 2004).

Relativamente à dimensão das condicionalidades, estas se constituem um compromisso assumido pelos beneficiários e também pelo poder público (como forma de acompanhar as famílias) no âmbito das Políticas Públicas de Educação, Saúde e Assistência Social. Na área da Educação, a frequência mínima exigida para estudantes que compõem as famílias beneficiárias matriculados em estabelecimentos de ensino deve ser

de 85% da carga horária mensal para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos de idade; e de 75% para jovens de 16 a 17 anos. Na área de Assistência Social, os matriculados de até 15 anos atendidos pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) devem frequentar os serviços socioeducativos e de convivência. Na área da Saúde, deve haver o cumprimento da agenda de saúde e de nutrição para as famílias beneficiárias que tenham em sua composição gestantes, nutrizes e/ou menores de 07 anos, agenda essa constituída principalmente por exame de rotina, pré-natal, vacinação e acompanhamento nutricional das crianças (BRASIL, 2004).

Nesse aspecto, as condicionalidades do PBF têm o intuito de garantir o acesso a direitos sociais básicos visando a potencializar impactos na realidade das famílias beneficiárias nas esferas das políticas públicas. Segundo Thomé (2013), as condicionalidades reforçam o acesso das famílias beneficiárias às políticas intersetoriais promovendo melhoria das condições de vida e levam o poder público a assegurar a oferta desses serviços. O adequado acompanhamento das condicionalidades possibilita a identificação de situações de vulnerabilidades no contexto familiar que possam interferir no acesso aos serviços básicos a que as famílias têm direito, demandando ações do poder público no atendimento a essas situações. No caso de não cumprimento dos compromissos estabelecidos, a família pode ser desligada do programa.

Em articulação com a transferência de renda e o reforço ao acesso a direitos sociais básicos nas áreas da Saúde, da Educação e da Assistência social, efetivados pelas condicionalidades, as ações integradas vêm fortalecer as contribuições para a superação da pobreza e da extrema pobreza entre as gerações dos beneficiários do PBF, que se une, assim, a outros programas e outras ações por meio da interação entre Governo Federal, estados e municípios.

2.2.3 Público-alvo do PBF e critérios de elegibilidade

O Programa Bolsa Família nasce com o objetivo de assistir famílias em situação de pobreza e extrema pobreza do Brasil, sendo necessário, porém, que essas famílias obedeam a alguns critérios de elegibilidade para ter acesso a transferência de renda mensal. Desde a sua criação, o programa possui duas linhas de elegibilidade: a Extrema Pobreza e a Pobreza, parâmetros fundamentais ao se considerar as questões referentes à cobertura de programas de transferência de renda.

Vale registrar que, desde o início do PBF, o valor relativo às linhas de elegibilidade sofreu cinco reajustes (Quadro 4), sendo o valor inicial, estabelecido em 2003, ano de sua criação, de R\$ 50,00 per capita para famílias consideradas extremamente pobres; e de R\$ 50,01 a R\$ 100,00 para famílias pobres.

Quadro 4 – Reajuste do valor das linhas de elegibilidade

ANO	VALOR / LINHA DE ELEGIBILIDADE	APORTE LEGAL
2006	R\$ 60,00 – pobreza extrema; R\$ 60,01 a R\$ 120,00 – pobreza	Decreto nº 5.749/2006 (BRASIL, 2006)
2009	R\$ 70,00 – pobreza extrema R\$ 70,01 a R\$ 140,00 – pobreza	Decreto nº 7.013 (BRASIL, 2009)
2014	R\$ 77,00 – pobreza extrema; R\$ 77,01 a R\$ 154,00 – pobreza	Decreto nº 8.232/2014 (BRASIL, 2014)
2016	R\$ 85,00 – pobreza extrema; R\$ 85,01 a R\$ 170,00 – pobreza	Decreto nº 8.794/2016 (BRASIL, 2016)
2018	R\$ 89,00 – pobreza extrema; R\$ 89,01 a R\$ 178,00 – pobreza	Decreto nº 9.396/2018 (BRASIL, 2018)

Fonte: Elaboração própria com base na legislação reguladora do PBF (BRASIL, 2006, 2009, 2014, 2018)

O último reajuste, estabelecido em 2018 pelo Decreto nº 9.396/2018, conforme disposto no Quadro 4, vigorou até 2021, ano em que ocorreu o fecho do Programa Bolsa Família.

2.2.4 PBF: acesso, permanência e desligamento

O acesso das famílias ao PBF é antecedido pela inclusão destas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – ou, mais simplesmente, Cadastro Único² (CadÚnico), o qual se configura como base de dados não só para filtrar o perfil das famílias aptas a receber o benefício do PBF, mas também organizar, sistematicamente, as informações dessa famílias de baixa renda para que acessem todos os outros serviços no âmbito das políticas públicas (SILVA, 2016).

² O Cadastro Único foi instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. Em 2003, houve a integração entre a base do CadÚnico e a do Programa Bolsa Escola, sendo que os cadastros das famílias beneficiárias desse programa deviam ser atualizados e complementados no CadÚnico. Também em 2003, foi criado o Programa Bolsa Família, que ainda hoje se constitui o principal usuário do Cadastro Único. Em 2005, foi formalizada a adesão dos municípios e dos estados brasileiros ao CadÚnico, levando a um grande processo de atualização cadastral, que continua até os dias de hoje.

O CadÚnico permite que se registrem: a realidade socioeconômica das famílias mediante informação de todo o núcleo familiar; os dados sobre cada componente da família; as características dos domicílios; e as formas de acessos aos serviços públicos essenciais. Os dados registrados são consolidados por um sistema informatizado que gera o CadÚnico, instrumento utilizado pelo poder público para formular e implementar políticas específicas direcionadas à redução das vulnerabilidades sociais a que as famílias pobres e extremamente pobres são expostas (MDS, 2010a). Paiva (2013) considera que o CadÚnico é um grande “censo” da população de 999 baixa renda no Brasil, configurando-se como instrumento basilar para garantia do foco e da cobertura do PBF.

Após a inserção dos dados no sistema do Cadastro Único, a família deve aguardar o processo de seleção, habilitação e concessão realizado pelo Governo Federal por meio do MDS, pois apenas o ato do cadastramento das famílias no CadÚnico não implica o ingresso no PBF. Esse cadastramento é somente uma das condições para acesso e recebimento dos benefícios. Thomé (2013) destaca que a seleção das famílias para participar do Programa é feita de forma objetiva e automatizada, não havendo privilégio individual nesse processo. Para cada município, é estabelecida uma estimativa do número de famílias em situação de pobreza, sendo essa estimativa calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Pontua-se que ambas as pesquisas são realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Embora a inserção no CadÚnico seja um critério prévio para o acesso das famílias ao PBF, a informação que determina a inserção da família ao programa é a renda declarada e registrada no cadastro, o que, na perspectiva de Silva (2016), acaba atribuindo uma conotação economicista ao critério do ingresso, da permanência e do desligamento das famílias. No caso de a família estar dentro dos critérios de elegibilidade de renda estabelecidos pelo programa, ela se torna um beneficiário do PBF.

Para sua permanência, a família tem obrigação de manter seu cadastro atualizado, informando sempre que houver alguma alteração referente à sua composição ou a qualquer um de seus componentes, inclusive mudança de endereço e de escola de suas crianças/seus adolescentes (SILVA, 2016). De dois em dois anos, é realizada uma revisão cadastral obrigatória de todas as famílias que recebem o benefício a fim de averiguar sua situação atualizada.

Na situação de não atendimento aos critérios do PBF, o benefício fica sujeito a bloqueio, cancelamento e até desligamento do Programa, se for o caso. Essa revisão cadastral foi estabelecida pela Portaria nº 617, de 11 de agosto de 2010 (MDS, 2010a), com normas e procedimentos para a revisão cadastral dos beneficiários do PBF a fim de que nenhuma família beneficiada por esse Programa permaneça mais de dois anos sem atualizar seu cadastro, garantindo, desse modo, o acompanhamento pelo poder público.

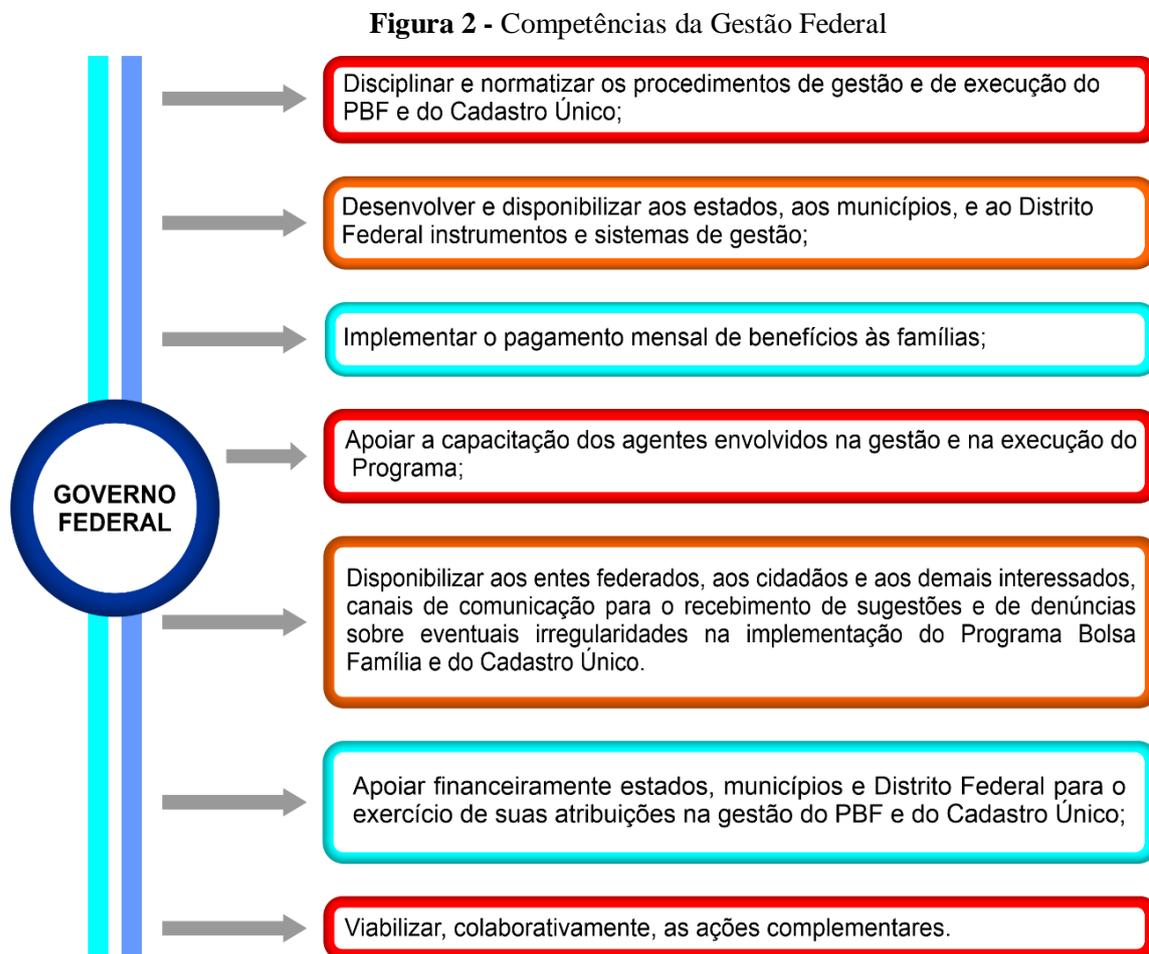
O desligamento do PBF ocorre pelo não atendimento aos seguintes critérios: renda, condição de pobreza e de extrema pobreza e descumprimento de condicionalidades. Pode também ocorrer o desligamento voluntário, procedimento em que as famílias beneficiárias procuram o gestor municipal e informam não necessitar do benefício. Essa decisão deve ser apresentada mediante declaração escrita destinada ao gestor municipal do PBF e assinada pelo Responsável Familiar (RF), que comunica, assim, formalmente que, naquele momento, a família não mais necessita receber o benefício e, por isso, solicita seu desligamento voluntário do Programa. Nesse caso, se a família necessitar posteriormente do benefício, apenas precisa procurar o setor responsável pelo PBF no município para atualizar o cadastro. Ou seja, esse tipo de desligamento garante o retorno da família ao PBF no momento em que ela vivenciar uma situação de vulnerabilidade ou risco social.

2.2.5 Gestão do PBF

A gestão do PBF é compartilhada entre União, estados e municípios, que trabalham em conjunto em sua gerência, aperfeiçoamento, ampliação e fiscalização. Com seu formato de gestão descentralizada e compartilhada, o Bolsa Família contribui para a construção de um relacionamento articulado e parceiro entre os entes federativos no enfrentamento da fome, da pobreza e da desigualdade social. Ou seja, o sucesso do PBF depende da cooperação entre Governo Federal, governo estadual/municipal e Distrito Federal (BRASIL, 2018a).

Conforme o Manual de Gestão do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2018a, p. 42) “ao aderirem ao PBF, os três entes assumem compromissos específicos relacionados ao Programa”. Tais compromissos foram traduzidos em atribuições pelo Decreto nº 5.209/2004 (BRASIL, 2004) e regulamentados pela Portaria nº 246/2005 (MDS, 2005), no caso dos municípios e do Distrito Federal; e pela Portaria nº 256/2010 (MDS, 2010) e suas atualizações, no caso dos estados. No âmbito do Governo Federal, ainda conforme o

Manual de Gestão do PBF (BRASIL, 2018a), o responsável por gerir o Programa é o MDS. A Figura 02, a seguir, explicita o que compete à gestão do Governo Federal.

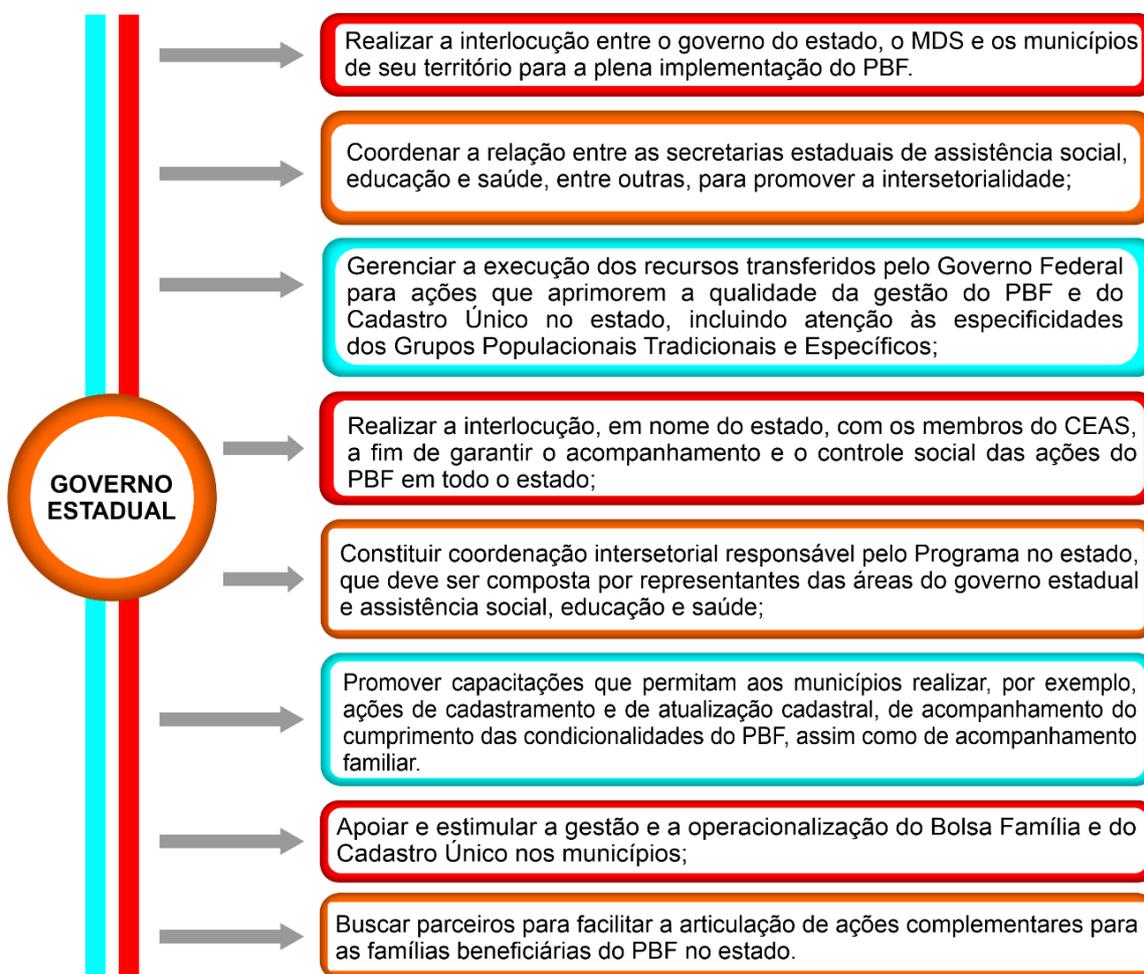


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Manual de Gestão do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2018a).

Conforme demonstrado na figura 02, umas das principais competências do Governo Federal é realizar a transferência de renda mensal as famílias beneficiárias, além de prestar apoio financeiro aos demais entes federados objetivando contribuir com a gestão do PBF em seus respectivos âmbitos.

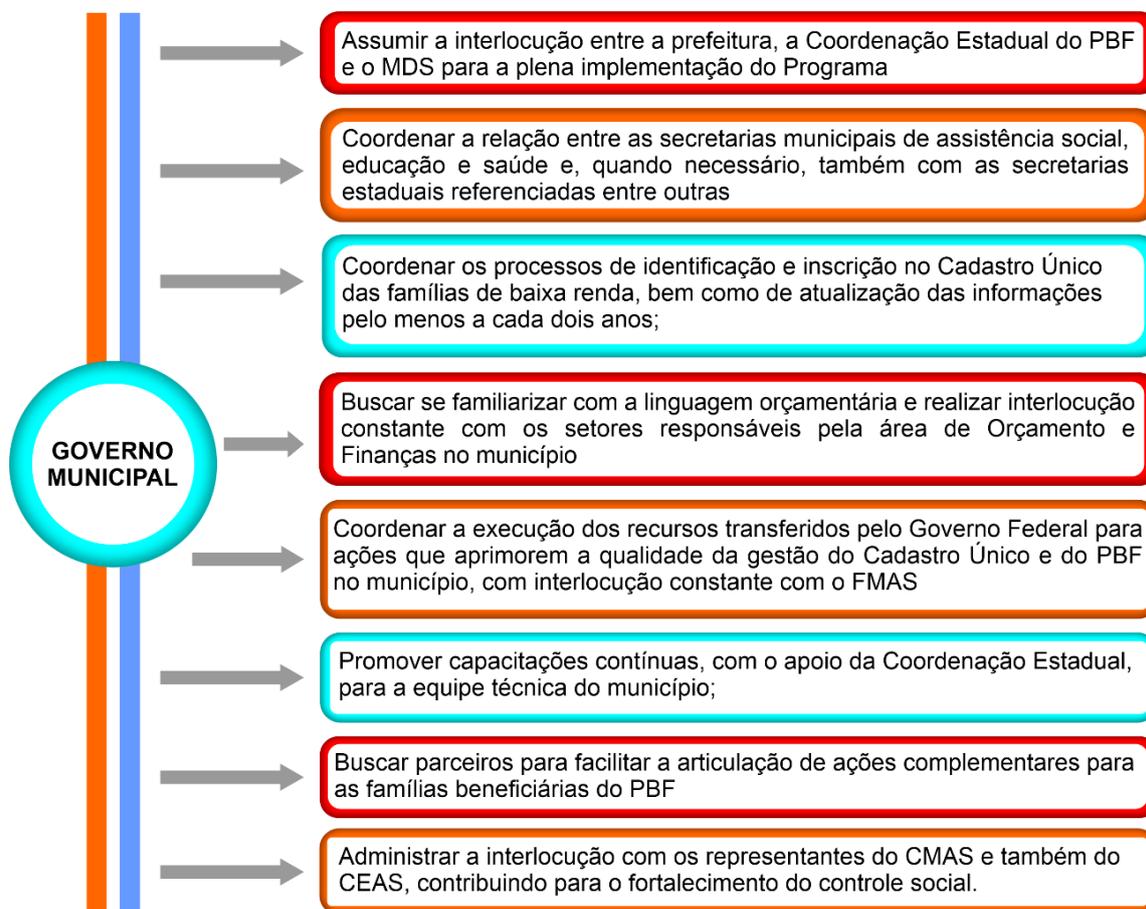
Na esfera estadual, a gestão do PBF e do CadÚnico cabe a um coordenador estadual (designado formalmente pelo governador do estado), o qual exerce papel fundamental para que os objetivos do Programa sejam alcançados. Esse coordenador é a pessoa de referência para o MDS quanto aos temas relacionados à gestão descentralizada do PBF no âmbito estadual. A figura 03 a seguir clarifica a competência da gestão do PBF em âmbito estadual.

Figura 3 - Competências da Gestão Estadual



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Manual de Gestão do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2018a).

A figura 03 destaca que as principais competências da gestão estadual do PBF é o apoio aos municípios, especialmente no que se refere a subsidiar capacitações para que os profissionais que atuam no Programa no âmbito municipal estejam preparados para atender as demandas. Nesse nível, a gestão do PBF cabe a um profissional indicado pelo prefeito, sendo também sua competência coordenar o CadÚnico do município. Constitui-se esse indicado, portanto, a pessoa de referência para o MDS sobre os temas relacionados à gestão descentralizada do PBF nessa esfera. Sobre isso, a figura 04, a seguir, aponta o que cabe à gestão municipal do Programa.

Figura 4 - Competências da Gestão Municipal**Figura 04:** Elaboração própria com base nos dados do Manual de Gestão do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2018a).

Como se observa na Figura 04, a operacionalização do PBF, no tocante às competências da gestão municipal, é realizada em articulação com as demais políticas públicas envolvidas no processo, cabendo a essa esfera gestora indicar a realidade local e criar estratégias para aprimorar o PBF e o CadÚnico.

É preciso pontuar que, apesar de o trabalho cooperativo entre as três esferas governamentais ser fundamental para o desenvolvimento do PBF, são as atividades exercidas pela gestão municipal que se constituem a base de tudo, pois é nesse âmbito que o Programa se concretiza, chegando de fato às famílias mais vulneráveis.

Frente aos desafios enfrentado pelos estados e municípios e pelo Distrito Federal para gerir o PBF e o CadÚnico, o MDS estimula o aperfeiçoamento da gestão descentralizada do Programa por meio de repasse de recursos financeiros aos entes federados, encontrando-se tal repasse subordinado a um índice que engloba os fatores de

desempenho da gestão, principalmente a cobertura do CadÚnico e as condicionalidades. Para quantificar esse desempenho, o MDS criou, em 2006, o Índice de Gestão Descentralizada do Município (IGD-M) e, em 2008, o Índice de Gestão Descentralizada do Estado (IGD-E), índices que permitem a avaliação da gestão em seus aspectos fundamentais e servem de base para definir o apoio financeiro a estados e municípios e ao Distrito Federal. Ambos representam importante estratégia adotada pelo MDS para apoiar e estimular os entes federados a investirem na melhoria e no aperfeiçoamento da gestão do PBF e do CadÚnico (CAMPELO, 2013).

Conforme Silva (2016), o IGD-M mede a atualização dos dados inseridos no CadÚnico e o acompanhamento das condicionalidades das áreas de Educação e Saúde, refletindo o desempenho de cada gestão municipal e do DF. Com base nesse índice, os valores são calculados, repassando-se diretamente os recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) aos municípios e ao Distrito Federal – respectivamente para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e para o Fundo de Assistência Social do Distrito Federal (FAS/DF). Os depósitos são efetuados em conta corrente aberta pelo FNAS no Banco do Brasil, especificamente para fins de execução financeira das atividades vinculadas à gestão descentralizada do PBF e do CadÚnico – conta essa referente ao Bloco de Gestão do Bolsa Família (BL GBF FNAS). Paiva (2013) defende que a criação do IGD-M em 2006 representa uma estratégia que mensura o desempenho do município e serve para aferir a qualidade da gestão do PBF e do Cadastro Único, considerando, primordialmente, os cadastros atualizados das famílias e o acompanhamento das condicionalidades de saúde e de educação.

O IGD-E foi criado em 2008 com o objetivo de mensurar a qualidade da gestão do PBF e do CadÚnico em âmbito estadual, servindo de base para o cálculo do valor do recurso financeiro a ser transferido a essa esfera como forma de apoio às ações de gestão do PBF e do CadÚnico. Os recursos são repassados aos estados diretamente do FNAS para o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS). O IGD-E refletirá o desempenho de cada estado considerando o desempenho dos seus municípios, ou seja, quanto melhor o desempenho do município, melhor apoio financeiro será destinado ao estado.

Segundo Paiva (2013), o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) caracterizou-se como peça fundamental para o aperfeiçoamento verificado no CadÚnico por intermédio dos municípios e dos estados pelos seguintes motivos: edição de um conjunto de normas sobre a concessão e o pagamento de benefícios; acompanhamento de condicionalidades

articulados a seus respectivos ministérios; e remodelagem implementação do acompanhamento de condicionalidades. Foi também um período de significativa expansão do número de famílias atendidas pelo Programa possibilitada não só pela existência de uma ampla rede de pagamentos, operada pela Caixa Econômica Federal, mas também pela evolução na qualidade e cobertura do CadÚnico.

Após os apontamentos das principais características do PBF a partir do seu desenho ideal, o objetivo da próxima seção será delineá-lo na realidade amazônica junto a comunidades ribeirinhas com base na concepção dos profissionais que atuam na sua gestão no município de Barreirinha e na dos seus beneficiários, na tentativa de revelar os efeitos que ele proporcionou na vida das famílias locais.

3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEUS EFEITOS NA REALIDADE DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Nesta seção, abordam-se os efeitos do PBF na realidade das comunidades ribeirinhas considerando-se o contexto amazônico na qual estão inseridas. Apresenta-se, assim, o perfil das famílias ribeirinhas beneficiárias do PBF, bem como as ações desenvolvidas pela gestão do PBF no acesso e no acompanhamento das famílias da comunidade da Agrovila do Caranã, no município de Barreirinha/AM, ressaltando-se as falas e os posicionamentos dos sujeitos participantes deste estudo tendo em vista desvelar os efeitos do PBF no cotidiano dessas famílias.

É importante salientar que, para garantir a confidencialidade dos sujeitos da pesquisa, em atenção aos compromissos éticos dispostos no item VII, do art. 3º da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2016) as falas dos entrevistados (três profissionais/gestores e 20 famílias ribeirinhas) foram dispostas e identificadas por numeração.

3.1 COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO AMAZONAS: a particularidade do município de Barreirinha/AM

Este tópico contempla as principais características de comunidades ribeirinhas no contexto Amazônico e discorre, dessa forma, sobre as particularidades vivenciadas por essa população, além de apontar as formas de expressões da questão social presentes na região que se configura lócus deste estudo.

Chaves e Lira (2016) asseguram que os povos ribeirinhos são considerados comunidades tradicionais devido ao seu modo de vida baseado no uso e na conservação dos recursos naturais e da biodiversidade do ambiente em que vivem; ainda, devido a se autorreconhecerem desta maneira, caracterizando um empoderamento sobre seus saberes tradicionais, sua cultura e sua relação com a natureza. Com base nessa assertiva, entende-se que o território é determinante no modo de vida da população de uma região, sendo necessário, portanto, destacar as características que moldam a Amazônia.

A Amazônia brasileira possui a maior bacia hidrográfica mundial, o rio mais extenso e volumoso do mundo (corresponde a 20% da água doce do planeta) e uma vasta floresta densa (LOUREIRO, 2009). Com 5,1 milhões de quilômetros quadrados, a

Amazônia Legal estende-se por 09 estados e ocupa 60% do território nacional. Nela corre o maior rio do planeta, o Amazonas, com 1.100 afluentes (ALVARENGA, 1997).

Caracterizada por sua extensa biodiversidade e por seu domínio fluvial e florestal, a Amazônia tem sido vista não apenas como área dotada de configuração fisiográfica peculiar, suscetível de ser definida e delimitada à luz deste ou daquele critério, mas também como imenso potencial econômico, conforme destaca Chaves (2001). Nessa linha de pensamento, Souza (2019) sublinha que a região não é apenas uma geografia, sendo sua história muito mais do que um viveiro de criaturas exóticas de futuro incerto. Ela se constitui história e parte do planeta, habitada por seres humanos, e, sendo geografia, também é um espaço em que a humanidade pode aprender um pouco mais sobre si mesma. Para além das suas riquezas naturais, compõe-se de realidades singulares no que concerne à sua formação territorial, geográfica, cultural, econômica e social, apresentando-se como território permeado por uma realidade contraditória a partir das constantes investidas do capital na região, as quais afetam de forma multifacetada as populações amazônicas.

Nas palavras de Chaves e Lira (2016, p. 72),

A Amazônia é ocupada por uma diversidade de grupos étnicos e por populações tradicionais, historicamente constituídas, a partir dos vários processos de colonização e miscigenação por que passou a região. Pode-se afirmar que o homem amazônico é resultado dos intercâmbios históricos entre diferentes povos e etnias. Tal intercâmbio possibilitou uma herança que se revela nas mais diferentes manifestações socioculturais expressas pelo homem amazônico na vida cotidiana, quais sejam: as relações de trabalho, a educação, a religião, as lendas, os hábitos alimentares e familiares.

Historicamente, verifica-se na Amazônia uma diversidade de grupos sociais que contribuíram de maneira diversa para a formação da população local, tanto do ponto de vista cultural quanto social. Nesse sentido, Chaves, Barroso e Lira (2009, p. 117) pontuam: “No contexto rural amazônico observa-se a existência de um heterogêneo conjunto de grupos sociais formados por populações indígenas, caboclas, ribeirinhas, migrantes entre outras”.

No território amazônico apresentam-se as mais diversas expressões da questão social, as quais são congruentes com as características ambientais, histórica, política e social da região. Assim, falar de Amazônia envolve um todo complexo, pois são vários os aspectos que a caracterizam e entrecruzam-se em sua dinâmica. O estado do Amazonas, integrante da Amazônia, carrega consigo esse emaranhado de características (CARNEIRO, 2022).

Entre os estados que compõem a Amazônia Legal³, o Amazonas aparece como o maior em extensão territorial, inclusive do Brasil, por possuir 1.559.255,881 km², embora detenha um dos mais baixos índices de densidade demográfica, com 2,53 habitantes por km², conforme dados do IBGE (2022). Com exceção da capital, Manaus, a maioria dos 62 municípios que compõem o estado (considerando-se a faixa populacional) é de pequeno e médio porte. A principal e predominante via de acesso a esses municípios são as águas, sendo os deslocamentos realizados por meio de embarcações, e, em alguns casos, por avião. Vale ressaltar que o deslocamento via fluvial para alguns municípios pode demorar muitas horas e, até mesmo, muitos dias.

É típico da região amazônica, a formação dos municípios às margens dos rios, sobretudo de comunidades rurais, emergentes desde o processo de colonização e dos ciclos econômicos que impulsionaram o nascimento de vilas, dando origem aos municípios que hoje a compõe (MAHAR, 1978; BATISTA, 2007). Imerso neste cenário, situa-se, no interior do Amazonas, o município de Barreirinha, cuja sede localiza-se à margem direita do rio Paraná do Ramos, afluente do rio Amazonas. Compreende também, em seu território, o Rio Andirá, fazendo limite ao Norte com o município de Parintins e a Leste com o estado do Pará (FIGUEIREDO et al., 2022).

Com área territorial de 5.751,00 km², Barreirinha pertence à Mesorregião do Centro Amazonense e à Microrregião de Parintins, localizando-se a leste da capital, Manaus, da qual dista 330 km em linha reta e 420 km por via fluvial. O acesso ao município é possível tanto por avião quanto por transporte fluvial. Em barcos de recreio, a viagem para Manaus pode durar mais de 24 horas, variando esse tempo conforme a embarcação e o nível do rio (SEMAS, 2021).

Sua origem encontra-se ligada a missões religiosas, principalmente de jesuítas, realizadas na região amazônicas com objetivo de colonização pela coroa portuguesa. Os barreirinhenses têm raízes interculturais, sendo brancos, índios e negros os povos presentes na origem desses amazonenses. Tais raízes relacionam-se aos movimentos migratórios de várias regiões do Brasil e de outras partes do mundo motivados pela melhoria de vida, a exemplo da migração dos nordestinos (FIGUEIREDO et al., 2022).

³ Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Mato Grosso, Maranhão (IBGE, 2022).

A população de Barreirinha é de 31.065 pessoas, sendo este classificado como município de pequeno porte II⁴ (IBGE, 2022). Em relação à população, verificou-se que 13.979 habitantes (45%) se concentravam em área urbana e 17.086 (55%), em área rural, distribuindo-se em distritos, comunidades e vilas, que se estendem ao longo do rio Paraná do Ramos e do Rio Andirá.

É importante pontuar que, no município, fazem-se presentes comunidades de povos tradicionais, assim distribuídas: 95 comunidades ribeirinhas, situadas às margens do rio Paraná do Ramos; 57 comunidades indígenas, localizadas ao longo do Rio Andirá, em parte do rio Marau e do estado do Pará; e 05 comunidades quilombolas, encontradas às margens do Rio Andirá. Ainda, como principais atividades econômicas municipais, identificam-se: agricultura, pecuária, pesca, avicultura e extrativismo vegetal no setor primário; comércios, fábricas de móveis e de gelo no setor secundário; e hotéis, pensões, comércio atacadista e varejista no setor terciário (SEMAS, 2021).

Pesquisas publicadas em 2010 pelo IBGE apontaram um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,574, revelando em Barreirinha um cenário alarmante de pobreza, ainda que tenha havido relativa melhora em relação a dados anteriores. Em 2020, novas pesquisas do IBGE registraram que, no campo econômico, o município apresentava um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 9.652,53 per capita, sendo a principal fonte de renda dos seus moradores a contratação no setor de serviços públicos e nos serviços oriundos do setor primário⁵.

Todo o cenário apresentado denota a particularidade do município de Barreirinha e suas características nos âmbitos populacional, geográfico e social, aspectos essenciais para se dimensionar a discussão a seguir, relacionada ao PBF.

3.1.1 Famílias ribeirinhas da Agrovila do Caranã: perfil dos beneficiários do PBF

Para se compreender a realidade das comunidades ribeirinhas, faz-se necessário conhecer o perfil das famílias beneficiárias do PBF e sinalizar o contexto em que elas estão

⁴ Pequeno porte II: o Censo Demográfico realizado pelo IBGE (2022) ratifica que sua população é de 31.065 habitantes. Esse número populacional o consagra como sendo um município de Pequeno Porte II. De acordo com o IBGE (2022), a subdivisão dos municípios brasileiros delinea-se da seguinte forma: Pequeno Porte 1 – até 20.000 hab.; Pequeno Porte 2 – 20.001 a 50.000 hab.; Médio Porte – 50.001 a 100.000 hab.; Grande Porte – de 100.001 mil a 900.000 hab.

⁵ Dados disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/barreirinha/panorama>. Acesso em: 5 out. 2023.

situadas – no presente caso, o contexto da comunidade rural pertencente ao município de Barreirinha/AM, denominada Agrovila do Caranã, a qual se constitui *locus* desta pesquisa.

Os primeiros registros de existência da Agrovila do Caranã⁶ são encontrados nos anos de 1885, quando algumas pessoas habitavam à margem do Paraná do Ramos, localidade que atualmente se constitui essa Agrovila. Mais tarde, com a chegada de novas famílias na região, surgiu a necessidade de alternativas de lazer. Assim, o Sr. Artur Rodrigues, um dos primeiros moradores do local, teve a ideia de fundar um time de futebol no dia 25 de março de 1933 com o nome de Caranã Esporte Clube. Com o time formado, os moradores decidiram construir um campo de futebol em regime de mutirão, recebendo este o nome de fundador do clube, Artur Rodrigues.

No ano de 1953, o Amazonas sofreu umas das maiores enchentes da região e, com esse fato, mais famílias se aglomeraram na localidade do Paraná do Ramos, surgindo a necessidade de se pensar na constituição de uma comunidade com intuito de organizar a população que ali residia. Assim, no dia 02 de outubro de 1972, com a contribuição dos moradores locais, dos presidentes de outras comunidades adjacentes e do vigário da Paróquia de Barreirinha, Pe. Mário Pascolloto, surgiu a comunidade de Nossa Senhora de Fátima, composta inicialmente por 22 famílias.

Hoje, passados mais de cinco décadas de existência e contabilizando cerca de 104 famílias residentes, a Agrovila do Caranã, de raízes católicas, com Nossa Senhora de Fátima como padroeira da localidade, dispõe de 01 escola municipal que atende à educação infantil e o ensino fundamental, nos turnos matutino e vespertino; de 01 campo de futebol, que se configura a atração principal dos finais de semana e cuja sede social é espaço de eventos culturais da comunidade.

Quanto aos serviços de saúde, os comunitários são atendidos pela Unidade Básica de Saúde do Distrito de Pedras, localizada a aproximadamente 1km da Agrovila do Caranã, com acesso terrestre. É válido salientar que as Unidades Básicas de Saúde se situam nas comunidades com maior número de famílias (distritos), ficando as agrovilas e as pequenas comunidades na abrangência do território de saúde dos distritos.

A escolha de Agrovila do Caranã como *locus* da pesquisa relaciona-se com o fato de essa localidade apresentar o número mais elevado de beneficiários do PBF em situação de extrema pobreza, conforme dados da base do CadÚnico (BRASIL, 2020). Seguindo

⁶ Todas as informações apresentadas acerca do histórico da Agrovila do Caranã foram retiradas de um documento, fornecido à pesquisadora pela gestão local dessa comunidade rural, denominado “Breve Histórico da Comunidade de Nossa Senhora de Fátima, do Caranã”.

esse critério, já descrito na introdução deste estudo, selecionaram-se 20 famílias com renda per capita de até R\$ 89,00. Estabelecido o número de famílias, fez-se necessário traçar seu perfil com informações sobre sexo, idade, estado civil, escolaridade e profissão dos responsáveis familiares, uma vez que é importante entender não apenas como se compõem as famílias ribeirinhas de Caranã, mas também suas concepções sobre a temática abordada.

A Tabela 01, a seguir, apresenta a variável “sexo” dos responsáveis familiares participantes da pesquisa.

Tabela 01 - Sexo dos Responsáveis Familiares

RF – IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Mulheres	19	95%
Homens	01	05%
Total	20	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Podemos observar, na tabela 01, a predominância do sexo feminino em relação ao masculino, informação que confirma os dados de 2023 apresentados pelo Ministério das Mulheres⁷, que considera ser o protagonismo feminino um dos traços do PBF, ou seja, nesse programa de transferência de renda do Governo Federal, a ampla maioria dos lares tem uma mulher como RF – na folha de pagamento do Programa, 81,2% de benefícios são concedidos em nome das mulheres; na Região Norte, 82,5% das mulheres são RF no âmbito do PBF (BRASIL, 2022).

Relativamente à variável “idade”, a Tabela 02, a seguir, reúne os dados coletados na pesquisa de campo.

Tabela 02 - Idade dos Responsáveis Familiares

RF – IDADE	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
35 a 40	04	20%
41 a 45	05	25%
46 a 50	07	35%
51 a 55	02	10%
56 a 60	02	10%
Total	20	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

⁷ Site gov.br, Ministério das Mulheres. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/campanhas/2023/marco-das-mulheres/mulheres-sao-responsaveis-familiares-em-81-das-concessoes-do-bolsa-familia>. Acesso em: out. 2023.

Observa-se na Tabela 2 que, no tocante à idade, o maior percentual (35%) dos sujeitos pesquisados situa-se entre 46 e 50 anos, seguindo-se os percentuais de 25% para a idade de 41 a 45 anos e de 20% para a faixa etária de 35 a 40 anos. As demais faixas de idade (51 a 55 anos; 56 a 60 anos) representam os demais sujeitos, com 10% cada faixa.

No que concerne à variável “estado civil” dos RF, a Tabela 03, a seguir, aponta as informações coletadas.

Tabela 03 - Estado Civil dos Responsáveis Familiares

RF – ESTADO CIVIL	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Solteiro(a)	06	30%
Casado(a)	04	20%
União Estável	08	40%
Separado(a)	02	10%
Viúvo(a)	-	-
Total	20	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Como se verifica na Tabela 3, relativamente ao estado civil dos responsáveis familiares, a maioria (40%) vive em união estável, seguindo-se os solteiros (30%). O restante da porcentagem distribui-se entre os que se declararam casados (20%) e separados (10%). Somando os dados dos RF que se declararam casados e os do que disseram que vivem em união estável, identifica-se que 60% das famílias mantêm relação afetiva. Constatou-se também que os RF que se declaram casados estão no intervalo de idade de 51 a 60 anos.

Quanto à variável “escolaridade” dos RF, a tabela 04 aponta os resultados obtidos na pesquisa.

Tabela 04 - Escolaridade dos Responsáveis Familiares

RF – ESCOLARIDADE	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Ens. Fundamental incompleto	07	35%
Ens. Fundamental completo	06	30%
Ens. Médio incompleto	01	05%
Ens. Médio completo	06	30%
Ens. Superior	-	-
Nunca estudou	-	-
Total	20	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Verifica-se, referentemente aos dados sobre a educação registrados na Tabela 4, que a maioria dos RF (35%) possuem baixa escolaridade, com ensino fundamental incompleto, seguindo-se aqueles com ensino fundamental completo e os com escolaridade até o ensino médio completo (30% cada grupo) e uma pequena parcela com ensino médio incompleto (5%). No decorrer da análise dessas informações, foi possível observar que os RF com ensino fundamental incompleto e completo se situam na faixa etária de 46 a 60 anos; e os com ensino médio incompleto e completo, de 35 a 45. Essa observação sobre a escolaridade dos RF permitiu a constatação de que os de idade mais avançada (46 a 60 anos) possuem a escolaridade mais baixa, o que leva a se perceber que as pessoas mais velhas da Agrovila do Caranã não tiveram oportunidade de usufruir da educação básica, enquanto as de menor idade puderam prosseguir mais nos estudos.

Passando-se para a variável “profissão” dos RF, encontram-se dispostos na Tabela 05, a seguir, os dados coletados na pesquisa de campo.

Tabela 05 - Profissão dos Responsáveis Familiares

RF – PROFISSÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Agricultor	13	65%
Autônomo	04	20%
Pescador	02	10%
Servidor Público	01	05%
Total	20	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

De acordo com o disposto na Tabela 5, constatou-se que a maioria do RF (65%) vive da agricultura, seguindo-se os trabalhadores autônomos (20%), os pescadores artesanais (10%) e os servidores públicos (5%). Ribeiro (2023) alerta que os povos tradicionais que vivem nas comunidades rurais mantêm uma relação orgânica com a natureza e, dentro de suas possibilidades, buscam assegurar a sustentabilidade desta, pois, como argumenta Marx (2008, p. 84), “o homem vive da natureza”, ou seja, a natureza “é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer”. A íntima relação do homem com a natureza acompanha o desenvolvimento da história das sociedades, não sendo diferente na realidade das comunidades de povos tradicionais, como é o caso dos ribeirinhos do Amazonas.

Em relação à variável “quantidade de membros das famílias”, a pesquisa apontou que a média é de cinco a seis membros na mesma residência, como evidencia a tabela 06, a seguir.

Tabela 06 - Quantidade de membros nas famílias

NÚMERO DE MEMBROS POR FAMÍLIA	NÚMERO DE FAMÍLIAS	PORCENTAGEM
Um a dois	-	-
Três a quatro	06	30%
Cinco a seis	07	35%
Sete a oito	04	20%
Nove a dez	03	15%
Total	20	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Conforme os dados apresentados na tabela 06, a composição familiar da comunidade do Caranã apresenta média elevada, considerando o número de membros na mesma residência, com registro de até sete a oito membros (20%) e nove a dez membros (15%) por núcleo familiar. De acordo com Maciel (1999), a composição das famílias na região norte possui geralmente uma razão de 4 membros por família, acima da média nacional de 3,2 – dado que leva a se concluir que a família amazônica é considerada extensa pelo número elevado de dependentes.

A respeito da variável “principais características dos membros familiares”, a pesquisa registrou, como dependentes do RF, esposo(a), filhos(as), netos(as), sobrinhos(as), avós/avôs, além do grau de escolaridade e da faixa etária desses membros, conforme demonstrado na Tabela 07, a seguir.

Tabela 07 - Principais características dos membros familiares

PARENTESCO COM O RF			FAIXA ETÁRIA DOS FAMILIARES			ESCOLARIDADE DOS FAMILIARES		
Tipo de Parentesco	Quant. de famílias	%	Idade	Quantidade	%	Grau de instrução	Quantidade	%
Esposo(a)	12	60%	0 a 12 anos incompletos	16	80%	Nunca Estudou	04	20%
Avô/Avó	2	10%	12 a 18 anos incompleto	14	70%	Fund. Incompleto	07	35%
Neto(a)	12	60%	19 a 30 anos	08	40%	Fund. Completo	12	60%
Sobrinho(a)	03	15%	31 a 40 anos	03	15%	Médio Incompleto	06	30%
Filho(a)	20	100%	Acima de 41 anos	08	40%	Médio Completo	10	50%

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

A tabela 07 aponta, como observado, as principais características dos membros familiares. Em relação ao tipo de parentesco com o RF, os dados revelam que os filhos(as) aparecem como a relação de parentesco predominante, compreendendo o número total de famílias, seguindo-se a de esposo(a) e de netos(as), verificada, ambas, em 60% das famílias. Sobrinhos(as) (15%) e avôs/avos (10%) aparecem com menos frequência nas relações de parentesco com o RF.

Relativamente à faixa etária desses membros, a pesquisa revelou que 80% das famílias têm crianças com idade de 0 a 12 anos incompletos e que 70% têm adolescentes de 12 a 18 anos incompletos. Adultos de 19 a 30 anos e acima de 41 anos perfazem, cada um, 40%, ficando a idade de 31 a 40 anos com 15%.

Acerca da criança na Região Norte do Brasil, dados da UNICEF de 2004 trazem a seguinte informação:

No ano de 2000 viviam na região norte 2,3 milhões de crianças com menos de sete anos de idade, que correspondiam 19% da população total. Em média 75% das residências da região tinha uma criança nessa faixa etária. Para o Brasil, de modo geral, essas duas proporções são significativamente menores (14% e 51%, respectivamente). Isso ocorre porque a taxa de fecundidade do Brasil, no seu conjunto, é historicamente inferior a taxa de fecundidade prevalente na Região Norte (UNICEF, 2004, p.10).

A UNICEF aponta outra particularidade sobre as crianças da Região Norte: suas famílias vivem em uma área geográfica extensa e ainda pouco povoada se comparada ao restante do país, apesar de a Amazônia ter passado nas últimas três décadas por um rápido e intenso processo de povoamento e de urbanização (UNICEF, 2004).

Sobre a escolaridade, constatou-se que 35% dos membros familiares possuem ensino fundamental incompleto; 60%, ensino fundamental completo; 30%, ensino médio incompleto; 50%, ensino médio completo; e 20% nunca estudaram. Esses dados da porcentagem dos graus de ensino cursados pelo membros familiares, somados aos dados da faixa etária, demonstram que essa variação não procede da conclusão ou não dos estudos, pois a grande parcela desses membros encontra-se na faixa de idade escolar no intervalo de 0 a 18 anos.

Passa-se agora para a variável “despesas familiares”, que também foram analisadas ao se traçar o perfil das famílias da Agrovila do Caranã. A Tabela 08, a seguir, indica as principais despesas elencadas pelas famílias.

Tabela 08 - Despesas das famílias

PRINCIPAIS DESPESAS	QUANTIDADE DE FAMÍLIAS	PORCENTAGEM
Alimentação	20	100%
Energia Elétrica	20	100%
Água	20	100%
Gás, carvão ou lenha	16	80%
Transporte/Combustível	05	25%
Medicamentos	03	15%

Fonte: Pesquisa de campo, 2023

De acordo com a Tabela 8, que contém os dados a respeito das despesas mensais, as famílias evidenciaram que seus principais gastos se associam à alimentação, à energia elétrica, à água encanada e ao gás de cozinha. Foram também relatadas despesas com combustível, transporte e compra de medicamentos, em casos de idosos na família.

Essas informações reforçam os dados apresentados pelo IBGE (2022), que apontam ser grande parte da renda das famílias pobres destinada à alimentação e à habitação (água, luz, aluguel). Quanto aos gastos com saúde, as famílias de renda mais baixa reservam um percentual maior para remédios; e as de renda mais elevada, além dos gastos com remédios, também incluem em suas despesas mensais plano de saúde e tratamento dentário, computando assim um percentual mais elevado de gastos com a saúde.

Nesse contexto das despesas mensais, os RF responderam que o benefício do PBF é gasto prioritariamente na compra de alimentação, material escolar e vestuário e que a preocupação em priorizar tais demandas decorre da necessidade de atender as carências básicas da família. Diante das despesas elencadas pelas famílias, tornou-se essencial desvelar-se o seu rendimento mensal, identificado, a seguir, na Tabela 09,

Tabela 09 - Rendimento mensal das famílias

RENDIMENTO FAMILIAR	QUANTIDADE DE FAMÍLIAS	PORCENTAGEM
Apenas a renda do PBF	05	25%
Até um salário-mínimo	13	65%
De dois a três salários-mínimos	02	10%
Total	20	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

A tabela 09 expõe que 25% das famílias vivem apenas com a renda do PBF, 65% com renda de até um salário-mínimo e 10% com renda de dois a três salários-mínimos.

Esses dados da pesquisa corroboram os dados do IBGE (2019)⁸, que identificam variação da renda mensal por domicílio no município de Barreirinha de ¼ a um (01) salário-mínimo, média apresentada por 2.974 domicílios de um total de 5.153, revelando claramente que o município apresenta um quadro de extrema pobreza, sobrevivendo com menos de um salário-mínimo, principalmente as famílias extensas compostas por crianças e adolescentes, que não podem contribuir com a renda familiar. Desse modo, o impacto da baixa renda é sentido por todos na família.

Na sociedade capitalista a família exerce um papel de grande importância como unidade de renda e de consumo, ao mesmo tempo que é unidade de convivência e de reprodução biológica e social (ALENCAR, 2004). Seus membros partilham a remuneração da atividade econômica para a satisfação de suas necessidades básicas. Coloca-se, então, uma distinção entre provedores e consumidores que partilham a mesma moradia, a alimentação e e outros indicadores mais estritos e individuais. Para Alencar (2004), as condições de vida dos membros das famílias dependem, em grande parte, da inserção social de todos os membros da família, pois é no seu interior que se articula um conjunto de estratégias para superar as situações de precariedade social diante do desemprego ou da inserção precária no mundo do trabalho.

A variável “habitação” também foi pesquisada, englobando as condições de ocupação do imóvel, o tipo de moradia, o total de cômodo do domicílio, o acesso à energia elétrica, à água, ao escoamento sanitário e a eletrodomésticos/eletroeletrônicos, bem como possíveis modificações na infraestrutura do domicílio após o PBF (Tabelas 10, 11 e 12).

A tabela 10, a seguir, aponta as principais características da habitação das famílias pesquisadas.

Tabela 10 - Principais características de habitação

OCUPAÇÃO DO IMÓVEL			TIPO DE MORADIA			CÔMODOS DO DOMICÍLIO		
Condição	Quantidade de famílias	%	Material	Quantidade de moradias	%	Cômodos	Quantidade de moradias	%
Próprio	20	100%	Alvenaria	2	10%	1 a 2	4	20%
Alugado	-	-	Madeira	12	60%	3 a 4	15	75%
Cedido	-	-	Palha	-	-	5 a 6	1	5%
			Mista	6	30%			

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

⁸ Dados disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/barreirinha/panorama>. Acesso em: 2 abr. 2021.

O estudo aponta que todas as famílias possuem residência própria, construídas, segundo os familiares, com muito esforço ao longo do tempo por eles próprios. Ressalta-se que 60% das construções das casas ainda são de madeira, 30% são do tipo mista (madeira e alvenaria) e apenas 10% de alvenaria. Sobre os cômodos, observa-se que cerca de 75% das residências possuem como média 3 a 4 cômodos.

A respeito do acesso à energia elétrica, água, escoamento sanitário, a tabela 11, a seguir, destaca as informações coletadas junto às famílias.

Tabela 11 - Acessos básicos de habitação das famílias

ENERGIA ELÉTRICA			ÁGUA			ESCOAMENTO SANITÁRIO		
Tipo de ligação	Quant. de domicílios	%	Tipo	Quant. de domicílios	%	Tipo de coleta	Quant. de domicílios	%
Oficial	20	100%	Encanada	20	100%	Rede coletora de esgoto ou pluvial	-	-
Não Oficial	-	-	Não Encanada	-	-	Fossa Séptica	8	40%
Não Tem	-	-	Poço/Cacimba	-	-	Fossa Rudimentar	12	60%
Total	20	100%	Total	20	100%	Total	20	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Todas as residências têm acesso à energia elétrica e à água encanada, mas apenas 40% das casas têm acesso à fossa séptica e 60% ainda utilizam banheiro com vala a céu aberto, a conhecida fossa negra. De acordo com a Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB) o acesso ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário adequado é um direito fundamental dos cidadãos, sendo essencial para lhes assegurar condições dignas de habitação, cuidado e manutenção da saúde e preservação do meio ambiente. No entanto, no Brasil, e sobretudo na região Amazônica, muitos ainda são privados desses serviços básicos, como bem aponta a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2017, que revelou ser o sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário o mais preocupante, pois apenas 15% do esgoto gerado no Amazonas é coletado, e apenas metade desse percentual é tratado de forma adequada (PNSB, 2017). Faz-se necessário ressaltar que, ainda que 100% das famílias da Agrovila do Caranã tenham acesso à água, esta chega às residências sem tratamento adequado, deixando as famílias à mercê de um serviço desqualificado.

A falta de acesso às necessidades básicas nos domicílios, ou mesmo o acesso precarizado a elas, leva as famílias a vivenciarem diariamente situações de vulnerabilidade

social. Assim, aquilo que deveria ser um direito garantido dos indivíduos passa a ser uma preocupação constante na realidade das famílias, em especial a dos ribeirinhos.

Por fim, a respeito dos bens duráveis encontrados nos domicílios, a Tabela 12, a seguir, elenca os eletrodomésticos e os eletroeletrônicos possuídos pelas famílias.

Tabela 12 - Bens duráveis nos domicílios

ELETRODOMÉSTICOS			ELETROELETRÔNICOS		
Tipo	Quantidade por domicílio	%	Tipo	Quantidade por domicílio	%
Ar-Condicionado	-	-	Celular	15	75%
Máquina de lavar	12	60%	Computador	-	-
Fogão	16	80%	Aparelho de Som	8	40%
Geladeira	15	75%	TV	12	60%
Liquidificador	16	80%			

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Conforme a tabela 12, eletrodomésticos e eletrônicos são os principais bens duráveis assinalados pelas famílias.

Observa-se que, na categoria eletrodomésticos, 80% dos domicílios possuem fogão a gás; 80% têm liquidificador; outros 75% têm geladeira e 60% possuem máquina de lavar. Durante a análise, percebeu-se que as informações cedidas pelas famílias conversam entre si, uma vez que, no item “acesso a bens duráveis”, o fogão a gás é usado por 80% das famílias, fato que reafirma as informações declaradas na Tabela 8, em que são relatados que, entre os principais gastos, encontra-se a compra de gás de cozinha.

Na categoria eletroeletrônicos, 75% dos domicílios sinalizam ter celular; 60%, acesso à TV; e 40%, aparelho de som. Nessa perspectiva, é importante assinalar que, apesar de as famílias das comunidades rurais terem acesso a determinados bens duráveis, isso não significa que elas não se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Estudos realizados pela ONU (2022) apontam que, na América Latina, as pessoas têm mais acesso a celular do que a banheiros, estimando-se haver 120 milhões de latino-americanos sem esse acesso (o Brasil está entre os 10 países do mundo onde há menos acesso a banheiros). Esse indicador reflete claramente a realidade das famílias da comunidade da Agrovila do Caranã, onde se observou que 60% dos domicílios não possuem estrutura de banheiro adequado, trazendo-lhes grandes risco à saúde.

O perfil apresentado sobre as famílias da comunidade de Caranã aponta muitas particularidades, especialmente por se tratar de um contexto rural. Essas especificidades

pontuadas fazem das famílias ribeirinhas uma categoria única, que requer um olhar diferenciado das políticas públicas e, em especial, das políticas de transferência de renda.

A discussão do próximo item se faz importante por apresentar as ações desenvolvidas pela gestão do PBF no que diz respeito ao acesso e ao acompanhamento das famílias beneficiárias. A percepção dos profissionais quanto à temática trabalhada trará um olhar direcionado, fornecendo subsídios para se compreender a articulação entre os beneficiários do PBF e os profissionais que atuam em sua gestão.

3.2 ACESSO E ACOMPANHAMENTO DAS FAMÍLIAS RIBEIRINHAS: análise das ações desenvolvidas pela gestão do PBF

Neste tópico a abordagem se concentra no acesso e no acompanhamento das famílias a partir das ações desenvolvidas pela gestão do PBF. Para compreensão das ações implementadas por esse Programa é fundamental saber sobre sua gestão. Conforme mencionado anteriormente, foram entrevistados três profissionais: os gestores do PBF que, de 2013 a 2019, estiveram no comando municipal desse programa em Barreirinha. A tabela 13 sinaliza o perfil desses gestores.

Tabela 13 - Perfil dos Gestores

Nº	SEXO	IDADE	RELIGIÃO	RAÇA/COR	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	TEMPO NA FUNÇÃO	VÍNCULO DE TRABALHO
01	M	25 anos	Evangélica	Preto	Solteiro	Ensino Superior	02 anos	Contrato Temporário
02	F	34 anos	Evangélica	Parda	Casada	Ensino Médio	03 anos	Contrato Temporário
03	M	35 anos	Evangélica	Pardo	Casado	Ensino Médio	02 anos	Contrato Temporário

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Conforme se observa na Tabela 13, houve dois (02) gestores e uma (01) gestora do PBF, variando suas idades entre 25 e 35 anos, todos casados, evangélicos e nascidos em Barreirinha. No fator escolaridade, apenas um profissional possui nível superior e os demais, ensino médio completo. Quanto ao tempo de trabalho na função, a maior parcela dos profissionais atuou no PBF por 02 anos, sendo temporário o vínculo de trabalho, denotando instabilidade e insegurança em relação à forma de contratação dos profissionais.

Em vista desse vínculo temporário de trabalho, pode sinalizar-se uma grande rotatividade de profissionais, implicando desperdício de recursos em capacitação, considerando os constantes recomeços com novas demandas de qualificação para as mesmas funções, também acarretando a fragilização do vínculo de confiança entre os profissionais e o público dos benefícios de transferência de renda (ARAÚJO et al., 2017).

Após essa breve abordagem do perfil dos profissionais, retoma-se a discussão específica acerca do objeto deste estudo. Os aspectos a seguir apresentados subsidiarão a discussão a respeito da realidade do PBF no município de Barreirinha/AM, posto ser fundamental conhecer as partes envolvidas nesse processo para desvelar e compreender os percalços dessa caminhada.

Para melhor compreensão das ações do PBF por meio dos profissionais que atuaram na gestão do programa, optou-se por dividir as perguntas em dois blocos, a saber: (A) Bloco da Implementação do PBF; e (B) Bloco de Acompanhamento Familiar. O primeiro relata as ações desenvolvidas para a implementação do PBF no contexto amazônico, retratando as dificuldades e os desafios postos aos profissionais. O segundo revela os aspectos do acompanhamento familiar, sobretudo as dificuldades e os desafios enfrentados pelos gestores nesse processo.

(A) Implementação do PBF

No bloco de perguntas acerca da implementação do PBF, buscou-se conhecer as ações desenvolvidas pelos gestores municipais junto aos beneficiários, especialmente os da comunidade rural. Para isso, foram postos os seguintes questionamentos: (1) Quais ações eram desenvolvidas para a implementação do PBF? (2) Como elas eram realizadas e quem delas participava? (3) As ações eram planejadas? Com qual frequência? (4) Quais as principais dificuldades e os principais desafios enfrentados pela gestão do PBF?

Sobre o questionamento (1) – *Quais ações eram desenvolvidas para a implementação do PBF* –, os gestores se posicionaram da seguinte forma:

As ações itinerantes têm sido uma estratégia boa, onde levamos serviços da Assistência, Saúde, Educação, Previdência e nesta ocasião levamos os postos de atendimento do PBF, mas sabemos que muito ainda precisa ser feito para que o programa ganhe à proporção que merece, principalmente nas comunidades ribeirinhas que por muito tempo não recebeu a atenção que deveria (Gestor 01).

As ações que eram feitas eram as buscas ativas. Durante eu estar na gestão do PBF nós fomos em viagens nas áreas rurais para fazer cadastramento e recadastramento dos beneficiários do bolsa. Muitas vezes fomos para fazer novos cadastro e ir em busca daqueles que estavam desatualizados e, também, daqueles que estavam omitindo informações. Muitas famílias tinham benefício bloqueado por falta de informação devido à dificuldade de vir, e a equipe ia até as comunidades fazer essa busca ativa (Gestor 02).

Sempre trabalhamos com busca ativa para levar o benefício para as famílias do interior. Como a zona rural sempre teve mais dificuldade de acesso, a prioridade sempre foi atender esse público (Gestor 03).

Nas falas dos gestores em relação às ações desenvolvidas para a implementação do PBF, é possível notar majoritariamente que as buscas ativas se destacam como estratégia importante para disseminar as atividades em torno do programa. É importante destacar que a fala do Gestor 03, além de apontar a busca ativa como estratégia de implementação do PBF, revela as peculiaridades da região amazônica ao referir a dificuldade de acesso dos profissionais às comunidades ribeirinhas.

Sobre a busca ativa, o MDS indica ser esta uma estratégia central no âmbito da lógica de aproximação com o cidadão, revertendo a sistemática pública usual de espera pela demanda. Esta estratégia do poder público com relação à população mais empobrecida e/ou vulnerável, busca alcançar aqueles que normalmente não acessam os serviços públicos, colocando-se à margem da rede de proteção por razões diversas, tais como desconhecimento de seus direitos, habitação em áreas isoladas, filiação a grupos socialmente excluídos e outros (BRASIL, 2018a). Voltada à identificação de vulnerabilidades e a prevenção de potenciais riscos sociais, a busca ativa, além dos vínculos e da ampliação da cidadania e do fortalecimento dos indivíduos, possibilita a efetividade e a consolidação das políticas públicas.

Por outro lado, a fala do Gestor 01 aponta as ações itinerantes como uma importante estratégia na implementação do PBF no contexto das comunidades ribeirinhas, sinalizando, porém, não ser tal estratégia suficiente frente às necessidades apresentadas por esse público. Ações como cadastramento de novas famílias para inserção na base de dados do CadÚnico e atualização dos cadastros já contemplados com o objetivo de retratar a realidade socioeconômica das famílias beneficiárias se configuram ponto crucial para a implementação do PBF nos municípios, especialmente por se tratar de um cenário que apresenta inúmeras adversidades, como bem retrata a fala dos gestores.

A respeito do questionamento (2) – *Como eram realizadas as ações e quem delas participava* –, os gestores assim se pronunciaram:

As ações sempre foram realizadas em **parceria com as outras políticas públicas**, cujo intuito era agregar os serviços. O PBF não trabalho sozinho, então as ações eram pensadas e executadas em conjunto (Gestor 01).

Nós sempre buscamos **realizar as ações juntamente com as políticas que estruturam o PBF**. Não é fácil trabalhar envolvendo todos, mas era necessário para que os objetivos fossem alcançados (Gestor 02).

Eu procurava **envolver todos os profissionais possíveis, da saúde, assistência educação nas ações do PBF**, principalmente quando era no interior. Levar as ações do bolsa para o interior é trabalhoso, mas com a parceria de todos se torna mais viável (Gestor 03).

Observa-se nos depoimentos dos gestores que as ações eram realizadas por meio de parcerias/articulações com as demais políticas que contemplam o PBF, sobretudo com a Assistência Social, a Educação e a Saúde por intermédio das condicionalidades. Como pontuado em suas falas, o Programa trabalha de forma articulada, buscando evidenciar a importância do trabalho intersetorial.

Envolver as políticas sociais no âmbito dos municípios é ponto de partida para que as ações do PBF tenham êxito, além de garantir que os acessos básicos cheguem aos beneficiários do Programa. Para Carneiro (2022, p. 66), “estes direitos somente serão alcançáveis quando buscados coletivamente, na articulação das políticas sociais”. Assim, é preciso salientar que uma política social sozinha não garante todos os direitos, bem como não consegue abarcar respostas a todas as demandas sociais que acometem a população.

Por outro prisma, o Gestor 02 salienta que, embora seja necessário trabalhar de forma articulada para garantir às famílias o acesso às políticas públicas, unir os esforços não se torna uma dinâmica fácil considerando as particularidades que cada política apresenta. Todavia, é preciso considerar a afirmação de Pereira (2014) de que as políticas não caminham sozinhas, sendo necessária uma constante articulação com outras políticas setoriais, nas mais diferentes demandas; e que, ao se trabalhar a intersetorialidade, deve-se considerar os instrumentos de otimização de saberes, competências e relações sinérgica em prol de um objetivo comum.

Em resposta ao questionamento (3) – *As ações eram planejadas? Com qual frequência?* – os gestores expressaram assim suas opiniões:

As ações do PBF sempre eram planejadas. E na minha gestão sempre foi planejada para atender a realidade da sede e do interior. Por exemplo, anualmente a gente faz um levantamento das taxas de atualização cadastral, então a gente consegue saber através dos relatórios sociais qual a área com o

maior índice de desatualização. Então através da identificação da área que esta descoberta é que fazemos o planejamento de ação, visando atender onde o serviço por inúmeros motivos ainda não chegou. Então eu posso te afirmar que o planejamento das ações vai de acordo com as demandas identificadas (Gestor 01).

Nós tínhamos o calendário de atividades que era elaborado nos três primeiro mês do ano. **Era criado um cronograma**, onde envolvia as buscas ativas para justamente dar esse suporte aos beneficiários. Esse cronograma era criado juntamente com a Secretaria de Assistência Social ou com a equipe do CRAS. Esse cronograma contemplava tanto a sede do município quanto o interior, mas é claro que o interior estava nas nossas prioridades justamente pelas dificuldades que eles enfrentam. Normalmente as ações eram planejadas a cada três meses (Gestor 02).

As ações surgiam com as demandas. Às vezes a gente até planejava, mas aí surgiam outras demandas e o que estava previsto não saía (Gestor 03).

Os gestores indicaram que o planejamento era realizado, majoritariamente, por meio de plano de ações e calendário de atividades, respeitando as demandas apresentadas e as prioridades dos casos. A frequência dos planejamentos variava entre três meses e um ano. No caso do gestor 03, o planejamento não era frequente e ocorria somente às vezes, sendo que a prioridade acabava sendo as demandas emergentes. Nesse ponto, chama-se a atenção para a realização do planejamento qualificado, considerando contexto, demandas e particularidades para que, dessa forma, ações e atividades alcancem os objetivos desejados, ainda que no percurso ocorram os contratemplos.

Como resposta ao questionamento (4) – *Quais as principais dificuldades e os principais desafios enfrentados pela gestão do PBF* – os gestores relatam em suas realidades dificuldades e desafios na implementação do Programa.

Enquanto gestor do PBF a principal dificuldade que encontrei juntamente com a equipe foi a acerca do público-alvo para acesso aos programas de transferência de renda, uma vez que o Cadastrado único estavam com os **dados desqualificados** é isso acarreta diretamente na elegibilidade das famílias ao benefício. Quanto aos desafios eu não posso deixar de mencionar o **fator amazônico**, uma vez que a realidade dos municípios daqui não condiz com os recursos que o município recebe para implementar o PBF, ou seja, o contexto diferenciado, especialmente o de logística não é levado em consideração. Então sem dúvidas esse fator é uma dificuldade e ao mesmo tempo se torna um desafio maior ainda (Gestor 01).

Um das dificuldades que nos encontrávamos é justamente por ser **longe, difícil acesso**. Já aconteceu vezes que nos convocávamos a população pra comparecer numa certa comunidade porque são várias e nós tínhamos uma demanda pequena, e isso prejudicava muito a logística porque tudo é um gasto né, é essa era a nossa maior dificuldade a locomoção. Um dos desafios que a gente enfrentava era a **omissão de informações**. Muitas pessoas querem receber o benefício e para isso omitiam informação. Faziam parte de uma família, mas queriam fazer o cadastro sozinho para ter direito ao benefício, e muitas vezes

prejudicavam aqueles que de fato tinham o direito de receber, porque sabemos que é um número limitado de liberação de benefício e algumas famílias ficavam na lista de espera porque outros estavam recebendo sem ter o devido direito (Gestor 02).

A dificuldade no PBF em Barreirinha é o **acesso as famílias**, principalmente aquelas que moram muito **distante da sede do município**. Isso interfere muito para os profissionais que estão atuando na gestão do programa. No período que estive a frente do PBF o maior desafio era a omissão de informação por parte das famílias. Quando elas vinham fazer seu cadastro no Cad Único declaravam informações que não correspondiam com a sua realidade, o que acabava por prejudicar aquelas famílias que realmente necessitavam do benefício (Gestor 03).

Em seus posicionamentos, observou-se que as principais dificuldades relatadas pelos gestores giram em torno do fator geográfico amazônico, isto é, da dificuldade de acesso às comunidades da zona rural do município e da logística. Rolim (2017) pontua que a questão geográfica influencia muito no processo de trabalho dos profissionais, havendo comunidades cujo acesso ocorre somente pelo rio e com horas de viagem; e, quando o acesso é pela estrada, enfrentam-se horas de viagem em estradas de barro ou pessimamente pavimentadas. Nessa perspectiva, Teixeira (2013) acrescenta que, para além do fator distância devido ao vasto território, o trabalho também é afetado pelas diversificadas formas de trabalho, pela ocupação e pela estrutura familiar do território amazônico (populações ribeirinhas, povos da floresta, seringalistas, ocupação quilombola, garimpeiros, indígenas, dentre outros).

Constituído por 157 comunidades rurais localizada no entorno da sede municipal, com diferentes grupos populacionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, entre outros (SEMAS, 2021), as dificuldades de acesso se tornam constantes, ainda mais ao se considerar o ciclo natural de enchente e vazante pelo qual passam os municípios amazônicos. Para Rolim (2017, p. 99) “na Amazônia, as implicações regionais de deslocamento devido ao vasto território é um dos fatores que deixam muitas famílias ainda invisíveis para as políticas públicas”. Essa realidade faz com que as dificuldades sejam reais, com implicações diretas no trabalho desenvolvido pelos gestores do PBF.

Quanto aos principais desafios enfrentados, os gestores mencionaram a desqualificação de informações da base de dados do CadÚnico. Por serem informações autodeclaratórias, o Cadastramento Único para programas sociais enfrenta muitos desafios quanto à omissão de informações por parte dos beneficiários, como a omissão de renda e de composição familiar, elementos que mais confrontam a realidade das famílias beneficiárias. Entende-se que, nos casos de má-fé comprovada na omissão ou na prestação

de informações inverídicas, as famílias agem desonestamente na tentativa de ludibriar as normas que estruturam o PBF e, além disso, prejudicam as famílias que verdadeiramente necessitam da intervenção dos PTR.

Pesquisas em torno do Cadastro Único apontam que inúmeras ferramentas foram agregadas e melhoradas para atender as necessidades da base de dados com intuito de minimizar os casos de informações desqualificadas. Essa iniciativa reduziu os problemas na entrada de dados e as possíveis duplicidades existentes ao se introduzirem novas checagens e atualizarem-se as informações em tempo real, imprimindo maior agilidade no compartilhamento de dados entre as bases municipais e a base central (SILVA, 2018).

Fator que também contribuiu para o fortalecimento do CadÚnico foi a criação de maiores incentivos para a gestão no nível municipal. A base de cálculo dos repasses federais aos municípios, que antes considerava apenas as famílias participantes do PBF, passou a considerar as famílias com registros atualizados no CadÚnico, incentivando assim a ampliação da cobertura do Cadastro e a sua constante atualização por parte da gestão local.

O esforço dos municípios para garantirem uma base de dados qualificada proporciona benefícios não só para as famílias, que tem assim seus direitos viabilizados, mas também para os municípios, que dessa forma garantem um apoio financeiro maior.

Embora os avanços em torna da qualificação do CadÚnico sejam reais, muito ainda precisa ser feito para que sua base de dados seja reflexo da realidade das famílias. A responsabilidade dos entes federados tem papel indispensável nesse processo, porém vale destacar a importância dos municípios, tendo em vista serem o executor do PBF.

Ponto igualmente levantado para se compreender a implementação do PBF a partir da concepção dos gestores foi saber se o município possui Comitê Gestor e se este é constituído e regulamentado. Sobre esta indagação, os gestores expuseram seus posicionamentos, a seguir transcritos.

Eu vejo o Comitê Gestor como um tripé que sustenta a implementação do bolsa família. A articulação entre assistência, saúde e educação no planejamento das ações do PBF é fundamental para garantir a efetividade do programa. Aqui no município ele **ainda não está regulamentado formalmente** por questões técnicas, todavia está instituído e funcionando com os representantes das políticas públicas envolvidas no programa. As reuniões acontecem uma vez a cada dois meses, ou quando tem alguma situação que carece de reunir os profissionais. É um desafio, no entanto é essencial para a implementação do PBF, além de ser uma exigência (Gestor 01).

O Comitê Gestor sempre foi **um gargalo** pois eu entrei e sai da gestão do PBF e não conseguimos regulamentar o mesmo. O que acontece é uma articulação com os profissionais das demais políticas públicas, onde é realizado as reuniões, no entanto conseguir reunir os profissionais é um desafio muito grande uma vez que eles não encararam o comitê com a devida importância que ele tem. Eu tinha uma luta em vão (Gestor 02).

O comitê **nunca foi algo regulamentado**, o que acontecia eram pequenas reuniões dos representantes da Assistência Social, Educação e Saúde (Políticas que trabalhavam as condicionalidades) para fazer o planejamento das ações, mas isso acontecia uma vez por ano, e raras vezes acontecia o que era previsto (Gestor 03).

De acordo com as falas apresentadas, o município possui Comitê Gestor do PBF, no entanto não é regulamentado, como previsto na Portaria nº 754, de 20 de outubro de 2010 (MDS, 2010b). O documento prevê a nomeação, por meio de Portaria ou Decreto, dos representantes das políticas envolvidas no PBF com objetivo de organizar o planejamento das ações intersetoriais no âmbito do programa.

O Comitê Gestor é o principal meio de interlocução para que as ações complementares sejam bem articuladas e integradas a partir do desenvolvimento de diagnósticos comuns e encaminhamentos de soluções, além de ser um canal estratégico para que a comunicação entres os âmbitos federal, estadual e municipal ocorra com facilidade e as discussões tenham resultados efetivos. Para que o Comitê seja eficaz, orienta-se que tenha em sua composição, pelo menos, representantes governamentais das áreas da Saúde, da Educação e da Assistência Social, com legitimidade para definir encaminhamentos (BRASIL, 2018a).

À luz dos depoimentos dos gestores, verifica-se certa fragilidade no que tange à importância da constituição, formalização e execução de trabalhos do Comitê Gestor, ainda que este se constitua um importante aliado para a implementação de qualidade do PBF. Observa-se nos relatos o reconhecimento da importância desse Comitê, salientando-se, porém, a dificuldade de comprometimento dos profissionais que o compõe, o que arrisca o trabalho da gestão do PBF, como pontua o Gestor 02.

Sobre o posicionamento do Gestor 2, e considerando a trajetória profissional desta pesquisadora, entende-se que o “descomprometimento” apontado nada mais é do que o acúmulo de funções que os profissionais das outras políticas vivenciam tendo em vista que fazer a gestão do PBF para esses profissionais não é atribuição exclusiva e acaba ficando longe de ser uma prioridade.

(B) Acompanhamento Familiar

No bloco sobre o acompanhamento familiar, os gestores foram indagados a respeito do processo de acompanhamento das famílias no âmbito rural, sinalizando os principais pontos dessa etapa tão importante na implementação da política de transferência de renda. Sobre o acompanhamento das famílias ribeirinhas, os gestores responderam as seguintes perguntas: (1) Como o acompanhamento é realizado e quem o desenvolve? (2) Quais as dificuldades enfrentadas para a realização do acompanhamento das famílias? (3) Sobre as condicionalidades: como funcionam? (4) Há diálogo entre as políticas que estruturam o PBF? (5) O que é feito em caso de descumprimento de condicionalidades?

A respeito desses quatro questionamentos, os gestores assim se expressaram:

O acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF só ocorre quando as famílias entram na situação de descumprimento de condicionalidades. Quando o sistema identifica que a família entrou em descumprimento, a família vai receber as orientações necessárias para que essa realidade seja mudada. Após as devidas orientações, e a família ainda permanecer com status de descumprimento, aí solicitamos a visita domiciliar para averiguação dos fatos e principalmente para saber o motivo do descumprimento. Dependendo da situação que for constatada a família passa a ser acompanhada dentro da política que está descumprindo a condicionalidade (Gestor 01).

A particularidade do acompanhamento familiar na realidade do interior do Amazonas é diferenciada pois quem realiza diretamente são os Agente Comunitários de Saúde que estão diariamente na localidade. A equipe do Bolsa Família vai até ao local quando tem alguma situação específica de cadastro ou de condicionalidade pendente ou em casos de busca ativa. Nesses casos, a Central do programa é acionada para que sejam tomadas as providências necessárias para a resolução dos problemas (Gestor 02).

Para os beneficiários da zona rural o acompanhamento se dá através dos profissionais de cada política pública. Na saúde os ACS fazem o acompanhamento de perto, na educação os professores/gestores são responsáveis de monitorar as ausências e o desempenho dos alunos beneficiários, e cada campo desse tem alguém pra informar no sistema de condicionalidade e é por lá que se identifica os casos de descumprimento (Gestor 03).

A partir das ponderações dos gestores, é possível afirmar que o acompanhamento familiar é feito mediante situação de descumprimento de condicionalidade. O Manual de Gestão do PBF (BRASIL, 2018) informa que o acompanhamento das condicionalidades da educação, conforme a Portaria Interministerial MEC/MDS nº 3.789/2004 (MEC/MDS, 2004), é responsabilidade das Secretarias Municipais de Educação, sendo para isso utilizado o sistema Presença, desenvolvido pelo MEC. A área da Saúde está regulamentada pela Portaria Interministerial nº 2.509/2004 (MS/MDS, 2004), sendo responsabilidade da

Secretarias Municipais de Saúde realizar o acompanhamento por meio do Sistema Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde, ferramenta desenvolvida pelo Ministério da Saúde.

Se, por algum motivo, a família não cumpre as condicionalidades e os dados não são informados nos devidos sistemas, ela entra em situação de descumprimento de condicionalidades. O perfil de descumprimento requer, por parte da gestão de condicionalidades do PBF, identificar os motivos do descumprimento e, então, realizar o acompanhamento necessário para que a família tenha seus direitos na área da Saúde e/ou Educação garantidos. O acompanhamento familiar é a oferta de atendimento socioassistencial prioritário por parte do poder público local às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, em especial aquelas que não conseguem cumprir as condicionalidades do PBF (BRASIL, 2018a).

As falas dos gestores reforçam a importância do papel de cada política pública envolvida através dos seus profissionais, especialmente na articulação entre elas para que as famílias possam ter seus acessos garantidos. Todavia, quando se observa o descumprimento de condicionalidades são necessárias ações que promovam o acompanhamento da família, auxiliando-a a superar vulnerabilidades ou riscos sociais a que se encontra submetida. O intuito desse acompanhamento não é punir os beneficiários, mas garantir-lhes acesso aos serviços básicos das políticas públicas que sustentam a transferência de renda, além de servir como alerta de que é preciso implementar estratégias intersetoriais para atender as necessidades específicas das famílias.

No que concerne às dificuldades enfrentadas para a realização do acompanhamento das famílias, os gestores expuseram seus entendimentos, a seguir elencados.

A grande dificuldade no acompanhamento das famílias, principalmente as de comunidade rurais é **a logística para chegar até** elas. Quando identificamos que há famílias que precisam de acompanhamento *in loco* necessita-se ter estrutura necessária para chegar lá. Aqui no município, há comunidade que precisa de mais de 200 litros de combustível para chegar, e isso tudo para tender 01 família, mas temos que fazer. Aí você pode imaginar o quanto é oneroso pro município, uma vez que o recurso que o governo federal manda não é capaz de suprir todas as necessidades (Gestor 01).

Dentre tantas dificuldades encontradas para a realização do acompanhamento das famílias é **a falta de profissionais para executar tal demanda** e ainda posso citar a alta rotatividades dos profissionais existentes. Quando a gestão do Bolsa tem um profissional de referência para auxiliar no acompanhamento das famílias beneficiarias e esse profissional se apropria das técnicas para o desenvolvimento do trabalho ele simplesmente é mudado de função ou desligado, inclusive isso acontece com os próprios gestores do programa (Gestor 02).

No caso do acompanhamento das famílias a grande dificuldade é a **ausência de profissionais para acompanhar no caso de descumprimento de condicionalidade**. Quando estava na gestão e tínhamos que acompanhar alguma família que estava com descumprimento de condicionalidade na saúde ou educação era uma luta pra conseguir um Assistente Social para ir fazer a averiguação, orientação. Então a gente mesmo fazia, sem o profissional técnico da área (Gestor 03).

Verificou-se que as principais dificuldades para a realização do acompanhamento familiar é a ausência de recursos humanos para a execução do trabalho, seguida da logística para atender as demandas das comunidades ribeirinhas. No que tange a essa ausência, os relatos mostram a dificuldade de haver um profissional específico para realizar o acompanhamento das famílias em situação de descumprimento de condicionalidades, o que resulta em requisitar profissionais atuantes em outros serviços/programas para atender as necessidades do PBF, o que acaba por precarizar sua atuação e a demanda apontada pelo programa.

Raichelis (2014) sinaliza que a política neoliberal representa um retrocesso nos direitos sociais da classe trabalhadora, com sérios entraves para sua materialização. A dinâmica de flexibilização/precarização/desregulamentação atinge o trabalho dos profissionais que atuam em instituições públicas e privadas no campo das políticas sociais, gerando rebaixamento salarial, intensificação do trabalho, precarização dos vínculos e condições de trabalho, perda e/ou ausência de direitos sociais e trabalhistas, pressões pelo aumento da produtividade, entre tantas outras manifestações decorrentes do aumento da exploração da força de trabalho assalariada.

A dificuldade em relação à ausência de profissionais, e conseqüentemente a super exploração dos profissionais atuantes evidenciada pelos gestores, condiz com as informações obtidas ao se traçar o perfil dos gestores, que identifica a predominância de vínculos de trabalhos por contrato temporário. Esse tipo de vínculo retrata instabilidade e insegurança dos profissionais, colocando-os em posição de aceitação a qualquer demanda apresentada, ainda que esta não faça parte do setor/instituição pelo qual esteja contratado.

No que concerne à logística, Teixeira (2013) sublinha que a região amazônica põe um desafio diferente ao princípio da territorialidade. Sua particularidade regional pede especificidade na leitura da realidade social em seu território e, também, a introdução de ativos na potencialização da proteção social. A prestação de serviços no âmbito das políticas públicas em áreas rurais e ribeirinhas da região amazônica possui custos mais elevados do que em outras regiões do país. Por isso, nessas localidades, pode-se observar

maiores dificuldades na implementação de políticas públicas que, por vezes, são insuficientes ou inexistentes.

Buscando compreender o trabalho dos profissionais que atuam na gestão do PBF a partir da realidade local, foi necessário questionar sobre as condicionalidades, pontuando as informações referente a quem realiza o acompanhamento no âmbito das políticas públicas. A esse respeito, os gestores indicaram os seguintes posicionamentos:

Nós temos o sistema de condicionalidade, onde conseguimos identificar todas as famílias em descumprimento e em qual política ela descumpriu. Se for na de saúde, eles então são acionados para orientar e tentar resolver a situação. Na educação acontece da mesma forma. As políticas precisam interagir entre si para que as famílias recebam o acompanhamento conforme as necessidades (Gestor 01).

Cada um faz sua parte. Na educação é feita pelas escolas através dos professores que informam um técnico responsável que coloca as informações no sistema. Na saúde acontece da mesma forma. Na assistência do mesmo jeito (Gestor 02).

Cada política faz pelo seu sistema. Um profissional dentro de cada política é responsável por informar no sistema. É assim sabemos que está cumprindo as condicionalidades ou não (Gestor 03).

As falas dos gestores informam que o trabalho é feito de forma integrada, cabendo a cada política desempenhar seu papel para a garantia de acesso aos direitos que devem chegar às famílias. É importante destacar que as políticas públicas não podem ser desenvolvidas isoladamente, necessitando de constante articulação com os demais setores a fim de alcançar seus objetivos.

Na área da Saúde, segundo o Manual do Pesquisador do PBF (BRASIL, 2018), é registrado o acompanhamento nutricional (peso/altura), vacinas e pré-natal, no caso das gestantes; na da Educação, registra-se a matrícula e a frequência escolar de crianças e adolescentes (6 a 17 anos) com objetivo de garantir acesso educacional aos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social; e, na área da Assistência Social, é feito o trabalho do acompanhamento em casos de maior vulnerabilidade ou em situações de violação de direitos – a depender dos casos, estes são encaminhadas para a Proteção Social Básica ou Especial.

Aspecto também a ser analisado nas falas dos gestores, considerando as condicionalidades, diz respeito à existência de diálogo entre as três áreas supracitadas: Saúde, Educação e Assistência Social.

Sim. O cadastro único e em especial o PBF tem essa prerrogativa. É indispensável esse diálogo entre saúde, assistência e educação. Se não houver esse diálogo podemos considerar que o PBF não está sendo implementado corretamente. Sabemos que o diálogo é um desafio, mas sem ele nada acontece. **A gestão do Bolsa Família não trabalha sozinho, mas sim de maneira articulada** e esse é o grande diferencial do programa (Gestor 01).

Sim, há um diálogo entres os profissionais de cada política pública, mas a meu ver **sempre foi fragilizado** (Gestor 02).

Na verdade, eu vejo que esse diálogo é muito importante para a implementação de uma política pública, no entanto **isso não acontece com frequência**, e quando acontece é algo fragilizado (Gestor 03).

Sobre esse ponto, os gestores consideram indispensável a existência do diálogo entre as três esferas, pois sem ele, como destacam, torna-se impossível implementar o programa com qualidade. Há gestores, porém, que apontam fragilidades e inconstâncias na constituição do diálogo, ainda que este seja considerado importante. Ao frisarem sua importância, os gestores apontam que a comunicação se faz primordial nesse processo. Ao mesmo tempo, reconhecem que este se torna um grande desafio no âmbito de trabalho, pois acontece de maneira fragilizada, podendo comprometer o trabalho como um todo.

Com base na experiência profissional desta pesquisadora, que atuou, no período de 2018 a 2022, no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Barreirinha/AM, afirma-se que o diálogo entre as políticas é um dos principais gargalos enfrentados pelos profissionais, o que pode ser atribuído ao fato de que, no âmbito local, há certa concorrência entre instituições, que acabam desconsiderando que o PBF necessita integrar-se aos diferentes espaços institucionais no seio das políticas públicas referentes ao trabalho, à educação, à saúde e à renda, entre outras.

Ainda sobre as condicionalidades, os gestores, ao serem indagados acerca das ações em casos de descumprimento, expuseram os procedimentos realizado nestes casos.

A família é notificada através do extrato expedido pela Caixa Econômica, onde vai constar que ela se encontra com pendências. Caso a família receba três notificações seguidas e dentro desse prazo ela não vai se regularizar, acontece o bloqueio, caso permaneça com as pendencias ocorre a suspensão e por fim o cancelamento (Gestor 01).

A equipe do Bolsa Família, orientava muito bem as famílias sobre as condicionalidades, no entanto mesmo assim ainda recebíamos muitos casos de descumprimento. Observei no período que estava gestora, que o maior índice de descumprimento estava relacionado a educação, frequência escolar. Na primeira vez a **família é alertada com o bloqueio do benefício**, isso acontece por três vezes. Durante a fase de bloqueio a família recebe novamente todas as orientações necessárias para que possa cumprir corretamente as condicionalidades. Caso a família não busque melhorar nesse aspecto o benefício era suspenso e por fim cancelado, acarretando a perda do benefício (Gestor 02).

Quando a família entrava no descumprimento de condicionalidade, o gestor do PBF era informado pelo sistema e a família deve buscar a central de cadastramento para saber o motivo do bloqueio do benefício. **A família era então informada do descumprimento, e recebia as orientações necessárias para não chegar ao nível de cancelamento.** Sempre buscávamos solucionar o descumprimento no primeira alerta para que a família não fosse prejudicada futuramente (Gestor 03).

Quando demandados a falar sobre as ações realizadas em caso de descumprimento de condicionalidades, os gestores relataram que a família é comunicada sobre a pendência. O gestor 1 mencionou notificação por meio do extrato bancário, em que se orienta o beneficiário a procurar a gestão municipal do PBF para possível solução do problema. De posse da demanda, o gestor faz a busca no sistema, identifica e orienta os procedimentos a serem realizados pela família. Caso o descumprimento seja recorrente, as implicações são gradativas: advertência, bloqueio, suspensão e cancelamento do benefício.

Silva (2018) destaca que essas implicações, longe de cumprirem papel de punição, revelam que as famílias não estão exercendo seus direitos, indicando a necessidade de que as próprias famílias e poder público se mobilizem para resolver os problemas que dificultam o acesso à educação e à saúde. São, também, uma forma de identificar quais famílias encontram-se em situação de maior vulnerabilidade para que sejam foco de ações do poder público.

As narrativas dos gestores reforçam que o trabalho coletivo faz com que as condicionalidades tornem o PBF diferenciado, haja vista a oportunidade de garantir os direitos básicos das famílias em situação de vulnerabilidade social. Entende-se, assim, que o papel das condicionalidades não recai apenas em exigências a serem cumpridas pelas famílias, mas, sobretudo, em compromissos que garantam o acesso às políticas públicas.

Passando ao próximo tópico, serão abordados os efeitos do PBF na vida das famílias ribeirinhas a partir da concepção dos beneficiários do Caranã, considerando as particularidades do contexto amazônico.

3.3 OS EFEITOS DO PBF NA REALIDADE DAS FAMÍLIAS RIBEIRINHAS DA COMUNIDADE DO CARANÃ

Este tópico versa sobre os efeitos do Programa Bolsa Família na realidade das famílias ribeirinha com base na análise realizada na Agrovila do Caranã, comunidade rural no interior do Amazonas.

O PBF expandiu-se rapidamente em seus primeiros anos, chegando a beneficiar cerca de 14 milhões de famílias no ano de 2014, como mostram os dados do Manual de Gestão do PBF (BRASIL, 2018a), e quase 14 milhões de famílias beneficiárias abarcam mais de um quinto da população brasileira. O Programa permite cobertura à grande parte da população em situação de pobreza e extrema pobreza no território brasileiro, chegando a todos os 5.568 municípios do país. “O Programa Bolsa Família emergiu em um contexto de importante institucionalidade do sistema brasileiro de proteção social e interagiu com ele, ampliando seu escopo protetivo”, como ressalta Jaccoud (2013, p. 293).

Como objetivo de curto prazo, o PBF visa ao alívio imediato da pobreza por meio das transferências diretas de renda. A longo prazo, busca reforçar, por meio das condicionalidades, o acesso aos direitos sociais nas áreas da Saúde, da Educação e da Assistência Social a fim de quebrar o ciclo intergeracional da pobreza.

Estudos como os de Paiva (2013) e Bichir (2016) demonstram que o PBF, à medida que concede renda, vem apresentando bons resultados no sentido de diminuir a condição de pobreza das famílias mais vulneráveis, além de garantir o acesso aos direitos sociais básicos no âmbito da saúde e da educação. Sendo assim, o programa vai além da mera distribuição de renda.

A importância do PBF reside no fato de ele ser um programa que procura ir além da simples transferência de renda, que, por sua vez, constitui-se meio para tentar aliviar a pobreza de forma mais imediata. Suas condicionalidades contribuem para o desenvolvimento das famílias e, sobretudo, para que elas possam superar o ciclo geracional da pobreza, oferecendo a possibilidade de uma ascensão social para seus beneficiários, o que, no entanto, só deverá ser alcançado pelas próximas gerações, uma vez que os filhos das famílias beneficiárias, ao terem maiores oportunidades de acessar serviços públicos como os de saúde e educação, terão mais condições de romper o ciclo vicioso da pobreza (BRASIL, 2018a).

No período 2002-2012, o PBF contribuiu com a diminuição da extrema pobreza do país em 28% e teve resultado positivo na distribuição de renda, visto que, enquanto a renda média dos mais pobres cresceu 120%, a dos mais ricos cresceu apenas 26%, o que contribuiu para uma queda no índice de Gini (NERI; VAZ; SOUZA, 2013).

A pesquisa de campo buscou desvelar quais os efeitos do PBF na vida das famílias beneficiárias através da realidade vivenciada por esse público, considerando seu contexto e suas particularidades. Foram analisados o antes e depois referentes a necessidades básicas,

saúde, educação, trabalho e renda. Sobre as necessidades básicas foram investigados os itens moradia, alimentação, produtos de higiene e vestuário.

A tabela 14, a seguir, sinaliza o antes e o depois quanto ao acesso às necessidades básicas das famílias investigadas.

Tabela 14 – Acesso às necessidades básicas ANTES e DEPOIS do PBF

ANTES DO PBF									
Área	Itens	Sim		Não		Às vezes			
		nº de famílias	%	nº de famílias	%	nº de famílias	%		
NECESSIDADES BÁSICAS	Moradia	16	80%	4	20%	-	-		
	Alimentação	8	40%	5	25%	7	35%		
	Produtos de higiene	6	30%	4	20%	10	50%		
	Vestuário	15	75%	-	-	5	25%		
DEPOIS DO PBF									
Área	Itens	Melhorou muito		Melhorou pouco		Permaneceu como antes		Piorou	
		nº de famílias	%	nº de famílias	%	nº de famílias	%	nº de famílias	%
NECESSIDADES BÁSICAS	Moradia	12	60%	6	30%	2	10%	-	-
	Alimentação	17	85%	2	10%	1	5%	-	-
	Produtos de higiene	15	75%	3	15%	2	10%	-	-
	Vestuário	17	85%	-	-	3	15%	-	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Percebe-se que antes do PBF, 80% das famílias tinham acesso à moradia e 20% não tinham acesso. Após sua entrada no Programa, 60% das famílias salientaram que seu acesso à moradia melhorou muito; 30% declaram ter melhorado pouco e 10% disseram que permaneceu como antes. Algumas famílias relataram que, antes do benefício, já possuíam casa própria, porém com estrutura escassa; e outras que moravam na casa de familiares. Salientaram que, após começarem a receber o benefício, conseguiram estruturar suas casas, fazendo adaptações e reparos.

A respeito da categoria moradia, as famílias foram questionadas sobre as possíveis modificações na infraestrutura do domicílio após o recebimento do benefício do PBF. A pergunta ocorreu de forma aberta e, assim, foi possível identificar a versão das famílias sobre o questionamento.

Um dos principais apontamentos dos RF sobre as modificações se deu em torno da modificação da estrutura do telhado, como apresentado a seguir em seus relatos.

Consegui fazer o **piso da casa e mudar a cobertura** que era de palha agora consegui colocar telha (Responsável Familiar 03).

Eu guardava uma quantia todo mês do dinheiro do Bolsa e não demorou muito eu consegui **trocar o telhado** da minha casa que antes era de palha (Responsável Familiar 05).

Antes, nossa casa era de palha e hoje é de **alvenaria**. As modificações na nossa casa foi um grande avanço na vida da minha família (Responsável Familiar 19).

Nós conseguimos ajeitar algumas coisas aqui em casa. **Troquei algumas tábuas da parede** que já não prestavam mais. **Troquei o telhado** também que era de palha e agora já é todo de telha (Responsável Familiar 20).

Outro apontamento identificado na fala dos RF acerca das modificações no domicílio foi a ampliação da casa e/ou dos cômodos e a construção de banheiros, como relatado a seguir.

A modificação que foi feita na minha casa foi a **construção de dois cômodos**. Antes a casa era um salão, tudo junto. Com a modificação a casa ficou maior (Responsável Familiar 01).

Antes minha casa era de madeira e não tinha piso. Depois do Bolsa eu consegui fazer uma parte de **alvenaria, o banheiro com fossa, e fiz também o piso** (Responsável Familiar 02).

A modificação que consegui fazer na minha casa após o Bolsa foi **trocar as madeiras da casa** que já estavam ruins e, também, comprar cimento para mandar fazer o banheiro (Responsável Familiar 04).

Com o Bolsa **ajeitei alguns cômodos da casa, troquei madeira que já não prestava mais, e consegui também consertar o banheiro**. Consegui ajeitar muita coisa. (Responsável Familiar 11).

Foi feita a **construção do banheiro em alvenaria e a residência foi ampliada** (Responsável Familiar 15).

Quando comprei a casa, ela só tinha um quarto. Agora já consegui **construir outro quarto e estou terminando a cozinha**. Aos poucos, com a ajuda do meu Bolsa, as coisas vão se ajeitando (Responsável Familiar 16).

Percebem-se nos relatos as melhorias quanto à estrutura das casas. As famílias declararam que o benefício proporcionou acesso a bens que facilitaram adaptação, reparos e ampliações nas residências, possibilitando a uma parcela significativa das famílias desfrutar de melhores condições de habitação.

No item alimentação, foi considerado se as famílias realizavam todas as refeições diárias (café, almoço, lanche e jantar). Com base em suas respostas, constatou-se que, antes de receberem o benefício do Programa, 40% tinham acesso a alimentação em todas as refeições; 25% não tinham acesso; e 35% às vezes tinham acesso a todas as refeições.

Em suas falas, as famílias endossam que antes do PBF as dificuldades de acesso à alimentação eram muitas e, quando havia esse acesso, tudo era regrado. Em alguns casos, as famílias deixavam de fazer alguma refeição no dia para que a alimentação pudesse ser suficiente para todos da casa. Em seus relatos disseram que, após o Programa, tiveram certo alívio e segurança, pois a transferência de renda permitiu que comprassem alimentos básicos e de extrema necessidade no seu cotidiano, especialmente no das crianças.

No que diz respeito ao acesso a produtos de higiene, 30% das famílias destacaram que, antes do PBF, tinham acesso; 20% relataram não ter acesso; e 50% sinalizam que às vezes tinham acesso. Segundo as famílias, os itens de higiene estavam em segundo plano nas suas prioridades e, por essa razão, antes do Programa o acesso a esses produtos era limitado.

Em seus relatos, 75% das famílias indicaram que, após o início do Programa, o acesso a produtos de higiene melhorou muito; 15% sinalizaram pouca melhora; e 10% disseram que permaneceu como antes. Com o recebimento do benefício, as famílias apontaram melhorias na aquisição de alguns itens de higiene, conforme suas necessidades.

No item vestuário, antes do PBF, 75% das famílias tinham acesso à vestuário; e 25% relataram que às vezes. As famílias recebiam doações de roupas, calçados etc., e suas falas revelaram que não tinham condições financeiras para adquirir vestuários novos para nenhum membro da família, sendo roupas e calçados geralmente repassados de filho mais velhos para filhos mais novos.

Após o recebimento do PBF, observou-se que 85% das famílias indicaram muitas melhorias e que 15% afirmaram que o acesso à vestuário permaneceu o mesmo de antes. Conforme as famílias, elas conseguiram adquirir alguns itens de vestuário novos após o recebimento do benefício, principalmente para as crianças.

Aspecto também analisado foi o acesso aos serviços de saúde antes e depois do PBF. Consideraram-se nesta categoria os seguintes itens: consultas, acompanhamento nutricional (peso/altura), vacinas, exame, medicamento e pré-natal. A Tabela 15, a seguir, apresenta o antes e depois referente aos serviços de saúde na realidade das famílias ribeirinhas.

Tabela 15 - Acesso a Serviços de Saúde ANTES e DEPOIS do PBF

ANTES DO PBF									
Área	Itens	Sim		Não		Às vezes			
		nº de famílias	%	nº de famílias	%	nº de famílias	%		
SERVIÇOS DE SAÚDE	Consulta	8	40%	3	15%	9	45%		
	Acompanhamento nutricional	8	40%	5	25%	7	35%		
	Vacinas	12	60%	8	40%	-	-		
	Exame	3	15%	14	70%	3	15%		
	Medicamento	8	40%	10	50%	2	10%		
	Pré-Natal	4	20%	12	60%	4	20%		
DEPOIS DO PBF									
Área	Itens	Melhorou muito		Melhorou pouco		Permaneceu como antes		Piorou	
		nº de famílias	%	nº de famílias	%	nº de famílias	%	nº de famílias	%
SERVIÇOS DE SAÚDE	Consulta	14	70%	4	20%	2	10%	-	-
	Acompanhamento nutricional	18	90%	2	10%	-	-	-	-
	Vacinas	18	90%	2	10%	-	-	-	-
	Exame	6	30%	8	40%	6	30%	-	-
	Medicamento	-	-	14	70%	6	30%	-	-
	Pré-Natal	16	80%	4	20%	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Sobre o acesso às consultas médicas, identificou-se que, antes do PBF, 40% das famílias tinham acesso a essa área; 15% não tinham e 45% acessavam quando necessário. Depois do PBF, as famílias indicaram que o acesso a consultas melhorou muito, chegando a 70%. Outros 20% ressaltaram que melhorou pouco e 10% disseram que permaneceu como antes. De acordo com os membros das famílias, antes do PBF eles não tinham hábito de realizar consultas como rotina de cuidados com a saúde, somente procuravam esse serviço quando estavam acometidos por alguma enfermidade. Notou-se nesse item que as famílias buscaram ter acesso ao serviço após a inserção no PBF, momento em que foram orientados pelos profissionais da saúde sobre a importância das consultas de rotina.

As famílias pontuaram que, depois do PBF, as consultas foram recorrentes, uma vez que os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) reforçaram sua importância principalmente no acompanhamento que a família precisa ter. Algumas famílias, entretanto, alegam que, quando há atendimento, este é realizado quase sempre por enfermeiros devido à precariedade de médicos na região. Além disso, relataram falta de medicamentos e exames nas Unidades Básicas de Saúde (USB). Quanto a esse cenário interiorano do Amazonas,

Ranciaro (2004, p. 112) pontua que na “ausência médica adequada, é muito comum o uso de remédios caseiros para combater a doença. O que provavelmente não seja, em muitos casos, o suficiente para resolver determinadas enfermidades”.

No acesso ao serviço de acompanhamento nutricional (peso/altura) antes do PBF, 40% das famílias sinalizaram ter acesso; 25% salientaram não ter acesso e 35% disseram que às vezes acessavam esse serviço. Ao adentrarem no Programa, o acompanhamento nutricional melhorou muito, chegando a 90% das famílias, sendo que 10% relataram ter melhorado pouco. Em conversa, algumas famílias, estas disseram que antes do PBF, o acompanhamento nutricional era escasso, acrescentando que elas eram, de certa forma, esquecidas; e que, depois do Programa, o cenário mudou: as famílias eram convocadas para medição de peso/altura e eram orientadas sobre a importância de fazer o acompanhamento junto aos profissionais de saúde.

No item vacina, antes do PBF, 60% das famílias tinham acesso a esse serviço e 40% às vezes tinham acesso. Os relatos familiares é que, antes do Programa, as vacinas eram realizadas mediante campanhas de vacinação, momento em que reuniam todos os comunitários, mas, ainda assim, muitas famílias não iam se vacinar. Após o PBF, as famílias perceberam melhorias: 90% disseram que as melhorias foram significativas e 10% que as melhorias foram poucas. Participando do PBF, as famílias tiveram de assumir o compromisso de vacinar todos os seus membros como forma de garantir o acesso a prevenção de doenças, precisando estarem com o calendário vacinal em dia para terem acesso a esse programa de transferência de renda.

Sobre acesso a exames, os dados expõem que 15% das famílias tinham acesso; 70% não tinham acesso e outros 15% tiveram algum tipo de acesso. Após o PBF, 40% das famílias disseram que esse acesso melhorou pouco; 30% relataram ter melhorado muito e outros 30% disseram ter o acesso permanecido como antes.

Referentemente ao acesso a medicamentos antes do PBF, 15% das famílias disseram ter acesso; 80% das famílias afirmaram não ter acesso; e 05% disseram às vezes ter acesso. Após o PBF, 70% das famílias pontuaram que o acesso melhorou pouco e 30% disseram que permaneceu como antes.

No caso do acompanhamento pré-natal antes do PBF, 20% das grávidas realizavam, 60% delas não realizavam, e outras 20% responderam que às vezes. As famílias sinalizaram que, antes do PBF, era muito difícil esse acompanhamento ser realizado, justificando essa colocação com o fator cultural, pois as mulheres mais antigas da família

nunca realizaram o pré-natal, sendo repassado às mulheres mais jovens esse mesmo comportamento. Após o PBF, observou-se que o item pré-natal melhorou muito, uma vez que atingiu o quantitativo de 80% das famílias. Identificou-se que, após o Programa, as grávidas deveriam assumir o compromisso do acompanhamento pré-natal por ser considerado de suma importância para o desenvolvimento de uma gravidez saudável, além de poder anteceder qualquer risco à saúde do bebê e da mãe. Nessa perspectiva, notou-se que posteriormente ao PBF as mães realizaram o pré-natal e puderam usufruir dos benefícios proporcionados através de acompanhamento adequado.

O acesso à educação (itens matrícula, material escolar e frequência) também foi alvo de questionamentos às famílias a fim de analisar o antes e depois do PBF (Tabela 16).

Tabela 16 - Acesso a Serviços de Educação ANTES e DEPOIS do PBF

ANTES DO PBF									
Área	Itens	Sim		Não		Às vezes			
		nº de famílias	%	nº de famílias	%	nº de famílias	%		
SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO	Matrícula	20	100%	-	-	-	-		
	Material escolar	9	45%	7	35%	4	20%		
	Frequência	17	85%	-	-	3	15%		
DEPOIS DO PBF									
Área	Itens	Melhorou muito		Melhorou pouco		Permaneceu como antes		Piorou	
		nº de famílias	%	nº de famílias	%	nº de famílias	%	nº de famílias	%
SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO	Matrícula	-	-	-	-	20	100%	-	-
	Material escolar	16	80%	1	5%	3	15%	-	-
	Frequência	3	15%	-	-	17	85%	-	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Sobre o item matrícula, as famílias relataram que nunca tiveram dificuldade quanto a acesso à escola e permanência nela. Mesmo antes do PBF, as crianças já tinham essa facilidade e as famílias sempre buscaram garantir o direito de os filhos frequentarem a escola. No entanto, depois do PBF, percebeu-se maior preocupação das escolas com a matrícula e a permanência das crianças no espaço escolar; assim como das famílias beneficiárias em colocar os filhos na escola, principalmente por se tratar de um compromisso assumido com o Programa.

Quanto ao material escolar, observou-se que antes do PBF 45% das famílias tinham acesso a esse item, 35% sinalizaram não ter acesso e 20% disseram ter às vezes. Depois de estarem vinculadas ao PBF, 80% das famílias pontuaram melhora significativa de acesso a esse item, 15% das famílias relataram ter permanecido o acesso como antes e 5% disseram que melhorou pouco.

No quesito frequência escolar, foi sinalizado pelos dados coletados que, antes do PBF, 85% das famílias cumpriam essa frequência, e outros 15% pontuaram cumprir às vezes. Após o Programa, notou-se que 85% das famílias indicaram continuar cumprindo a frequência na escola, os outros 15% disseram ter havido uma melhora expressiva. Segundo relatos dos RF, as escolas se posicionaram de forma mais firme quanto às cobranças de maior cobertura de matrícula e frequência de crianças e adolescentes nas escolas, principalmente por tratar-se de um compromisso dos beneficiários com o PBF.

A área trabalho e renda foi analisada com o intuito de desvelar os efeitos do PBF na vida das famílias ribeirinhas. Fez-se necessário investigar o antes e o depois dos seguintes: itens trabalho autônomo, contratação com registro na Carteira de Trabalho, curso de qualificação e renda complementar (Tabela 17).

Tabela 17 - Acesso a Trabalho e Renda ANTES e DEPOIS do PBF

ANTES DO PBF									
Área	Itens	Sim		Não		Às vezes			
		Nº de famílias	%	Nº de famílias	%	Nº de famílias	%		
TRABALHO E RENDA	Trabalho autônomo	8	40%	5	25%	7	35%		
	Contratação com registro na Carteira de Trabalho	-	-	20	100%	-	-		
	Curso de qualificação	2	10%	18	90%	-	-		
	Renda complementar	4	20%	9	45%	7	35%		
DEPOIS DO PBF									
Área	Itens	Melhorou Muito		Melhorou Pouco		Permaneceu		Piorou	
		Nº de famílias	%	Nº de famílias	%	Nº de famílias	%	Nº de famílias	%
TRABALHO E RENDA	Trabalho autônomo	5	25%	3	15%	12	60%	-	-
	Contratação com registro na Carteira de Trabalho	-	-	-	-	20	100%	-	-
	Curso de qualificação	-	-	4	20%	16	80%	-	-
	Renda complementar	16	80%	-	-	4	20%	-	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Sobre o trabalho autônomo, registrou-se que, antes do PBF, 40% das famílias realizavam esse tipo de trabalho; 25% não realizavam e 35% realizavam às vezes. Depois do PBF, identificou-se que para 25% houve uma melhora considerável; para 15% melhorou pouco e para 60% permaneceu como antes.

No aspecto contratação com registro na Carteira de Trabalho, 100% das famílias relataram não ter acesso a esse tipo de trabalho antes do PBF, e que assim permaneceu após sua adesão ao Programa. De acordo com as falas das famílias, na realidade da comunidade rural não existe contratação com Carteira de Trabalho, e o trabalho com a agricultura nem sempre possibilita alguma renda, e a família acaba passando por muitas dificuldades financeiras. Elas relataram que continuaram o trabalho na agricultura após o PBF, todavia a adesão ao Programa trouxe certa tranquilidade pois, como a renda da agricultura é instável, o benefício recebido fazia o papel de renda principal da família.

No item acesso a curso de qualificação antes do PBF, 90% das famílias indicaram não ter acesso e 10% disseram ter às vezes. Quando questionadas sobre o acesso a cursos de qualificação após o PBF, 80% das famílias indicaram a situação permanecia como antes, ou seja, não continuavam sem esse acesso; outros 20% sinalizam pouca melhora.

No tópico renda complementar, as famílias apontaram que antes do PBF 20% delas tinham acesso a complemento de renda com trabalhos extras, 45% não tinham essa renda e 35% tinham às vezes. Depois do PBF, evidencia-se que, para 80% das famílias, houve uma melhora expressiva nesse item; e que, para 20% delas, a situação permaneceu como antes.

A partir dos dados apontados nas tabelas 14, 15, 16 e 17 – referentes ao antes e ao depois aos principais itens de necessidades básicas, acesso a serviços de saúde, educação e trabalho e renda –, constatou-se certa limitação no tocante aos acessos antes de as famílias serem beneficiárias do PBF. As informações refletem mudanças em algumas áreas a partir do momento em que as famílias aderiram ao Programa, garantindo não apenas a transferência de renda, mas também o direito de usufruir dos serviços das políticas públicas.

Com intuito de revelar os efeitos do PBF na vida das famílias, analisaram-se as possíveis mudanças proporcionadas pelo Programa. Nesse sentido, as famílias declararam suas percepções.

O Bolsa família me trouxe **tranquilidade**. Uma das piores coisas para mim, é você acordar e não ter o que colocar na mesa para sua família, e depois que entrei no Programa eu pude fazer isso (Responsável Familiar 06).

O Bolsa me proporcionou ter acesso a muitas coisas materiais que antes eu não tinha. Mas sem dúvidas a **facilidade** para comprar a alimentação e poder ajudar na educação dos meus filhos foi umas das coisas mais importantes (Responsável Familiar 09).

A principal mudança que o Bolsa trouxe foi **poder levar comida para minha família**. Não ter o que comer é algo que deixa a gente muito mal, e com o Bolsa a gente tem como comprar (Responsável Familiar 12).

A nossa vida mudou muito depois do Bolsa. A gente pode comer um feijão, arroz, macarrão e as vezes compramos frango. Antes a gente não podia. Antes só era peixe com farinha (Responsável Familiar 16).

A principal coisa que melhorou na vida da minha família foi a alimentação, pois com esse dinheiro nos podemos fazer todas as nossas refeições (Responsável Familiar 19).

Sobre as possíveis mudanças nas condições de vida das famílias beneficiárias, a principal mudança proporcionada pelo PBF apontada por elas foi a garantia do acesso à alimentação. Além das falas dos RF supracitados, todas as famílias indicaram caminhar na mesma direção ao serem indagadas sobre o assunto. O posicionamento delas está de acordo com as declarações referentes a seus principais gastos com uso do recurso do PBF.

Sem dúvidas eu **utilizo na alimentação** das crianças. A farinha e o peixe a gente não compra, mas o rancho é bem farto (Responsável Familiar 01).

A primeira coisa que compro quando recebo é o **rancho** de casa (Responsável Familiar 05).

O principal é a **alimentação**, a ainda sobre para ajudar nas outras necessidades da casa (Responsável Familiar 07).

A prioridade é a alimentação. Se sobrar, compramos outras coisas (Responsável Familiar 14).

Alimentação da família. Eu faço uma compra bem grande, para poder eu precisar comprar quando for na cidade de novo (Responsável Familiar 16).

Lavinas e Garcia (2004) argumentam que a intencionalidade dos PTR deve ser garantir à população em situação de insegurança socioeconômica e de risco alimentar o acesso regular a uma alimentação equilibrada e saudável, uma vez que a insegurança alimentar ainda é uma das grandes preocupações de famílias em situação de vulnerabilidades social. Assim, uma das mudanças principais identificadas no âmbito das famílias entrevistadas corresponde à obtenção da renda para assegurar sua alimentação, mostrando-se elas unânimes quanto a esse ponto de vista. No PBF, o apoio financeiro visa complementar a renda familiar para suas necessidades básicas, e a família sabe melhor que

o Governo quais são essas necessidades. Nessa perspectiva, Cunha (2009) pontua que as famílias beneficiárias do Programa utilizam os recursos preferencialmente para a compra de alimentos, uma vez que a falta de alimentos é o fator mais preocupante para elas.

Analisou-se, ainda, junto às famílias, o significado do PBF em suas vidas desde o momento em que começaram receber esse benefício, expondo elas as opiniões seguintes.

Para mim significa **oportunidade** de dias melhores, pois trouxe tantas melhorias para minha família. Comida na mesa, melhorou minha casa (Responsável Familiar 03).

Para mim, o Bolsa significa uma grande **contribuição** que pude receber. Muitas pessoas dizem que é pouco, mas eu vejo que esse “pouco” leva comida para mesa de muitas famílias, e comigo não foi diferente (Responsável Familiar 05).

O Bolsa para mim é tudo. Eu vejo como uma **oportunidade** que me deram para minha família ter dias melhores (Responsável Familiar 10).

O Bolsa significa mudança para melhor. Eu vejo o Bolsa como uma **oportunidade** que as famílias têm para criar e educar os filhos (Responsável Familiar 12).

Para mim, o Bolsa significa muita coisa. Trouxe muitas melhorias pra gente, ele deu **oportunidade** pra gente ter acesso as coisas boas (Responsável Familiar 14).

Para mim, o PBF é um programa muito bom, ele melhorou muito a **qualidade** de vida da minha família, pois enfrentávamos muitas dificuldades (Responsável Familiar 18).

No que se refere ao significado do PBF para as famílias, constatou-se que elas percebem o benefício como uma oportunidade de dias melhores por meio do acesso a bens e serviços. Além dos RF supramencionados, observou-se, na coleta de dados, que as famílias percorrem a mesma direção quando apontam que o significado do Programa consiste em oportunidade, melhorias de vida e contribuição, especialmente no tocante ao acesso à alimentação. Seus relatos baseiam-se nas dificuldades vivenciadas, projetando no PBF uma esperança de melhorias.

Ainda que essa perspectiva salientada pelas famílias seja relevante, e embora a transferência de renda seja a parte mais visível para os beneficiários, é importante lembrar que o PBF não se reduz a isso, cabendo atentar para o fortalecimento do acesso aos serviços oriundo das políticas públicas, aspecto esse que não foi pontuado pelas famílias, tornando-se preocupante que elas percebam o Programa apenas sob o aspecto da renda, deixando de lado fatores relevantes que giram em torno das condicionalidades. Todavia, a interpretação limitada das famílias a respeito do que o PBF significa em suas vidas talvez

seja reflexo da ausência de atividades/ações que retratem a importância do Programa para além da concepção de renda. Tal realidade pode ser evidenciada nas suas respostas a respeito de sua participação nas atividades complementares no âmbito da assistência social, ou em alguma capacitação/palestra ofertadas pelas políticas públicas após estarem no PBF. Relativamente a essas participações, parte significativa das famílias afirmou que em nenhum momento participou de palestras, ações ou atividades específicas do PBF no âmbito da comunidade rural, salvo duas famílias, que declararam ter participado de palestras sobre o PBF na sede municipal do CadÚnico.

Nesse ponto, as informações disponibilizadas pelas famílias (de sua não participação em atividades) destoam das declarações dos gestores do PBF, os quais sinalizaram ações desenvolvidas pela gestão do Programa, pontuando as atividades realizadas no âmbito das comunidades rurais. A divergência de informação nos convida a refletir acerca de duas questões, ainda que não inclusas no roteiro de investigação deste trabalho: (1) Até que ponto o planejamento e as ações desenvolvidas pelos profissionais estão sendo suficientes para chegar com êxito a mais de 150 comunidades rurais de Barreirinha? (2) Até que ponto as famílias percebem a importância de sua participação em ações e atividades do PBF no âmbito rural?

Aspecto também investigado foi o possível estreitamento nas relações familiares em vista do PBF, sobre o que se obtiveram respostas, tais como:

Eu cuido da casa e dos filhos e do marido. Se eu não recebesse o Bolsa eu não conseguiria cuidar, pois eu ia ter que sair para trabalhar em algum lugar. Eu tenho tempo para eles (Responsável Familiar 02).

Como a gente tem que cumprir o que o pessoal do Bolsa pedi na escola e na saúde, eu passei a acompanhar melhor meus filhos, pois não podemos perder o Bolsa (Responsável Familiar 04).

Depois que recebi o Bolsa e não precisei estar o dia todo na roça, eu tive mais tempo para acompanhar meus filhos (Responsável Familiar 08).

O Bolsa exige que a gente acompanhe os nossos filhos e isso faz com que a gente fique mais próximos deles (Responsável Familiar 09).

Eu falo não só por mim, mas pelo que vejo aqui na comunidade que depois do Bolsa os pais começaram a se interessar mais pelos filhos (Responsável Familiar 10).

Eu acredito as relações aqui em casa melhoraram, pois o Bolsa tem essa parte que a gente tem que acompanhar melhor os nossos filhos (Responsável Familiar 12).

Além dos RF supracitados, as outras famílias assinalaram que houve estreitamento nas relações familiares após passarem a receber o PBF. É perceptível em suas falas o fator disponibilidade de tempo adquirido pelo RF para dispensar a seus familiares e, com isso, fortalecer os vínculos. Pode-se identificar também o estreitamento familiar por intermédio do compromisso das condicionalidades, que demanda do RF a necessidade de estar lado a lado com seus dependentes. Para além dos compromissos das condicionalidades, a fala do RF 04 chama a atenção ao destacar certo receio em perder o benefício.

Na realidade, é mais comum do que se possa imaginar a apreensão das famílias em perder o benefício, levando uma parcela significativa de beneficiários a seguir à risca as condicionalidades, fato esse constatado durante a pesquisa de campo bem como no decorrer de vivência desta pesquisadora como Assistente Social no CRAS, onde a prática era adquirida junto às famílias beneficiárias do PBF. Contudo, é importante citar que as famílias devem entender as condicionalidades como direito garantido e não como punição. Entrando nesta seara, as famílias foram indagadas sobre o que seria necessário para se desligarem do Programa, ao que responderam como a seguir demonstrado.

Se tivesse um emprego eu me desligaria do Bolsa. Pois sei o quanto esse dinheiro pode ajudar alguém (Responsável Familiar 01).

Trabalho fixo, de carteira assinada pois assim eu teria meus direitos garantidos (Responsável Familiar 10).

Trabalho fixo (Responsável Familiar 13).

Se eu conseguisse passar em um concurso público (Responsável Familiar 16).

Trabalho de carteira assinada (Responsável Familiar 17).

As falas indicam que, caso o RF tivesse um trabalho que lhe trouxesse estabilidade e segurança, ele se desligaria do PBF. Notam-se nas falas as indicações de contratação com registro em Carteira de Trabalho e de trabalho fixo, fatores que não se constituem realidade na vida das famílias rurais, como bem indicado na tabela 17.

Observa-se nas falas dos RF que sua maior preocupação é a instabilidade de renda, a qual pode acarretar outras vulnerabilidades sociais, como a falta de alimentos. A segurança proporcionada pelo benefício, ainda em que alguns casos o valor seja menor, faz com que as famílias vejam o Programa como elo importante para ultrapassar sua situação de vulnerabilidade. Marques e Maia (2007), todavia, entendem que a garantia de alimentação e o acesso a algumas necessidades imediatas não conduzem ao fortalecimento

da autonomia e da cidadania, sendo necessário que o Estado garanta condições de participação ampla na formulação de políticas sociais, oportunidades iguais, inclusiva etc. Portanto, as famílias em situação de vulnerabilidade social, em especial as amazônicas, precisam que o Estado, mediante formulação/implementação de políticas públicas direcionadas à garantia de seus direitos, firme compromisso com as especificidades da região.

Ainda sobre os efeitos do PBF na vida das famílias de contexto rural, fez-se importante considerar a percepção dos gestores do Programa, os quais se fazem parte essencial no seu processo de implementação. À luz da experiência desses profissionais a respeito do tema abordado, seguem seus depoimentos.

Eu poderia elucidar inúmeros efeitos que o PBF trouxe para a vida das famílias. Mas vou me reportar a segurança de renda e alimentar que o programa trás para as famílias de comunidades rurais. Aqui temos um cenário de cheias e vazantes, e a principal atividades dessa família é a agricultura, então quando o rio está cheio a agricultura enfraquece e é aí que o programa se torna grandioso pois traz segurança a este público. Então não podemos negar que o principal efeito do programa é garantir o acesso as necessidades básicas como alimentação, saúde, educação e renda (Gestor 01).

No meu entender, o benefício do PBF levou muitas coisas boas as famílias beneficiárias, principalmente para as famílias rurais. Para além da transferência de renda, o bolsa é uma oportunidade da criança ou o adolescente frequentar a escolar, ter acesso a saúde através de vacina, acompanhamento nutricional, então percebo que o principal efeito é dos direitos sendo viabilizados a essas famílias. (Gestor 02).

Quando estive na gestão do PBF percebi muitos efeitos no âmbito das famílias. Como para o interior do município tudo é mais dificultoso para chegar, através do bolsa pode-se notar com mais ênfase a educação, a saúde presente. Não posso deixar de citar também a questão da transferência de renda, que pode proporcionar condições de acesso a alimentação as famílias, assim também como algumas aquisições pessoais como material escolar, medicamentos, roupas, calçados e outras necessidades. Então não posso desconsiderar os efeitos positivos que o programa proporcionou e vem proporcionando na vida das famílias (Gestor 03).

Sobre os efeitos do PBF na vida das famílias ribeirinhas, as falas revelam a visão dos gestores ao esclarecerem que o Programa proporcionou a garantia de acesso a fatores essenciais na vida das famílias, como alimentação, educação e saúde.

A dificuldade das famílias que vivem em comunidades ribeirinhas de acesso a serviços básicos sempre foi um percalço, como evidencia a fala do gestor 03. No entanto, o PBF trouxe avanços que alteraram a realidade das famílias beneficiárias, embora existam outras categorias que precisam ser atendidas para que o Programa de fato possa atingir o

seu objetivo principal de conceder o direito ao desenvolvimento com superação da pobreza e da vulnerabilidade. Assim o PBF, além da transferência de renda, deve garantir acesso a outras iniciativas que ampliem a capacidade das famílias de superarem essa triste condição em que vivem. Os serviços ofertados pelo Programa são compromissos dos entes federados com os beneficiários, devendo a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal oferecer e monitorar acesso e uso relativos aos serviços de educação e saúde, identificando com maior precisão onde há escassez de oferta a fim de ampliá-la (BRASIL, 2018a)

Nas palavras de Silva (2018) além de garantir a crianças, adolescentes e jovens melhores condições de saúde, educação e convivência familiar e comunitária do que as que tiveram seus responsáveis, o PBF também contribui para que tenham mais oportunidade de desenvolvimento social. Garantir tais serviços e necessidades básicas às famílias de comunidades ribeirinhas é dar-lhes oportunidade de um futuro de qualidade, com perspectivas de ultrapassar a situação de vulnerabilidade social em que vivem.

É certo que as mudanças relatadas pelas famílias beneficiárias geralmente estão relacionadas à renda (quando sinalizam, por exemplo, a aquisição de bens), e que poucas são as famílias que conseguem observar com propriedades a importância da garantia dos filhos na escola e os cuidados com a saúde. Por mais que realizem o acompanhamento escolar e seus filhos frequentem mais a escola e o posto de saúde, as mudanças são citadas majoritariamente no âmbito da renda e da aquisição de materiais. Dessa forma, trabalhar os PTR, em especial o Programa Bolsa Família, na perspectiva de garantia de acesso às políticas sociais torna-se um desafio frente às demandas postas a gestores e profissionais que se encontram diante da realidade de famílias beneficiárias no contexto rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PBF em comunidades ribeirinhas enfrenta muitas dificuldades relativas à sua implementação, dentre as quais se sobressaem o fator geográfico presente no contexto amazônico – que limita o acesso dos profissionais às comunidades rurais – e a ausência de recursos humanos suficientes para atender as demandas do Programa, gerando sobrecarga de trabalho para os profissionais que atuam em outros setores.

Um dos objetivos deste trabalho foi conhecer o perfil das famílias beneficiárias da comunidade da Agrovila do Caranã, constatando-se que, majoritariamente, os Responsáveis Familiares são do sexo feminino, entre 35 e 50 anos, e a maioria ou vive em união estável ou é casada. A composição familiar é extensa (5 a 8 membros), com predominância de crianças e adolescentes. Sobre a escolaridade dos RF, a maioria possui o nível fundamental completo, denotando a limitação de oportunidade no acesso à educação. No aspecto trabalho e renda, detectou-se que a principal profissão das famílias rurais está ligada ao cultivo agrícola, em que perfazem uma renda média mensal de até um salário-mínimo. Sobre as questões de habitação, as famílias possuem predominantemente casa própria, em grande maioria em estrutura de madeira com 3 a 4 cômodos, sendo oficial a ligação de luz e água encanada. Identificou-se, entretanto, a predominância da utilização da fossa rudimentar, demonstrando ausência de acesso ao escoamento sanitário adequado.

No âmbito de atuação do PBF, as principais atividades desenvolvidas pela gestão do Programa são as buscas-ativas e as ações itinerantes com vistas a conhecer a realidade em que as famílias estão inseridas, sendo ressaltado que tais ações não têm sido suficientes frente às necessidades apresentadas pelas famílias do contexto rural. As ações eram planejadas de maneira articulada, envolvendo as políticas públicas que estruturam o PBF, todavia, ainda que os profissionais buscassem trabalhar de maneira integrada, observou-se um tensionamento destes relativo à integração no trabalho com as demais políticas envolvidas.

O PBF tem impactado a realidade das famílias ribeirinhas, uma vez que se constatarem muitas melhorias nos diferentes âmbitos da vida dessas famílias após a sua implantação na localidade pesquisada. Sobre as necessidades básicas, notaram-se melhorias significativas no acesso à alimentação. Na área da Saúde, constatarem-se melhorias em torno do acesso a vacinas, do acompanhamento nutricional e do pré-natal, porém o acesso a medicamento e exames não apresentou melhoras expressivas. Na área da

Educação, o efeito se deu positivamente quanto ao fortalecimento do acesso à matrícula e da frequência dos alunos, e quanto à oportunidade de aquisição de material escolar. Sobre trabalho e renda, identificou-se que o PBF é um importante complemento na renda das famílias e, em alguns casos, ele se torna o único meio de sobrevivência, visto que na realidade da Agrovila do Caraná não se dispõe de trabalho formal, a exemplo dos empregos mediante contratação registrada em Carteira Profissional.

A pesquisa revelou, assim, que o PBF trouxe inúmeras contribuições aos beneficiários, percebendo-se, em certos casos, que proporcionou o acesso a bens materiais que ensejaram reformas, ampliações e construções de cômodos nas residências. O reflexo mais evidente do Programa na vida das famílias foi, no entanto, o acesso à alimentação, uma vez que a insegurança alimentar se mostrou ser a preocupação principal das famílias.

Com base na pesquisa, verifica-se um consenso das famílias ao sinalizarem que, em suas vidas, o PBF representa tranquilidade, oportunidade e contribuição, especialmente pela renda que garante à família. No entanto, poucas famílias citaram a importância do acesso aos direitos garantidos por meio das condicionalidades, dimensão essa que é essencial na estruturação do PBF.

Espera-se que a socialização dos resultados deste estudo contribua com a implementação do PBF no âmbito das comunidades rurais, oferecendo subsídios aos profissionais, especialmente aos que trabalham na gestão do Programa nessas comunidades. Da mesma forma, pretende-se contribuir com as famílias beneficiárias, visto que elas precisam conhecer o PBF como algo que transcende a mera transferência de renda e usufruir de todas as dimensões que estruturam o Programa acerca das condicionalidades e das ações complementares.

Além disso, nossa expectativa é que esta pesquisa suscite ou amplie o debate sobre os Programas de Transferência de Renda, considerando as particularidades das comunidades ribeirinhas rurais do município do Amazonas, para, dessa forma, proporcionar uma reflexão crítica frente às expressões da questão social vivenciadas diariamente por esse público.

Por fim, pontua-se que analisar a implementação do PBF em contexto rural e, conseqüentemente, seus efeitos na vida das famílias ribeirinhas não foi tarefa fácil, tampouco conclusiva, mas necessária a partir do momento que se considera o contexto de desmontes dos direitos sociais.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Carlos A.; SOUZA, Herbet José de. **O Estado e o desenvolvimento capitalista no Brasil: a crise fiscal**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 20, p. 132, 1977.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Transformações econômicas e sócias no Brasil nos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família**. São Paulo: Cortez, 2004.

ALVARENGA, Tales. A sinfonia da água. **Revista Veja. Edição especial**. São Paulo: Editora Abril, 1997.

ARAUJO, Cleonice Correia; PEREIRA, Maria Eunice Ferreira Damasceno; GUILHON, Maria Virgínia Moreira; SOUSA, Silvana de Maria Pastor Santos Souza. Implantação e implementação do Sistema único de Assistência Social (Suas) nos estados do Pará, Maranhão e Pernambuco: uma análise dos resultados de pesquisa *In: COUTO, Berenice Rojas et al. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

ASSUMPCÃO, Maria Clara Martins Alves. Centralidade dos programas de transferência de renda na política de assistência social. **Argumentun**, Vitória, v. 2, n.1, p. 41-70, jan./jun. 2010.

AURELIANO, Liana; DRAIBE, Sônia Miriam. A especificidade do Welfare State Brasileiro. *In: Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) Convênio MPAS/CEPAL. A Política Social em tempo de crise: articulação institucional e descentralizada. Volume I – Reflexões sobre a natureza do bem-estar Brasília, 1989.*

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edição 70, 2016.

BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento**. 2. ed. Manaus: Valer, Edua e Inpa, 2007.

BEHRING, Eliane; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. Cortez, São Paulo, 2011.

BICHIR, Renata. Novas agendas, novos desafios: reflexões sobre as relações entre transferência de renda e assistência social no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, v.104, p.111-136, 2016.

BRASIL [1993]. Presidência da República. Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União** de 8/12/1993. Seção 1, p. 18769. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1388797/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-08-12-1993>. Acesso em: 22 out. 2022.

BRASIL [1988]. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 22 out. 2022.

BRASIL [2001]. Presidência da República. Lei nº 10.219 de 11 de abril de 2001. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – “Bolsa Escola”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, de 12/04/2004, seção 1, p.1. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/642577/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-04-2001>. Acesso em 22 out. 2022.

BRASIL [2003]. Presidência da República. Medida Provisória nº. 132, de 20 de outubro de 2003. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, de 21/10/2003, seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/791700/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-21-10-2003>. Acesso em 22 out. 2022.

BRASIL [2004]. Presidência da República. Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família, altera a Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, de 12/01/2004, seção 1, p.1. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/419075/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-01-2004>. Acesso em 22 out. 2022.

BRASIL [2004a]. Presidência da República. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** de 20/09/2004, seção 1, p. 3. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/790546/pg-3-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-20-09-2004>. Acesso em 22 out. 2022.

BRASIL [2006]. Presidência da República. Decreto nº 5.749, de 11 de abril de 2006. Altera o caput do art. 18 do Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, dispondo sobre atualizações de valores referenciais para caracterização das situações de pobreza e extrema pobreza no âmbito do Programa Bolsa Família, previstos no art. 2o, §§ 2o e 3o, da Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004. **Diário Oficial da União** de 12/4/2006, seção 1, p. 1. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/541311/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-04-2006>. Acesso em 22 out. 2022.

BRASIL [2014]. Presidência da República. Decreto nº 8.232 de 30 de abril de 2014. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil sem Miséria. **Diário Oficial da União** de 02/05/2014, seção 1, p. 2. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/69790536/dou-secao-1-02-05-2014-pg-2>. Acesso em 22 out. 2022.

BRASIL [2016]. Presidência da República. Decreto nº 8.794 de 29 de junho de 2016. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil sem Miséria, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** de 30/06/2016, seção 1, p. 7. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/119410117/dou-secao-1-30-06-2016-pg-7>. Acesso em 22 out. 2022.

BRASIL [2018]. Ministério do Desenvolvimento Social. **Manual do Pesquisador - Gestão do Programa Bolsa Família**. Governo Federal/MDS. 1. ed., 2018.

BRASIL [2018a]. Ministério do Desenvolvimento Social. **Manual de Gestão do Programa Bolsa Família**. Governo Federal/MDS. 1. ed., 2018a.

BRASIL [2009]. Presidência da República. Decreto nº 7.013, de 19 de novembro de 2009. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. **Diário Oficial da União** de 20/11/2009, seção 1, p. 10. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1552576/pg-10-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-20-11-2009>. Acesso em 22 out. 2022.

BRASIL [2020]. Ministério da Cidadania. **Relatório de Informações Sociais – Bolsa Família e Cadastro Único. Município de Barreirinha/AM**. 2020. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html>. Acesso em: 18 mar. 2023.

BRITO, Flávio dos Santos. **Estado e questão social: padrões de intervenção na área social uma leitura sobre as matrizes liberal, neoliberal e social-democrata**. 2012. 115 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, 2012.

CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. *In*: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo (org.) **Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, p. 157 a 178, 2013.

CARNEIRO, Kássia Karise Carvalho. **Trabalho Profissional do Assistente Social e desastres: estudo na política de assistência social no município de Barreirinha/AM**. Dissertação, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2022.

CARVALHO JÚNIOR, Pedro Humberto Bruno de. **Análise do gasto da união em ações assistenciais ou focalizado na população pobre e em benefícios previdenciários de fortes impactos sociais: 1995-2004**. Texto para Discussão, 1236. Brasília: IPEA, 2006.

CASTEL, Robert. **A metamorfose da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CASTRO, Márcia da Silva Pereira. **A política pública de assistência social e o estado brasileiro: assistencialismo, universalização ou focalização?** – Natal, RN: EDUFRN, 2018.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro R. **Uma Experiência de Pesquisa-ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá**. 2001. 207f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica), UNICAMP/CIRED. Campinas, 2001.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro R.; BARROSO, Silvana Compton; LIRA, Talita de Melo. Populações tradicionais: manejo dos recursos naturais na Amazônia. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro v. 19 n. 2, p. 111-122, jul./dez. 2009.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro; LIRA, Talita de Melo. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia**: organização sociocultural e política, 2016.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. 10. ed. Cortez, São Paulo, 2009.

CNS – Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes e de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida na Resolução. **Diário Oficial da União** de 24/05/2016, seção 1, p. 44, 45, 46. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2016/05/24>. Acesso em: 18 maio 2023.

CODES, Ana Luiza Machado de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza**: em direção a uma visão complexa. Brasília, 2008.

COUTO, Rojas Berenice; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; RAICHELES, Raquel (Org.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. 5 ed. rev. e atual – São Paulo: Cortez, 2017.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz. GUROVITZ, Elaine. **A pobreza como um fenômeno multidimensional**. AE-eletrônica, v. 1, n. 2, jul./dez./2002.

CUNHA, Rosani. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

DEMO, Pedro. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

DRAIBE, Sônia Miriam. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. *In*: IPES – Instituto de Planejamento Econômico e Social. **Para a década de 90**: prioridades e perspectivas de políticas públicas; políticas sociais e organização do trabalho. Brasília: Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1990, p.1-66.

FAGNANI, Eduardo. Como conquistar o desenvolvimento social. **Le Monde Diplomatique**, n. 43, p. 6-7. Brasil, 2011.

FAHEL, Murilo; TELES, Letícia; CAMINHAS, Davy Alves. Para além da renda, uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - v. 31, n. 92, 2016.

FALEIROS, Vicente de Paula. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. Política Social – Módulo 3. **Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política social do Estado capitalista**: as funções da previdência e da assistência sociais. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FIGUEIREDO, Carly Anny Barros; CORDEIRO, Maria Audirene de Souza; VASCONCELOS, Maria Eliane de Oliveira; BARBOSA, Regiane de Jesus. **Barreirinha conta sua história**. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco, 2022.

FONSECA, Ana Maria Medeiros da. **Família e política de renda mínima**. Cortez: São Paulo, 2001.

FREITAS, José Ribamar Bessa (org.). **A Amazônia Colonial (1616-1798)**. Manaus: Metro Cúbico, 2005.

GIL, Antônio Carlos, 1946 - **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOBBSBAWM, Eric. **A era das Revoluções: 1789-1848**. 19. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

HUBERMAM, Leo. **História da riqueza do homem**. 11. ed. Rio de Janeiro: ZAAHAR, 1976.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. n. 3 (jan./jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001, p. 9-32.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Barreirinha. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/panorama>. Acesso em: 05 out. 2023.

JACCOUD, L. Programa Bolsa Família: proteção social e combate à pobreza no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 64, n. 3. Enap, Brasília-DF, jul./set. 2013.

LAVINAS, Lena; VARSANO, R. Programas de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza. In: LOBATO, Ana Lúcia Martins (org.) **Garantia de renda mínima: ensaios e propostas**. Brasília: IPEA, 1998.

LAVINAS, Lena; GARCIA, Eduardo Henrique. **Programas Sociais de Combate à Fome**: o legado dos anos de estabilidade econômica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Ipea, 2004.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI** – Novas formas de desenvolvimento. São Paulo, Editora Empório do Livro, 2009.

MACIEL, Carlos Alberto Batista. **A família na Amazônia**: desafios para a Assistência Social. UFPA, 1999.

MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia**: uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA, 1978.

MARINHO, Emerson. LINHARES, Fabricio. CAMPELO, Guaracyane. **Os Programas de Transferência de Renda do Governo Impactam a Pobreza no Brasil?** Rio de Janeiro v. 65 n. 3 / p. 267-288 jul.-set. 2011.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. MAIA, Celi Moreira. Dimensões da autonomia no combate à pobreza: o Programa Bolsa Famílias sob a perspectiva das beneficiárias. **Serviço Social e Sociedade**. Novembro, 2007.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Política social**. Trad. de Meton P. Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço social: identidade e alienação**. 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2000.

MARTINS, José de Souza. **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro II. Os economistas. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MDS [2005]. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 246, de 20 de maio de 2005. Aprova os instrumentos necessários à formalização da adesão dos municípios ao Programa Bolsa-Família, à designação dos gestores municipais do Programa e à informação sobre sua instância local de controle social, e define o procedimento de adesão dos entes locais ao referido Programa. **Diário Oficial da União** de 23 de maio de 2005, seção 1, p. 53. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/619488/pg-53-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-23-05-2005>. Acesso em: 18 maio 2023.

MDS [2010]. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 256, de 19 de março de 2010. Estabelece normas, critérios e procedimentos para o apoio financeiro à gestão estadual do Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União** de 23/03/2010, seção 1, p. 49. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1588347/pg-49-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-23-03-2010>. Acesso em: 18 maio 2023.

MDS [2010a]. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 617, de 11 de agosto de 2010. Estabelece normas e procedimentos para a revisão cadastral dos beneficiários do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. **Diário Oficial da União** de 12/08/2010, seção 1, p. 54. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/7291381/pg-54-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-08-2010>. Acesso em: 18 maio 2023.

MDS [2010b]. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 754, de 20 de outubro de 2010. Estabelece ações, normas, critérios e procedimentos para o apoio à gestão e execução descentralizadas do Programa Bolsa Família, no âmbito dos municípios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** de 21/10/2010, seção 1, p.

86. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/20646202/pg-86-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-21-10-2010>. Acesso em: 18 maio 2023.

MEC/MDS [2004]. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Portaria Interministerial MEC/MDS nº 3.789, de 17 de novembro de 2004. Estabelece atribuições e normas para o cumprimento da Condicionalidade da Frequência Escolar no Programa Bolsa Família. **Diário Oficial da União** de 18/11/2004, seção 1, p. 13. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/806873/pg-13-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-18-11-2004>. Acesso em: 18 maio 2023.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da Assistência Social**: ensaio sobre Estado, política e sociedade. 4 ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

MS/MDS. Ministério da Saúde. Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome. Portaria Interministerial nº 2.509, de 18 de novembro de 2004. Dispõe sobre as atribuições e normas para a oferta e o monitoramento das ações de saúde relativas às condicionalidades das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Diário Oficial da União** de 22/11/2004 seção 1, p. 58. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/810895/pg-58-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-22-11-2004>. Acesso em: 18 maio 2023

NERI, Marcelo C.; VAZ, Fabio M.; SOUZA, Pedro H. G. F. Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: Uma análise comparativa das transferências sociais. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo C. (Org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. 1. ed. Brasília: Ipea, 2013. v. 1. p. 193-206.

NETTO, José Paulo. Prólogo. In: MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista**. Edição comemorativa dos 150 anos do Manifesto Comunista. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José. Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. n. 3 (jan./jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001, p. 41-49.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

ONU. Organização das Nações Unidas. Relatório anual 2022 das Nações Unidas Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/225756-relatorio-anual-das-nações-unidas-no-brasil-2022>. Acesso em:

PAIVA, Luís Henrique. Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e Cidadania**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Brasília, 2013.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. A inersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. In: MONNERAT, Giselle Lavinas; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; SOUZA,

Rosimary Gonçalves de. (Org.) **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas, SP: Papel Social, 2014. p. 23-39.

PRATES, Jane Cruz. A produção de uma nova cultura a partir da pesquisa e da arte: contribuições do referencial marxiano. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 214-220, jul./dez. 2014.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serv. Soc.**, São Paulo, n. 116, p. 609-635, out/dez. 2014.

RANCIARO, Maria Magela Mafra de Andrade. **Andirá**: memórias do cotidiano e representações sociais. Manaus: EDUA, 2004.

RIBEIRO, Patrício Azevedo. **Eu vou arriscando o último palito de fósforo**: movimento indígena e quilombola e a Política de Assistência Social no meio rural amazônico – 2023. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará. Instituto de Ciências Sociais Aplicada. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Belém, Pará, 2023.

ROCHA, Sonia Maria Rodrigues da. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

ROCHA, Sonia Maria Rodrigues da. Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda. Encontro Nacional de Economia. **Anais**. Brasília: ANPEC, 2004.

ROLIM, Dayana Cury. **Impactos da Proteção Social Básica da Política de Assistência Social em situação de vulnerabilidades e prevenção aos riscos sociais**: as vozes das famílias do município de Parintins/AM. Tese, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2017.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidade no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SCHWARTZMAN, Simon. **Redução da desigualdade, da pobreza e os programas de transferência de renda**. Rio de Janeiro: IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, 2005.

SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social. **Plano Municipal de Assistência Social de Barreirinha (2022-2025)**. SEMAS, Barreirinha-AM, 2021.

SEN, Amartya K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; GUILHON, Maria Virgínia Moreira; CRUZ, Glaucejane Galhardo; SILVA, A. M. L. Comunidade Solidária: contradições e debilidades. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez Editora, n. 60, p. 106-124, 1999.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 12 n. 6, Rio de Janeiro nov./dez. 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 7. ed. Editora Cortez, São Paulo, 2014.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Bolsa Família: verso e reverso**. Campinas-SP: Ed. Papel Social, 2016.

SILVA, Tiago Falcão. **Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)**. Brasília: Enap, 2018.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho. Avaliação do impacto sobre as famílias beneficiárias. Programa Bolsa-Escola do Governo no Distrito Federal. **Pólis**, v. 30, p. 59-107, 1998.

SOUZA, Josias Ferreira de. **A formação da liderança KAPI entre os Sateré-Mawé/AM**. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM, 2019.

SPOSATI, Aldaíza. **Renda mínima e a crise mundial, saída ou agravamento?** São Paulo: Cortez, 1994.

SPOSATI, Aldaíza. Assistência Social: de ação individual a direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional** – RBDC n. 10 – jul./dez. 2004.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. *In*: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS/UNESCO, 2009.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Programas de garantia de renda mínima: um instrumento eficiente de combate à fome e a desigualdade social. **Revista Vozes**, ano 96, v. 96 n. 2, p. 05-14, 2002.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de Cidadania: a saída é pela porta**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

TEIXEIRA. A Amazônia em interface com o SUAS. **Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social**. Organizadores: Jose Ferreira da Cruz *et al.* - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013.

THOMÉ, Débora. **O Bolsa Família e a social-democracia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

UNICEF. **Ser criança na Amazônia**: uma análise das condições de desenvolvimento infantil na região norte do Brasil. Fundação Joaquim Nambuco, Belém-PA, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. A política social brasileira nos anos 1990: a refilantropização da questão social. São Paulo: **Cadernos Abong/CNAS**, 2002.

YAZBEK, Maria Carmelita. O Programa Fome Zero no contexto das Políticas Sociais Brasileiras. **Rev. São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 104-112, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado e políticas sociais. **Praia Vermelha**: estudos de política e teoria social, Rio de Janeiro, UFRJ, v.18, n. 1, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia



Ofício Nº 26/22 - PPGSS

Manaus, 07 de abril de 2022.

À Excelentíssima Senhora
Gleide Gomes Conceição
Secretária Municipal de Assistência Social (SEMAS)
Barreirinha - AM

Assunto: Autorização para coleta de dados necessários a pesquisa acadêmica de mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas.

Excelentíssima Secretária,

Servimo-nos do presente instrumento para apresentar a Vossa Excelência a estudante/pesquisadora **Doriane Oliveira de Souza**, discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, que solicita a autorização dessa Secretaria Municipal para a coleta de dados necessários à sua pesquisa de mestrado. Trata-se da pesquisa intitulada "**PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E QUESTÃO SOCIAL: A particularidade do Programa Bolsa Família em comunidades ribeirinhas do Amazonas**", a qual é orientada pela Prof^a Dr^a Cristiane Bonfim Fernandez, professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas.

Como parte da pesquisa de campo, vimos solicitar autorização para a realização de entrevistas, no período de julho/2022 a novembro/2022, com os profissionais que atuam na gestão do Programa Bolsa Família-PBF (agora denominado Auxílio Brasil) e com 20 famílias beneficiárias do PBF, conforme critérios estabelecidos na metodologia do Projeto..

Podemos assegurar-lhe que não haverá quebra de sigilo profissional e que o nome e identidade dos sujeitos da pesquisa estarão no absoluto anonimato, buscando salvaguardar a integridade física e moral dos sujeitos envolvidos. As pesquisadoras encontram-se disponíveis para prestar maiores esclarecimentos através dos endereços: dori20souza@gmail.com (Pesquisadora Responsável) e cristiane@ufam.edu.br (Orientadora do Projeto de Pesquisa).

Respeitosamente,

Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social e Sustentabilidade na Amazônia

Roberta Ferreira Coelho de Andrade
.....
Prof^a Dr^a Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Coordenadora do PPGSS/UFAM

*Recebi em
20/04/22
Gleide*

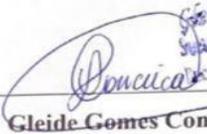
APÊNDICE B



TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E QUESTÃO SOCIAL: a particularidade do Programa Bolsa Família em comunidades ribeirinhas do Amazonas”, sob a coordenação e a responsabilidade do (a) Prof (a). Cristiane Bonfim Fernandez do Departamento do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, o qual terá o apoio desta Instituição.

Barreirinha, 17 de maio de 2022.


Gleide Gomes Conceição
Secretária Municipal de Assistência Social

Gleide Gomes Conceição
Secretaria de Assistência Social
Decreto nº 24 de 12/01/2021 - GPMB

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
 E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPGSS



FORMULÁRIO PARA AS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PBF.

Nº _____

Título do Projeto: Programas de Transferência de Renda e Questão Social: o programa bolsa família no contexto das comunidades ribeirinhas do Amazonas.

1. IDENTIFICAÇÃO

Data de aplicação: _____ Comunidade: _____

1.1 Nome completo: _____

1.2 Data de Nascimento: ___/___/___ 1.3 Idade _____

1.4 Local de Nascimento: _____

1.5 Responsável Familiar: () Sim () Não 1.6 Sexo: (F) (M)

1.7 Estado Civil: () Solteiro (a) () Casado (a) () União Convivente () Viúvo

(a) () Separado

1.8 Raça/Etnia: _____

1.9 Escolaridade: () Ens. Fundamental Incompleto

() Ens. Fundamental Completo

() Ens. Médio Incompleto

() Ens. Médio Completo

() Ens. Superior Incompleto

() Ens. Superior Completo

() Especialização

() Pós Graduação – Mestrado

() Pós Graduação – Doutorado

() Nunca Estudou

1.10 Composição Familiar:

Nº	Nome	Parentesco com o Responsável Familiar	Idade	Escolaridade
01				
02				
03				
04				
05				
06				



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
 E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – PPGSS



07				
08				
09				
10				

1.11 Total de pessoas na Família _____

1.12 Total de crianças: _____

1.13 Total de adolescentes: _____

1.14 Total de Idosos: _____

1.15 Total de Grávidas: _____

1.16 A família, normalmente, tem despesa mensal com:

DESPESAS	VALOR (RS)	NÃO TEM
Alimentação	RS	()
Energia elétrica	RS	()
Água	RS	()
Gás, carvão e lenha	RS	()
Transporte/combustível	RS	()
Aluguel/Arrendamento	RS	()
Medicamento de uso regular	RS	()

2. TRABALHO E RENDA

Ocupação do Responsável Familiar?	
Quantas pessoas de 16 anos ou mais trabalham na família?	(01) (02) (03) (04) (05) (06) acima de 07 () Nenhuma ()
Quantas pessoas trabalham de carteira assinada?	(01) (02) (03) (04) (05) (06) acima de 07 () Nenhuma ()
Quantas pessoas trabalham de forma autônoma?	(01) (02) (03) (04) (05) (06) acima de 07 () Nenhuma ()
Qual o tipo de trabalho autônomo?	1-



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
 E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – PPGSS



	2- 3- 4- 5- 6-
Quantas pessoas estão desempregadas na família?	(01) (02) (03) (04) (05) (06) acima de 07 () Nenhuma ()
A família recebe ou já recebeu outro benefício além do PBF?	() Sim () Não Qual? Quando?
Estimativa da renda familiar total	R\$
Estimativa da renda per capita	R\$

3. HABITAÇÃO

3.1 Condições de ocupação do imóvel:

() Próprio () Alugado Valor R\$ _____ () Cedido.

3.2 Tipo de Moradia:

() Alvenaria () Madeira () Palha () Mista.

3.3 Total de cômodos do domicílio? _____

3.4 Energia Elétrica:

() Ligação Oficial () Ligação Não Oficial () Não Tem.

3.5 Água:

() Encanada () Não Encanada () Poço/ Cachimba () Outros.
Qual? _____

3.6 Escoamento Sanitário:

() Rede coletora de esgoto ou pluvial () Fossa Séptica () Fossa rudimentar
() Direto para vala, rio ou lago () Domicílio sem banheiro.

3.8 Eletrodoméstico e Eletroeletrônicos:

() TV () Geladeira () Máquina de Lavar () Ar Condicionado
() Fogão () Liquidificador () Celular () Computador
() Aparelho de Som () Outro

3.9 Houve modificação na infraestrutura do domicílio após receber o PBF?

() Sim () Não () Parcialmente () Se sim, qual? _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
 E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – PPGSS



4. MODO DE VINCULAÇÃO NO PROGRAMA PBF

4.1 Como você ficou sabendo do PBF:

- () Rádio () TV () A equipe do PBF veio até a comunidade rural
 () Líder da Comunidade () Procurou informações na sede do Cadastro Único
 () Agente Comunitário de Saúde () Parente, ou outras pessoas da família
 () Outro. Qual? _____

4.2 Onde foi feito seu cadastro:

- () Na Central do PBF () Visita domiciliar
 () Outro. Qual? _____

4.3 Quando (Mês/Ano) que começou receber o benefício? _____

Valor: _____

4.4 Teve aumento em algum momento? () Sim () Não

4.5 Teve diminuição em algum momento? () Sim () Não

4.6 Valor que recebe do PBF atualmente? _____

4.7 Você teve alguma dificuldade para fazer seu cadastro no PBF?

5. CONHECIMENTO SOBRE O PBF

5.1 Você e/ou sua família foram orientados a respeito dos critérios para adentrar e se manter no PBF?

- () Sim () Não () Parcialmente

5.2 As informações sobre o funcionamento do PBF são de fácil acesso as famílias ribeirinhas rurais?

- () Sim () Não Por quê?

5.3 Você e/ou sua família foram orientados sobre as condicionalidades exigidas pelo PBF na área da educação e saúde?

- () Sim () Não () Parcialmente

5.4 Quais suportes abaixo a família recebe para cumprir as condicionalidades?

NA EDUCAÇÃO:

Facilidade no acesso	no a	() Sim	() Não	() Parcialmente	() Não Sei
----------------------	------	---------	---------	------------------	-------------



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
 E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – PPGSS



matrícula à Educação Básica				
Transporte Escolar para facilitar a frequência dos alunos	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Parcialmente	<input type="checkbox"/> Não Sei

NA SAÚDE:

Acesso as vacinas que compõem o calendário nacional de vacinação	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Parcialmente	<input type="checkbox"/> Não Sei
Disponibilização de equipe profissional (Enfermeiros, ACS) para o acompanhamento nutricional (peso e altura)	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Parcialmente	<input type="checkbox"/> Não Sei
Facilidade no acesso para acompanhamento de pré-natal no caso de gestantes.	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Parcialmente	<input type="checkbox"/> Não Sei

5.5 Com que frequência você atualiza os dados familiares na Central de PBF:

- A cada 06 meses
 De 07 meses até 11 meses
 Entre 01 a 02 anos
 Nunca atualizou

5.6 Na sua opinião, o que o PBF significa para você? _____

6. PBF E OS EFEITOS NA REALIDADE DAS FAMÍLIAS RIBEIRINHAS RURAIS

6.1 Quais os efeitos do PBF nos itens abaixo:

ACESSO AS NECESSIDADES BÁSICAS:

ITEM	ANTES DO PBF	DEPOIS DO PBF
Moradia	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Melhorou muito <input type="checkbox"/> Melhorou pouco



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
 E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – PPGSS



	<input type="checkbox"/> Parcial	<input type="checkbox"/> Permaneceu <input type="checkbox"/> Piorou
Alimentação (realizam todas as refeições diárias)	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes	<input type="checkbox"/> Melhorou muito <input type="checkbox"/> Melhorou pouco <input type="checkbox"/> Permaneceu <input type="checkbox"/> Piorou
Produtos de higiene	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes	<input type="checkbox"/> Melhorou muito <input type="checkbox"/> Melhorou pouco <input type="checkbox"/> Permaneceu <input type="checkbox"/> Piorou
Vestuário	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes	<input type="checkbox"/> Melhorou muito <input type="checkbox"/> Melhorou pouco <input type="checkbox"/> Permaneceu <input type="checkbox"/> Piorou

ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

SERVIÇOS	ANTES DO PBF	DEPOIS DO PBF
Consultas periódicas	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Quando necessário	<input type="checkbox"/> Melhorou muito <input type="checkbox"/> Melhorou pouco <input type="checkbox"/> Permaneceu <input type="checkbox"/> Piorou
Acompanhamento nutricional (peso)	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes	<input type="checkbox"/> Melhorou muito <input type="checkbox"/> Melhorou pouco <input type="checkbox"/> Permaneceu <input type="checkbox"/> Piorou
Vacinas	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes	<input type="checkbox"/> Melhorou muito <input type="checkbox"/> Melhorou pouco <input type="checkbox"/> Permaneceu <input type="checkbox"/> Piorou
Exames	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes	<input type="checkbox"/> Melhorou muito <input type="checkbox"/> Melhorou pouco <input type="checkbox"/> Permaneceu <input type="checkbox"/> Piorou
Medicamentos	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes	<input type="checkbox"/> Melhorou muito <input type="checkbox"/> Melhorou pouco <input type="checkbox"/> Permaneceu <input type="checkbox"/> Piorou
Acompanhamento de pré-natal	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes	<input type="checkbox"/> Melhorou muito <input type="checkbox"/> Melhorou pouco <input type="checkbox"/> Permaneceu <input type="checkbox"/> Piorou

ACESSO AOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

SERVIÇOS	ANTES DO PBF	DEPOIS DO PBF
----------	--------------	---------------



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
 E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – PPGSS



Matrícula regular	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes	<input type="checkbox"/> Melhorou muito <input type="checkbox"/> Melhorou pouco <input type="checkbox"/> Permaneceu <input type="checkbox"/> Piorou
Material escolar	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes	<input type="checkbox"/> Melhorou muito <input type="checkbox"/> Melhorou pouco <input type="checkbox"/> Permaneceu <input type="checkbox"/> Piorou
Acompanhamento escolar (frequência e permanência)	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes	<input type="checkbox"/> Melhorou muito <input type="checkbox"/> Melhorou pouco <input type="checkbox"/> Permaneceu <input type="checkbox"/> Piorou

ACESSO AO TRABALHO E RENDA

SERVIÇOS	ANTES DO PBF	DEPOIS DO PBF
Trabalho autônomo	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes	<input type="checkbox"/> Melhorou muito <input type="checkbox"/> Melhorou pouco <input type="checkbox"/> Permaneceu <input type="checkbox"/> Piorou
Emprego com carteira assinada	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes	<input type="checkbox"/> Melhorou muito <input type="checkbox"/> Melhorou pouco <input type="checkbox"/> Permaneceu <input type="checkbox"/> Piorou
Curso de qualificação	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes	<input type="checkbox"/> Melhorou muito <input type="checkbox"/> Melhorou pouco <input type="checkbox"/> Permaneceu <input type="checkbox"/> Piorou
Renda complementar familiar	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Às vezes	<input type="checkbox"/> Melhorou muito <input type="checkbox"/> Melhorou pouco <input type="checkbox"/> Permaneceu <input type="checkbox"/> Piorou

6.2 Você já teve benefício bloqueado?

Não Sim.

Porque? E por quanto tempo?

6.3 Você já teve benefício cancelado?

Não Sim.

Porque? E por quanto tempo?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
 E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – PPGSS



6.4 Me fale sobre sua vida antes e depois do PBF?

6.5 O recurso que você recebe do PBF é usado principalmente para quais gastos?

6.6 Na sua opinião, o PBF tem contribuído para que a família tenha outras alternativas de trabalho ou renda?

Sim Não

Se sim, você poderia falar qual?

6.7 O PBF tem contribuído com as atividades desenvolvidas na comunidade? Você poderia comentar?

(agricultura familiar, pesca, e outras produções locais).

6.8 Enquanto recebia o benefício do PBF você ou alguém da sua família conseguiu trabalho para ser a renda principal da família?

6.9 Que atividade complementares você ou sua família participaram na Assistência Social?

PAIF SCFV Nenhuma Outros. Qual?

6.10 Você ou alguém da sua família já participou de algum curso de formação/capacitação, palestras ofertadas pela Assistência Social após adentrarem no PBF? Se sim, qual?

6.11 Houve algum estreitamento nas relações familiares por conta do benefício do PBF?

6.12 O que o PBF proporcionou para sua família, desde o momento que começou a receber até hoje?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPGSS



6.13 Na sua opinião, o que seria necessário para você se desligar do PBF?

6.14 Se hoje você tivesse um trabalho você se desligaria do PBF?

6.15 Quais as principais alterações que você percebe nas condições de vida da sua família antes e depois do PBF?

APÊNDICE D



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
 E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – PPGSS



**ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA EQUIPE GESTORA DO PROGRAMA
 BOLSA FAMÍLIA.**

Título do Projeto: Programas de Transferência de Renda e Questão Social: o programa bolsa família no contexto das comunidades ribeirinhas do Amazonas.

1. IDENTIFICAÇÃO

Data da Entrevista: _____

1.1 Nome completo: _____

1.2 Data de Nascimento: ___/___/___ 1.3 Local de Nascimento: _____

1.4 Estado Civil: _____ 1.5 Religião: _____

1.6 Função: _____ 1.7 Tempo na Função _____

1.8 Sexo: (F) (M) 1.9 Nível de Escolaridade: () Ens. Médio Completo
 () Ens. Superior Incompleto
 () Ens. Superior Completo
 () Especialização
 () Pós Graduação – Mestrado
 () Pós Graduação - Doutorado

1.10 Área de Formação: _____

1.11 Ano de formação: _____

1.12 Tempo de trabalho na instituição? _____

1.13 Vínculo: () Contrato Temporário () Estatutário

1.14 Participa atualmente de alguma instância de Controle Social? Se sim, Qual?

1.15 Você já participou de algum curso de capacitação ou aprimoramento a respeito da implementação do PBF? Se sim, quem ofertou? Quando?

2. IMPLEMENTAÇÃO DO PBF



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA – PPGSS



- 2.1 Sobre a implementação do PBF, você poderia falar quais ações são desenvolvidas, como é feito, quem participa e quais os desafios enfrentados?
- 2.2 Essas ações são planejadas? Com qual frequência?
- 2.3 O município possui Comitê Gestor do PBF? Já está regulamentado e instituído? Quem faz parte dele?

3. ACOMPANHAMENTO FAMILIAR

- 3.1 Me fale sobre o acompanhamento familiar, quem são os profissionais que fazem o acompanhamento das famílias rurais e como é feito?
- 3.2 É realizado o acompanhamento das famílias do PBF das comunidades ribeirinhas rurais? Se sim, quem faz, como é feito, com que frequência e quem realiza?
- 3.3 Quais as dificuldades enfrentadas para realização do acompanhamento das famílias beneficiárias?
- 3.4 O município possui técnico específico responsável em acompanhar as condicionalidades no âmbito da Assistência Social, Saúde e Educação? Se sim, como é realizado o acompanhamento? Se não, explique o motivo.
- 3.5 No acompanhamento familiar, é desenvolvido algum diálogo com a saúde e educação?
- 3.5 No caso de descumprimento de condicionalidades, o que é feito?
- 3.6 Na sua opinião, quais os efeitos do PBF na vida das famílias rurais?

APÊNDICE E



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA FAMILIAS
BENEFICIARIAS DO PBF EM CONTEXTO RURAL**

O (A) Sr (a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa “Programas de Transferência de Renda e Questão Social: o programa bolsa família no contexto das comunidades ribeirinhas do Amazonas, cuja pesquisadora responsável é Doriane Oliveira de Souza. O objetivo do projeto é analisar o Programa Bolsa Família em comunidades ribeirinhas rurais pertencentes ao município de Barreirinha/AM, considerando as expressões da questão social no contexto Amazônico.

O(A) Sr(a) está sendo convidado por que se enquadra dentro dos critérios da pesquisa, que é: Ser família beneficiária do PBF; Ser a (o) Responsável Familiar do benefício; Ter sido contemplado com o PBF antes do ano de 2019; Ser morador da comunidade rural Agrovila do Caraná; Ser família considerado em situação de extrema pobreza com renda per capita de R\$ 0,01 a R\$ 89,00 segundo os criterios estabelecidos pelo PBF; e tenha disponibilidade e interesse em participar da pesquisa.

O(A) Sr(a) está sendo convidado por que entendemos que sua visão contribuirá para o alcance do objetivo dessa pesquisa, e para a efetivação deste tão importante programa de transferência de renda, considerando as particularidades do contexto rural amazônico.

O(A) Sr(a) tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o tratamento que irá receber neste serviço.

A pesquisa seguirá as diretrizes da Resolução nº466/2012 e Resolução nº510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que assegura toda sua integridade e compromisso com as questões éticas em pesquisas envolvendo seres humanos.

Caso aceite participar, sua participação consiste em ser entrevistado por meio de formulário com perguntas abertas e fechadas com o intuito de compreender o seu pensamento a respeito do “Programa Bolsa Família em comunidades ribeirinhas do Amazonas, considerando as expressões da questão social”.

O(A) Sr(a) esteja ciente de que não haverá o registro de imagens caso aceite participar da pesquisa. Desse modo será resguardada sua imagem, proporcionando a confidencialidade.

Solicitamos a autorização para registro de áudio gravação caso concorde em participar da pesquisa, será realizada toda uma estrutura para que haja a confidencialidade e a privacidade (direito de manter o controle sobre suas escolhas, informações pessoais, resguardar sua intimidade e seus dados pessoais), conforme previsto na Resol. 510/2016, Art. 2º item XIX que trata sobre a privacidade, evitando assim qualquer tipo de estigmatização que possa existir, independente de qual for suas escolhas de vida por meio do controle público, estatal ou não estatal.

Autorizo a gravação da entrevista por meio de áudio.

Não autorizo a gravação da entrevista.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa os riscos decorrentes de sua participação são: **desconforto ao falar enquanto beneficiário do PBF, bem como inquietação em expor as suas vivências cotidianas em meio rural**. Desse modo trabalharemos para que tais riscos sejam minimizados e evitados, ou seja, as entrevistas ocorrerão sem a presença terceiros para que assim não haja constrangimentos.

A pesquisadora principal responsabiliza-se por possíveis danos que sejam de natureza psicológica. Desse modo se por ventura o sujeito da referida pesquisa apresente algum sinal dessa natureza, a responsável irá encaminhá-lo ao Centro de Serviço de Psicologia Aplicada

Rubricas _____ (Participante)

Página 1 de 2

_____ (Pesquisador)



UFAM
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

(CSPA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e se responsabilizará pelas possíveis despesas de transporte e alimentação do participante e de seu acompanhante, conforme consta a Resolução 466/2012.

Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: a troca de experiência e o aprendizado mútuo a partir das vivências pessoais, a contribuição desta pesquisa para o campo acadêmico e para sociedade de maneira geral, uma vez que se trata de uma pesquisa que contempla o meio rural amazônico.

Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre a sua participação consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

O(A) Sr(a) pode entrar em contato com o pesquisadora responsável, Doriane Oliveira de Souza, a qualquer tempo para informação adicional no endereço Rua São Geraldo, nº 106 Ulisses Guimarães, Barreirinha - AM, 690160-000, e-mail: dori20souza@gmail.com.

O(A) Sr(a) também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004 / (92) 99171-2496, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a), e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

____/____/____

 Assinatura do Participante



 Assinatura do Pesquisador Responsável

Rubricas _____ (Participante)

Página 2 de 2

 (Pesquisador)

APÊNDICE F



UFAM
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA
PROFISSIONAIS QUE ATUARAM NA GESTÃO DO PBF**

O (A) Sr (a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa “Programas de Transferência de Renda e Questão Social: o programa bolsa família no contexto das comunidades ribeirinhas do Amazonas, cuja pesquisadora responsável é Doriane Oliveira de Souza. O objetivo do projeto é analisar o Programa Bolsa Família em comunidades ribeirinhas rurais pertencentes ao município de Barreirinha/AM, considerando as expressões da questão social no contexto Amazônico.

O(A) Sr(a) está sendo convidado por que se enquadra dentro dos critérios da pesquisa, que é ser profissional que atuou na gestão do PBF no período de 2013 a 2019 e que tenha atuado no período mínimo de 1 ano, e ter disponibilidade e interesse em participar da pesquisa.

O(A) Sr(a) está sendo convidado por que entendemos que sua visão contribuirá para o alcance do objetivo dessa pesquisa, bem como contribuirá para a efetivação deste tão importante programa de transferência de renda, considerando as particularidades do contexto rural amazônico.

O(A) Sr(a). tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o tratamento que irá receber neste serviço.

A pesquisa seguirá as diretrizes da Resolução nº466/2012 e Resolução nº510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que assegura toda sua integridade e compromisso com as questões éticas em pesquisas envolvendo seres humanos.

Caso aceite participar, sua participação consiste em ser entrevistado com o intuito de compreender o seu pensamento a respeito do “Programa Bolsa Família em comunidades ribeirinhas do Amazonas”.

O(A) Sr(a). esteja ciente de que não haverá o registro de imagens caso aceite participar da pesquisa, desse modo será resguardada sua imagem, proporcionando a confidencialidade.

Solicitamos a autorização para registro de áudio gravação caso concorde em participar da pesquisa, será realizada toda uma estrutura para que haja a confidencialidade e a privacidade (direito de manter o controle sobre suas escolhas, informações pessoais, resguardar sua intimidade e seus dados pessoais), conforme previsto na Resol. 510/2016, Art. 2º item XIX que retrata sobre a privacidade, evitando assim qualquer tipo de estigmatização que possa existir, independente de qual for suas escolhas de vida por meio do controle público, estatal ou não estatal, e pela reprovação social a partir das características ou dos resultados da pesquisa.

() Autorizo a gravação da entrevista por meio de áudio.

() Não autorizo a gravação da entrevista.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa os riscos decorrentes de sua participação são: **desconforto ao falar do PBF em âmbito de gestão municipal**, desse modo trabalharemos para que tais riscos sejam minimizados e evitados, ou seja, as entrevistas ocorrerão sem a presença terceiros para que assim não haja constrangimentos.

A pesquisadora principal responsabiliza-se por possíveis danos que sejam de natureza psicológica, desse modo se por ventura o sujeito da referida pesquisa apresente algum sinal dessa natureza, a responsável irá encaminhá-lo ao Centro de Serviço de Psicologia Aplicada (CSPA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e se responsabilizará pelas possíveis despesas de transporte e alimentação do participante e de seu acompanhante, conforme consta a resolução 466/2012.

Rubricas _____ (Participante)

Página 1 de 2

_____ (Pesquisador)



UFAM
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: a troca de experiência e o aprendizado mútuo a partir das vivências dos profissionais que atuam diretamente com famílias ribeirinhas de contexto rural, a contribuição desta pesquisa para o campo acadêmico, e para sociedade de maneira geral, uma vez que se trata de uma pesquisa que contempla o meio rural amazônico.

Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre a sua participação consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisador responsável é Doriane Oliveira de Souza a qualquer tempo para informação adicional no endereço Rua São Geraldo, nº 106 Ulisses Guimarães, Barreirinha - AM, 690160-000, e-mail: dori20souza@gmail.com.

O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004 / (92) 99171-2496, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a), e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

_____/_____/_____

 Assinatura do Participante



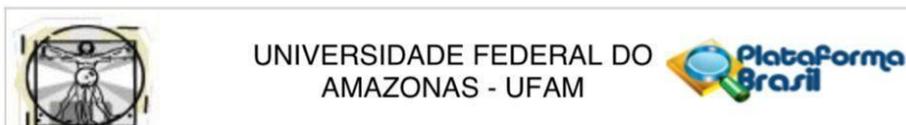
 Assinatura do Pesquisador Responsável

Rubricas _____ (Participante)

Página 2 de 2

 (Pesquisador)

APÊNDICE G


PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O Programa Bolsa Família em comunidades ribeirinhas do Amazonas/AM.

Pesquisador: DORIANE OLIVEIRA DE SOUZA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 60852522.5.0000.5020

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.550.900

Apresentação do Projeto:

Inseridos no âmbito do sistema de proteção brasileiro, os programas de transferência de renda ganham maior relevância no campo político e social do país a partir dos anos dois mil, como importantes políticas de proteção social que visam a transferência monetária às famílias pobres e extremamente pobres, destacando-se entre o Programa Bolsa Família, que se configura como o programa dessa natureza de maior visibilidade e alcance do país. O Programa Bolsa Família tem como objetivos promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial de saúde, educação e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, estimular o desenvolvimento das famílias beneficiárias e combater a pobreza. (MDS, Decreto, nº 5.209/2004). Conforme o Relatório de Informações Sociais disponibilizado pelo Ministério da Cidadania (2020), atualmente o PBF atende mais de 14 milhões de famílias no Brasil e mais de 386 mil famílias no estado do Amazonas que se encontram aptas ao perfil estabelecido pelo programa. Ainda com base no Relatório de Informações Sociais, o município de Barreirinha/AM contabilizou até março de 2020 o total de 5.302 famílias beneficiadas e deste total, 189 são famílias ribeirinhas que recebem o benefício de transferência de renda. O cenário particular da região amazônica é propício para intensificar as dificuldades e desafios na implementação das políticas públicas, tanto as de transferência de renda quanto as de viés intersetorial, tais como educação e saúde que serão trabalhadas neste estudo por intermédio das condicionalidades. Em relação aos procedimentos metodológicos, o método para o alcance dos objetivos da pesquisa será o Materialismo Dialético e

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 5.550.900

Histórico, onde o estudo das singularidades poderá ser investigado através da interpretação do movimento da realidade das famílias ribeirinhas beneficiárias do PBF. Dessa forma, a natureza da pesquisa é explicativa. O estudo adotará a abordagem qualitativa, visando trabalhar as particularidades e complexidades apresentadas pela realidade que o pesquisador se propõe a investigar, considerando a dinâmica das relações sociais que a cercam. Em relação ao delineamento dos procedimentos, o estudo é embasado na pesquisa de campo. Espera-se que os resultados teóricos e empíricos deste estudo ampliem a discussão sobre os Programas de Transferência de Renda, considerando as particularidades das comunidades ribeirinhas rurais do município do Amazonas, podendo proporcionar uma reflexão crítica frente às expressões da questão social vivenciadas diariamente por este público. Por fim, sabemos que analisar a implementação do PBF e conseqüentemente os impactos ocasionados na vida das famílias ribeirinhas estudadas, não será tarefa fácil, tão pouco conclusiva, porém irá subsidiar estratégias de aprimoramento na implementação acerca do PBF com intuito de viabilizar melhorias na qualidade de vida das famílias que mais necessitam deste tão importante benefício social e bem como propor melhorias no trabalho desenvolvido pela gestão municipal.

Para atingir o objetivo proposto neste estudo é necessário traçar o caminho a ser percorrido durante o processo de investigação à luz de uma visão crítica e reflexiva da realidade. O estudo tem caráter explicativo uma vez a pesquisa tem como "preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas" (GIL, 2002 p. 43). Será de natureza qualitativa, visando trabalhar as particularidades e complexidades apresentadas pela realidade que o pesquisador se propõe a investigar, considerando a dinâmica das relações sociais que a cercam. Para Chizzotti (2009, p.79), "a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito". Obedecerão às seguintes etapas: FASE 1 – ELABORAÇÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO: a) Levantamento Bibliográfico; b) Levantamento Documental; c) Elaboração dos Instrumentos de Pesquisa; d) Exame de Qualificação; e) Submissão ao Comitê de Ética. FASE 2 - LÓCUS E SUJEITOS DA PESQUISA. FASE 3 – IMPLEMENTAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO. FASE 4 – SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS. FASE 5 - ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL.

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 5.550.900

Critério de Inclusão: Para as famílias participantes: Ser a (o) Responsável Familiar do benefício; Ser morador da comunidade rural Agrovila do Caraná; Ser família considerado em situação de extrema pobreza com renda per capita de R\$ 0,01 a R\$ 89,00 segundo os critérios estabelecidos pelo PBF; Disponibilidade e interesse em participar da pesquisa.

Para os profissionais participantes: Ser profissional que atua na gestão do PBF; Estar no exercício da função no momento da pesquisa; Mínimo 1 ano de experiência profissional; Disponibilidade e interesse em participar da pesquisa.

Metodologia de Análise de Dados: Os dados obtidos a partir da entrevista semi estruturada com os profissionais, bem como da aplicação do formulário as famílias ribeirinhas, serão analisados, tabulados e transcritos, à luz do arcabouço teórico a respeito da temática.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar a implementação do Programa Bolsa Família em comunidades ribeirinhas rurais do município de Barreirinha/AM, considerando as expressões da questão social na particularidade Amazônica.

Objetivo Secundário: Identificar a realidade das famílias ribeirinhas beneficiárias do PBF, elucidando as expressões da questão social. Conhecer as facilidades e dificuldades enfrentadas no acesso e acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF, a partir dos profissionais que atuam na gestão. Desvelar os desafios, contribuições (ou não) do PBF na realidade das famílias ribeirinhas, considerando a visão dos beneficiários.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Para as famílias participantes: Desconforto ao falar enquanto beneficiário do PBF, bem como inquietação em expor as suas vivências cotidianas em meio rural. Para os profissionais participantes: Desconforto ao falar do PBF em âmbito de gestão municipal. Desse modo trabalharemos para que tais riscos sejam minimizados e evitados, ou seja, as entrevistas ocorrerão sem a presença terceiros para que assim não haja constrangimentos.

Benefícios: A pesquisa trará contribuições quanto a temática dos benefícios de transferência de renda, especialmente na região amazônica. Para as famílias ribeirinhas, conhecer a implementação do PBF será de grande valia, e ainda elucidar as particularidades da região em que vivem com vista a apontar os desafios e dificuldades na implementação do Programa de Transferência de Renda. Para os profissionais que atuam na gestão do PBF trará oportunidade de melhorias na implementação.

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

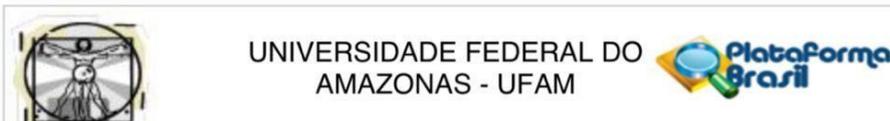
UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.550.900

do programa, sobretudo a partir das particularidades apresentadas na realidade das famílias que participarão da pesquisa

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se da primeira submissão do projeto de pesquisa PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E QUESTÃO SOCIAL: O Programa Bolsa Família e a particularidades das comunidades ribeirinhas do Amazonas sob responsabilidade da pesquisadora DORIANE OLIVEIRA DE SOUZA e orientação da Prof.^a DR^a CRISTIANE BONFIM FERNANDEZ, ambas vinculadas ao INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS e ao PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA. O presente estudo intitulado "Programas de Transferência de Renda e Questão Social: O PBF e a particularidade das comunidades ribeirinhas do Amazonas" propõe uma análise do Programa Bolsa Família em comunidades ribeirinhas pertencentes ao município de Barreirinha no Estado do Amazonas, a partir da realidade das famílias ribeirinhas rurais beneficiárias, bem como dos profissionais que atuam na gestão do Programa. Trata-se de um debate que busca desvelar como o PBF vem sendo implementado em comunidades ribeirinhas rurais, considerando as expressões da questão social que se aglutinam na atual conjuntura. Dessa forma, o intuito é apresentar a realidade tal como se desdobra no cotidiano das famílias ribeirinhas beneficiárias bem como dos profissionais que atuam na gestão do PBF. Para isso pretende-se ir para além da mera descrição de dados, mas sobretudo desvendar, debater e explicar como é realizada a implementação do PBF, compreendendo as particularidades da região amazônica, sobretudo as expressões da questão social às quais estes sujeitos estão submetidos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Ver item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Ver item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

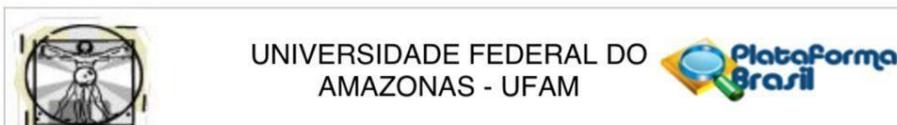
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram observados óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

NÃO FORAM OBSERVADOS ÓBICES ÉTICOS. Nosso PARECER é pela APROVAÇÃO do PROTOCOLO DE PESQUISA.

Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis **CEP:** 69.057-070
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3305-1181 **E-mail:** cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.550.900

Em atenção ao período de PANDEMIA, orienta-se ao pesquisador em desenvolver as atividades de campo e coleta de dados a partir da regularização das atividades da Universidade Federal do Amazonas. Aconselha-se ainda a adoção de medidas para a prevenção e gerenciamento de todas as atividades de pesquisa, garantindo-se as ações primordiais à saúde, minimizando prejuízos e potenciais riscos, além de prover cuidado e preservar a integridade e assistência dos participantes e da equipe de pesquisa, tomando os devidos cuidados em relação contato com os participantes da pesquisa. Consultar as orientações da CONEP sobre as atividades de pesquisa envolvendo seres humanos de 5/6/2020. Consultar nota técnica da PROPESP/UFAM, págs 2/5 e 3/5 que trata das pesquisas presenciais (coleta de dados) no período da pandemia e consequente isolamento.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1967656.pdf	09/07/2022 13:27:55		Aceito
Outros	Declaracao_CSPA_Doriane.pdf	09/07/2022 13:23:52	DORIANE OLIVEIRA DE SOUZA	Aceito
Outros	CURRICULO_prof_compressed.pdf	09/07/2022 13:18:17	DORIANE OLIVEIRA DE SOUZA	Aceito
Outros	CURRICULO_DORIANE.pdf	09/07/2022 13:16:53	DORIANE OLIVEIRA DE SOUZA	Aceito
Outros	ROTEIRO_DE_ENTREVISTA_compressed.pdf	09/07/2022 13:14:36	DORIANE OLIVEIRA DE SOUZA	Aceito
Outros	FORMULARIO_compressed.pdf	09/07/2022 13:12:50	DORIANE OLIVEIRA DE SOUZA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	09/07/2022 13:10:59	DORIANE OLIVEIRA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_POFISSIONAIS_GESTAO_PBF.pdf	09/07/2022 13:09:49	DORIANE OLIVEIRA DE SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_DAS_FAMILIAS_RIBEIRINHAS_BENEFICIARIAS.pdf	09/07/2022 13:09:23	DORIANE OLIVEIRA DE SOUZA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	09/07/2022	DORIANE OLIVEIRA	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

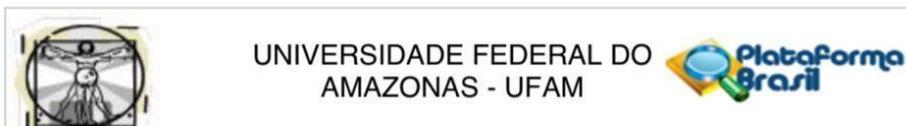
CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.550.900

Orçamento	ORCAMENTO.pdf	12:54:12	DE SOUZA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	09/07/2022 12:51:31	DORIANE OLIVEIRA DE SOUZA	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto_compactado.pdf	28/06/2022 10:20:41	DORIANE OLIVEIRA DE SOUZA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 28 de Julho de 2022

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis **CEP:** 69.057-070
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3305-1181 **E-mail:** cep.ufam@gmail.com